



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**CURSO DE PEDAGOGIA**

**CRISLAYNE LIMA SANTANA**

**A INCLUSÃO DE CEGOS NO ESPAÇO ACADÊMICO DA  
UFS: A IMPORTÂNCIA DAS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS**

São Cristóvão  
2013

**CRISLAYNE LIMA SANTANA**

**A INCLUSÃO DE CEGOS NO ESPAÇO ACADÊMICO DA  
UFS: A IMPORTÂNCIA DAS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS**

Monografia apresentada ao Departamento de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe como parte das exigências do curso de Pedagogia para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Verônica dos Reis Mariano Souza

São Cristóvão  
2013

**CRISLAYNE LIMA SANTANA**

**A INCLUSÃO DE CEGOS NO ESPAÇO ACADÊMICO DA  
UFS: A IMPORTÂNCIA DAS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS**

Aprovada em: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Verônica dos Reis Mariano Souza  
Universidade Federal de Sergipe – Departamento de Educação  
Orientadora

---

Prof. M.Sc. Antônio Carlos Nogueira Santos  
Universidade Federal de Sergipe – Departamento de Educação  
Primeiro Avaliador

---

Prof.<sup>ª</sup>. M.Sc. Josilene Souza Lima Barbosa  
Universidade Federal de Sergipe – Departamento de Educação  
Segundo Avaliador

A infinita sabedoria nos faz entender que enxergamos não só pela luz dos olhos, mas por outros canais dispersos e receptivos em nosso corpo.

Quando experimentamos cerrar os nossos olhos, oportunizamos nossas mentes a enxergar um pouco mais distante...

Enxergamos o que queremos, como queremos e quando queremos...

Enxergando pela autoconsciência – enxergando pelos sentidos remanescentes.

Maria Helena Silva

## RESUMO

O presente trabalho busca analisar o espaço acadêmico da UFS, a inclusão da pessoa cega e o uso de Tecnologias Assistivas específicas para esse tipo de deficiência. Mostra a importância do uso da tecnologia no Ensino Superior, como meio de facilitar o aprendizado das pessoas com deficiência visual, proporcionando a esses alunos autonomia e independência para a execução de tarefas cotidianas, além do acesso, permanência e a terminalidade de seus estudos no Ensino Superior. A metodologia utilizada foi um estudo de caso e, como tema central, foram tratados a importância e os benefícios da Tecnologia Assistiva para a inclusão de pessoas com deficiência visual no Ensino Superior. É presente a dificuldade da Universidade em se ajustar às demandas ou necessidades dos alunos com deficiência, sendo estas relativas ao Atendimento Educacional Especializado, assim como a falta de disponibilidade de pessoal que auxilie o deficiente nas suas atividades acadêmicas, o que faz com que o aluno conte apenas com a ajuda dos amigos ou colegas de sala de aula. Entretanto, o apoio tem sido realizado através do Programa de Ações Inclusivas da UFS, que disponibiliza sua equipe de apoio composta por alunos bolsistas e voluntários para o Atendimento às pessoas com deficiência. Este atendimento carece de um número maior de profissionais habilitados na área da deficiência visual e das demais áreas.

**Palavras-chave:** Deficiente Visual. Ensino Superior. Tecnologia Assistiva.

## LISTA DE SIGLAS

<b>AACD</b>	Associação de Apoio à Criança Deficiente
<b>AADVAT</b>	Associação de Deficientes Visuais do Alto Tietê
<b>ABNT</b>	Associação Brasileira de Normas Técnicas
<b>ADA</b>	American with Disabilities Act
<b>ADEVIG</b>	Associação de Deficientes Visuais de Guarulhos
<b>ADEVA</b>	Associação de Deficientes Visuais e Amigos
<b>AEE</b>	Atendimento Educacional Especializado
<b>APAE</b>	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
<b>BICEN</b>	Biblioteca Central da UFS
<b>CADE</b>	Centro de Atenção ao Desenvolvimento Educacional
<b>CAPS</b>	Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual
<b>CCET</b>	Centro de Ciências Exatas e Tecnologia
<b>CENESP</b>	Centro Nacional de Educação Especial
<b>CNE/CEB</b>	Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica
<b>CSSA</b>	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
<b>DAA</b>	Departamento de Administração Acadêmica
<b>DEAPE</b>	Departamento de Apoio Pedagógico
<b>DIASE</b>	Divisão de Assistência ao Servidor
<b>DIPRO</b>	Divisão de Projetos
<b>ECA</b>	Estatuto da Criança e do Adolescente
<b>IBC</b>	Instituto Benjamin Constant
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>INES</b>	Instituto Nacional de Educação de Surdos
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases
<b>LIDA</b>	Livro Digital Acessível
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>NAAH/S</b>	Núcleo de Atividade das Altas Habilidades/Superdotação
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PDE</b>	Plano de Desenvolvimento da Educação
<b>PEI</b>	Programa de Educação Individualizada
<b>PNBE</b>	Programa Nacional da Biblioteca na Escola

<b>PNE</b>	Plano Nacional de Educação
<b>PNIPPD</b>	Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
<b>PNLD</b>	Programa Nacional do Livro Didático
<b>POSGRAD</b>	Pró-Reitoria de Graduação
<b>PROEST</b>	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
<b>PROEX</b>	Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários
<b>TA</b>	Tecnologia Assistiva
<b>UBC</b>	União Brasileira de Cegos
<b>UFS</b>	Universidade Federal de Sergipe

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b>	Acesso principal da UFS sem piso tátil e mapa tátil identificando os prédios do <i>campus</i> .....	43
<b>Figura 2:</b>	Passarela em frente às didáticas 1 e 2 e blocos departamentais do <i>campus</i> .....	44
<b>Figura 3:</b>	Colocação de placas de trânsito, impedindo as motos de estacionarem nas passarelas.....	45
<b>Figura 4:</b>	Alargamento das passarelas na entrada principal da UFS.....	45
<b>Figura 5:</b>	Falta de alargamento das passarelas, assim como falta colocação de piso tátil a caminho da biblioteca.....	46
<b>Figura 6:</b>	Interrupção da colocação de piso tátil nas calçadas próximas à Reitoria, devido à presença de caixas de esgoto.....	46
<b>Figura 7:</b>	Árvore bloqueando a passagem do deficiente visual, sem desvio de piso tátil, nas calçadas próximas à Reitoria.....	47
<b>Figura 8:</b>	Colocação de piso tátil onde não há circulação de pessoas, mas apenas de carros.....	47
<b>Figura 9:</b>	Colocação de piso tátil na entrada das didáticas 1 e 2, respectivamente.....	49
<b>Figura 10:</b>	Colocação de piso tátil no corredor da didática 5, interligando as salas de aula.....	49
<b>Figura 11:</b>	Colocação de piso tátil no corredor da didática 1, interligando a escada (foto à esquerda) e o banheiro (foto à direita).....	50
<b>Figura 12:</b>	Presença de placas escritas em braille no bloco departamental CSSA, indicando as salas.....	51
<b>Figura 13:</b>	Presença de placas escritas em braille no bloco departamental CSSA, indicando o banheiro (foto à esquerda) e setas direcionais colocadas nas escadas do mesmo departamento (foto à direita).....	51
<b>Figura 14:</b>	Colocação de piso tátil antes do primeiro degrau na escada que dá acesso ao andar superior da Reitoria.....	52
<b>Figura 15:</b>	Falta de piso tátil nos degraus que dão acesso ao andar superior do Restaurante Universitário – RESUN.....	52

<b>Figura 16:</b> Colocação de piso tátil antes do primeiro e do último degraus, respectivamente, com acesso ao andar superior do bloco departamental de Ciências Sociais e Aplicadas – CSSA.....	52
<b>Figura 17:</b> Colocação de piso tátil em todos os degraus que dão acesso ao andar superior da didática 5.....	53
<b>Figura 18:</b> Corrimãos da didática 1 não apresentam a distância mínima de 4,0 cm....	54
<b>Figura 19:</b> Piso tátil colocado na passarela da entrada principal da UFS não apresenta contraste de cor com o piso adjacente.....	55
<b>Figura 20:</b> Piso tátil colocado na calçada próxima à reitoria também não apresenta contraste de cor com o piso adjacente.....	55
<b>Figura 21:</b> Calçada em direção à Reitoria com piso tátil contrastando com o piso adjacente, mas sem contemplar todo o percurso.....	55
<b>Figura 22:</b> Na Reitoria (à esquerda) e didáticas (à direita) é notável o contraste de cor entre o piso tátil e o adjacente.....	56
<b>Figura 23:</b> Calçada em direção à Reitoria com piso tátil direcional e de alerta posicionados de modo incorreto.....	57
<b>Figura 24:</b> Desvio feito com o piso tátil ao redor da árvore posicionada na calçada próxima à Reitoria.....	58
<b>Figura 25:</b> Elevador instalado na didática 6, assim como pista tátil ligando a entrada da didática ao elevador e às demais salas.....	59

## SUMÁRIO

<b>1 - INTRODUÇÃO</b> .....	08
1.1. Objetivos.....	11
1.1.1. Geral.....	11
1.1.2. Específicos.....	11
1.1.3. Delimitação do tema.....	11
<b>2 - METODOLOGIA</b> .....	12
2.1. Descrição do Campo Empírico.....	12
2.2. Tipo de pesquisa.....	13
2.3. Sujeitos da pesquisa.....	14
2.4. Procedimentos de coleta de dados.....	14
<b>3 - REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	16
3.1. Histórico do deficiente no Brasil.....	16
3.2. Ensino Superior: acessibilidade, inclusão do deficiente visual e a importância consciente da participação do professor.....	21
3.3. Tecnologia Assistiva para os deficientes visuais.....	32
3.4. Importância da Tecnologia Assistiva para os deficientes visuais.....	33
<b>4 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS</b> .....	43
4.1. Acesso aos prédios.....	43
4.2. Passarela de pedestres.....	44
4.3. Sinalização Visual.....	50
4.4. Sinalização visual nos degraus.....	51
4.5. Corrimãos.....	53
4.6. Sinalização tátil no piso.....	54
4.7. Elevador vertical ou inclinado.....	58
<b>5 – DEMAIS DISCUSSÕES</b> .....	60
<b>6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES</b> .....	66
<b>7 - REFERÊNCIAS</b> .....	74
<b>8 - APÊNDICE</b> .....	77
8.1. Termo de Consentimento.....	77
8.2. Questionário para alunos com deficiência visual do <i>campus</i> da Universidade Federal de Sergipe.....	78
8.3. Questionário para os responsáveis pela inclusão do <i>campus</i> da Universidade Federal de Sergipe.....	80

8.4. Questionário direcionado aos responsáveis pela reforma do <i>campus</i> da Universidade Federal de Sergipe.....	82
<b>9 - ANEXOS.....</b>	<b>83</b>
9.1. Entrevista realizada na Rádio Jornal com a aluna G. C. A., da área de Ciências Humanas da UFS em 22/07/2012.....	83
9.2. Entrevista realizada no CAPS com o aluno G. M. R., da área de Ciências Humanas da UFS em 08/05/2012.....	91
9.3. Entrevista com a coordenadora do DEAPE G. B. V. M. R. em 11/12/2012.....	97
9.4. Entrevista com a arquiteta A. O. C. E. em 08/12/2012 .....	105
9.5. Entrevista com a diretora da BICEN V. G. R. em 26/12/2012.....	112

## 1 - INTRODUÇÃO

O presente tema “A inclusão de Cegos no Espaço Acadêmico da UFS: a importância das Tecnologias Assistivas” foi escolhido American with Disabilities Act em função do interesse pela deficiência visual e a partir de pesquisas em livros, sites voltados à temática e por meio da disciplina “Seminários de Estudos I”, ministrada pela professora Sônia Meire, do Departamento de Educação, em que apresentei um trabalho sobre a “inclusão e Acessibilidade do Cego no Ensino Superior”. Além disso, em 2010, houve uma palestra realizada na Universidade Federal de Sergipe, em que um aluno de Ensino Médio relatou, em depoimento, um pouco de sua trajetória, tendo em vista dificuldades e desafios enfrentados durante o período escolar.

Definido o tema, foi construído um quadro estado da arte, tendo sido encontrados diversos trabalhos. Destes, dois não informavam o ano em que foram publicados e os demais pertenciam aos anos de 1999, 2007, 2008, 2009 e 2010. Os trabalhos envolvem as áreas de educação inclusiva, política e informática, tendo em vista, as temáticas de Tecnologias Assistivas, Política Nacional de Educação Especial voltada para o Ensino Superior e de Acessibilidade e inclusão na Universidade Federal de Sergipe. Tais temáticas foram trabalhadas pelos seguintes autores com seus respectivos títulos: Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); Carlos Eduardo Ferrari (2008/Universidade de São Caetano do Sul) - Fomento ao uso de Tecnologias Assistivas por pessoas cegas e com deficiência visual na grande São Paulo; Elizabet Dias de Sá et al. - Atendimento Educacional Especializado: deficiência visual; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2000); Susan Staimback e William Staimback (1999) - Inclusão: um guia para educadores; Teófilo Galvão Filho (2007/Instituto de Tecnologia Social-SP) - Retratos da Tecnologia Social no Maranhão, Ceará, Bahia e São Paulo; Verônica dos Reis Mariano Souza e Renata Beatriz de Souza Prado – Vendo a UFS com Outros Olhos (2008/Universidade Federal de Sergipe/cartilha).

Durante a leitura dos trabalhos, perceberam-se algumas relações entre os que tratavam, de modo geral, sobre a área de inclusão e acessibilidade, sendo três sobre Tecnologias Assistivas, apenas um voltado para a política de educação especial da pessoa com deficiência e dois para a inclusão e a Acessibilidade do aluno com deficiência na Universidade Federal de Sergipe.

Com relação à temática deste estudo, foram encontradas monografias e dissertações, além de sites, artigos e revistas eletrônicas. Os trabalhos voltados para a inclusão trazem aspectos históricos, conceitos sobre acessibilidade e inclusão. Aqueles que tratam sobre as Tecnologias Assistivas trazem algumas tecnologias que já estão sendo empregadas, conceitos sobre essa mesma área e aspectos históricos.

A partir disso, foi possível entender, de fato, como deve ser empregada a prática inclusiva e sua real importância para que os alunos desempenhem com vigor e autonomia suas atividades acadêmicas, juntamente com o auxílio das Tecnologias Assistivas.

É relevante entender que a acessibilidade deve envolver todas as pessoas que circulam pelos diversos espaços, utilizando-os com segurança e autonomia, assim como mobiliários e equipamentos urbanos, edificações, transportes, sistemas e meios de comunicação do ambiente social devem ser acessíveis.

Para que esta inclusão ocorra, é preciso mobilizar estudantes, funcionários e todos aqueles que mantêm contato com pessoas que tenham algum tipo de deficiência, sendo preciso incluir as Tecnologias Assistivas, não envolvendo somente os instrumentos, mas todos os serviços de atendimento e ouvidoria, com intuito de facilitar a permanência desses alunos.

A importância desse estudo se dá como meio de proporcionar a “inclusão e a Acessibilidade” na Universidade Federal de Sergipe – UFS, com o objetivo de garantir benefícios à pessoa cega, tal como a acessibilidade às diversas Tecnologias Assistivas, possibilitando o acesso e a permanência no *campus* pelos deficientes visuais. Além disso, deve-se garantir o direito de ir e vir e a circulação pelos diversos espaços do *campus*, sem que haja qualquer obstáculo ou barreira.

Sabe-se que, para haver a inclusão, é preciso desenvolver uma filosofia comum, baseada nos princípios democráticos e igualitários que atenda às necessidades de todos os alunos, sendo necessário trabalhar com cinco esferas do desenvolvimento: a acadêmica, a social e emocional, a responsabilidade pessoal e coletiva e a cidadania.

Segundo dados coletados pelo IBGE (2010), aproximadamente 36 milhões de pessoas ou 18,8% da população total brasileira apresenta algum grau de deficiência visual. São pessoas que não conseguem enxergar de modo algum, ou possuem grande dificuldade ou alguma dificuldade. Entre as pessoas com algum grau de deficiência visual, quase 506 mil se declararam cegos. Neste último caso, para receber o deficiente visual, a Instituição escolar deve estar preparada de modo que atenda a esses alunos e

promova sua integração social.

Para isso, a Universidade deve garantir políticas públicas que facilitem não somente a entrada, mas também a permanência das pessoas com deficiência. Uma das medidas aplicadas hoje diz respeito ao Sistema de Cotas<sup>1</sup> previsto na resolução nº 80/2008 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Sergipe (CONEPE/UFS), em que todos os cursos devem, obrigatoriamente, destinar uma vaga para alunos com necessidade especial. Mas será que o *campus* está preparado para receber estes alunos?

A pesquisa foi dividida em cinco partes: introdução, metodologia, referencial teórico, análise e discussão dos dados e conclusão.

O primeiro capítulo faz referência ao tipo de pesquisa, aos sujeitos da pesquisa e ao procedimento da coleta de dados.

O segundo capítulo é constituído do referencial teórico. Esta parte é composta por subtópicos que se referem ao histórico do deficiente no Brasil, ao Ensino Superior envolvendo a acessibilidade, inclusão do deficiente e a importância consciente da participação do professor. Além disso, são tratados os tipos e a importância da Tecnologia Assistiva voltada às pessoas com deficiência visual.

O terceiro capítulo refere-se à análise e discussão dos dados. Nesta parte, foram trabalhados os principais pontos observados e discutidos no decorrer da pesquisa, incluindo registro fotográfico e as falas dos sujeitos da pesquisa, contidas nas entrevistas realizadas e, por fim, as considerações finais contendo os principais pontos trabalhados durante a pesquisa.

Diante do exposto, questiona-se: a estrutura arquitetônica da UFS atende às necessidades das pessoas cegas? Quais as dificuldades mais frequentes encontradas pelos alunos cegos? A UFS disponibiliza Tecnologia Assistiva para estes alunos? Em caso positivo, quais?

---

<sup>1</sup> Informação disponível em: [http://www.agu.gov.br/sistemas/site/TemplateTexto.aspx?idConteudo=161996&id\\_site=1106](http://www.agu.gov.br/sistemas/site/TemplateTexto.aspx?idConteudo=161996&id_site=1106). Acesso em 30 de agosto de 2012.

## **1.1. OBJETIVOS**

### **1.1.1. Geral**

Analisar o espaço acadêmico da UFS, a inclusão da pessoa cega e o uso de Tecnologias Assistivas específicas para esse tipo de deficiência.

### **1.1.2. Específicos**

- Mapear a estrutura física da UFS nos espaços comuns a todos os estudantes;
- Levantar os problemas de acessibilidade existentes no *campus*; e
- Verificar a disponibilidade de Tecnologias Assistivas específicas à pessoa cega.

### **1.1.3. Delimitação do tema**

Com vistas à viabilização da pesquisa, procedeu-se também à sua delimitação espacial e temporal. A pesquisa foi realizada na Universidade Federal de Sergipe (UFS) no *campus* de São Cristóvão, no período de março de 2011 a março de 2013, tendo, como sujeitos da pesquisa, 2 alunos cegos do curso de graduação, ambos da área de Humanas e os principais responsáveis pelo processo de inclusão na UFS.

## 2 - METODOLOGIA

### 2.1. Descrição do Campo Empírico

Em 1948, a Universidade Federal de Sergipe<sup>2</sup> é criada a partir da Faculdade de Ciências Econômicas e da Escola de Química. Enquanto que em 1950, é fundada a Faculdade de Direito e a Faculdade Católica de Filosofia. Em 1954, surge a Escola de Serviço Social e em 1961 a Faculdade de Ciências Médicas permitindo que uma Universidade em Sergipe fosse fundada.

Em 1963, com apoio da Secretaria de Educação do Estado, têm-se o início do Planejamento da Universidade sendo esta criada em 1967 por meio do Decreto-Lei nº 269 sendo este efetivado em 15 de Maio de 1968. A partir desse momento é instituída a Fundação Universidade Federal de Sergipe sendo integrada ao sistema federal de ensino superior, incorporando todos os cursos superiores existentes no estado.

Entretanto, devido a uma reforma administrativo-acadêmica, em 1978 novas diretrizes do Ministério da Educação fizeram com que a UFS reformulasse o currículo que continha 23 cursos distribuídos em quatro unidades de ensino: Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET), Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) e Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH).

Em 1987, em observância à Resolução 01/87 do Conselho Universitário (CONSU), o *campus* passou a ser denominado “Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos”.

Hoje, a UFS possui, além do *campus* localizado em São Cristóvão, os seguintes *campi*: Aracaju (*Campus* da Saúde Prof. João Cardoso do Nascimento Júnior); Itabaiana (*Campus* Prof. Alberto Carvalho, instalado em 14 de agosto de 2006); Laranjeiras (instalado em 28 de março de 2007); e Lagarto (*Campus* Universitário Prof. Antônio Garcia Filho, instalado em 14 de março de 2011).

### 2.2. Tipo de pesquisa

A partir da temática “inclusão de Cegos no Ensino Superior: a importância das

---

<sup>2</sup> Informação disponível em: <<http://divulgacoes.ufs.br/pagina/hist-ria-2518.html>>. Acesso em: 23/04/2013.

Tecnologias Assistivas”, a pesquisa foi classificada como estudo de caso de base exploratória, sendo aquela que irá possibilitar ao pesquisador aumentar seu conhecimento sobre determinado problema, permitindo, além do levantamento bibliográfico, a realização de entrevistas, definido por Piovesan e Temporini (1995, p. 321)

[...] como o estudo preliminar realizado com a finalidade de melhor adequar o instrumento de medida à realidade que se pretende conhecer. Em outras palavras, a pesquisa exploratória, ou estudo exploratório, tem por objetivo conhecer a variável de estudo tal como se apresenta, seu significado e o contexto onde ela se insere.

Além disso, o estudo foi realizado através de pesquisa qualitativa com abordagem em estudo de caso, sendo este definido por Yin (2010, p. 24):

Como método de pesquisa, o estudo de caso é usado em muitas situações, para contribuir ao nosso conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados. [...] o método do estudo de caso permite que os investigadores retenham as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – como os ciclos individuais da vida, o comportamento dos pequenos grupos, os processos organizacionais e administrativos, a mudança de vizinhança, o desempenho escolar, as relações internacionais e a maturação das indústrias.

Na coleta de dados, realizou-se entrevista semiestruturada, que, segundo Boni e Quaresma (2005, p. 75), consiste na combinação de

[...] perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas, ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele.

Além da entrevista semiestruturada, realizou-se observação sistemática, sendo esta definida por Tavares e Martins (2004/2005) como “uma observação que visa à obtenção de dados cientificamente significativos e os observadores precisam inicialmente definir o que e como realizar as suas observações”.

Também foi realizado registro fotográfico dos principais pontos acessíveis e

inacessíveis às pessoas com deficiência visual que circulam pelo *campus* da Universidade Federal de Sergipe. O registro fotográfico é importante como meio de documentar e constatar aquilo que está sendo visto na prática.

Logo, procurou-se investigar a existência de barreiras arquitetônicas que envolvem a parte estrutural do *campus*, além das barreiras atitudinais, correspondentes aos preconceitos que poderão vir a existir com a inserção do cego, assim como a utilização das Tecnologias Assistivas com intuito de proporcionar a permanência do cego na UFS.

### **2.3. Sujeitos da pesquisa**

Foram sujeitos da pesquisa<sup>3</sup> os principais responsáveis pela inclusão na UFS : a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. G. B. V. M. R.; a arquiteta e urbanista A. O. C. E.; e a diretora V. G. R.

Além disso, foram entrevistados 2 alunos cegos dos cursos de graduação, G. S. R. (área de Humanas) e G. S. C. A. (área de Humanas), correspondendo a um número total de 5 entrevistas. Além disso, foi investigado o espaço acadêmico no qual o cego está inserido, assim como foram levantados dados a respeito dos meios físicos existentes para a acessibilidade, sendo elaboradas propostas a respeito da inclusão e acessibilidade na UFS, tendo em vista a importância das Tecnologias Assistivas.

### **2.4. Procedimentos de coleta de dados**

O trabalho foi iniciado com atividades de pesquisa e levantamento bibliográfico, análise, observação e registro fotográfico dos diversos espaços acessíveis e inacessíveis à pessoa com deficiência visual no *campus* da Universidade Federal de Sergipe.

Para a análise dos dados, com auxílio de aparelho celular, foram realizadas 5 entrevistas em locais distintos: no local de estágio do aluno G. M. R. da área de Humanas da UFS; no local de trabalho do pai da aluna G. S. C. A. da área de humanas da UFS; no local de trabalho da arquiteta e urbanista A. O. C. E., da diretora e Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. G. B. V. e da diretora V. G. R.

No dia 08/05/2012, foi realizada a primeira entrevista semiestruturada, com o aluno da área de Humanas da UFS, G. M. R. A entrevista foi iniciada às 15h, com

---

<sup>3</sup> Durante todo o trabalho, os cursos e os nomes dos entrevistados não serão identificados como meio de preservar sua identidade. Serão utilizadas apenas as áreas de estudo e as letras iniciais dos seus nomes.

término às 17h, sendo esta gravada com auxílio de um aparelho celular. No dia seguinte, foi feita a transcrição da entrevista para um editor de texto.

No dia 19/09/2012, foi realizada a segunda entrevista, com a aluna G. C. A., do curso da área de Humanas, no local de trabalho do pai, tendo início às 17h e término às 18h30min, também gravada com auxílio de aparelho celular.

No dia 09/12/12, foi realizada a terceira entrevista, com a arquiteta e urbanista A. O. C. E.. Teve início às 10h e término às 11h, também gravada com auxílio de aparelho celular.

No dia 11/12/12, foi realizada a quarta entrevista, com a diretora e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. G. B. V. M. R. A entrevista teve início às 9h e término às 9h40min, sendo mais uma vez gravada com auxílio de aparelho celular.

No dia 26/12/12, foi realizada a quinta entrevista, com a diretora da Biblioteca Central da UFS – BICEN, V. G. R. A entrevista teve início às 8h e término às 9h40min. Para a análise das entrevistas, foi feito um comparativo com base na realidade da UFS a partir das respostas dadas pelos entrevistados diante dos questionamentos a eles apresentados.

### 3 - REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1. Histórico do deficiente no Brasil

Segundo Susan Staimback e William Staimback (1999), até meados da década de 1970, as pessoas com deficiência eram vistas como incapazes, doentes e dignas de caridade, sendo estas colocadas em instituições específicas e isoladas em âmbito familiar, de maneira que vivessem sem qualquer liberdade, pois a sociedade acreditava que essas pessoas seriam as principais responsáveis pelo não desenvolvimento do país.

No entanto, começaram a surgir movimentos sociais de luta pelos direitos de igualdade de oportunidades e de condições, apoiados pelos pais, educadores e amigos, com intuito de discutir e apoiar a efetivação de políticas públicas para as pessoas com necessidades educacionais especiais, buscando afrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las.

Em 1700, Benjamim Rush foi um dos primeiros a introduzir o conceito de educação das pessoas com deficiência. Em 1783, surgiram organizações filantrópicas como meio de controlar os tidos como “indesejáveis”. Além disso, diversas personalidades apareceram como meio de facilitar a educação às pessoas mais pobres. Dentre essas individualidades se encontra Thomas Jefferson, que propôs o primeiro plano de educação, sustentado pelo Estado, visando à educação aos pobres. No decorrer do fato, a classe média se recusou a pagar impostos ao Estado para manter o plano e, em 1817, Thomas Gallaudet implantou diversas instituições “transformando a sociedade colonial em Nacional” (STAIMBACK; STAIMBACK, 1999, p. 36).

No final da década de 1970, as crianças tidas como especiais passam a ser incluídas em meio turno nas classes regulares, mas uma grande maioria continuava excluída, dentre eles os Afro-Americanos e os nativos americanos, que geralmente eram educados em sistemas escolares separados (STAIMBACK; STAIMBACK, p.37, 1999)

No entanto, para que exista a inclusão, se faz necessário pensar na acessibilidade. A legislação brasileira, especialmente na Lei nº 7.853/89 e o Decreto 914/93 define que acessibilidade é a condição favorecedora da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida para utilizar com segurança e autonomia os espaços, mobiliários e equipamentos urbanos em todas as edificações, transportes, sistemas e meios de comunicação do ambiente social. Neste sentido, a acessibilidade não é voltada somente para pessoas que se encontram em situação de deficiência, mas a todos que se

movimentam pelos diversos espaços sociais.

Segundo Mazzota (2005), durante o século XIX, o sentido de educação especial estava voltado à ideia de assistencialismo e não à educação de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, referindo-se a um conjunto de métodos, técnicas e materiais. Diante disso, no Brasil, foram realizados alguns estudos voltados para essa área e, para que haja entendimento sobre a educação especial, Mazzota (2005) cita, através do “Documento síntese da Jornada de Pesquisa em Educação Especial”, como principais linhas de pesquisa,

[...] o diagnóstico da deficiência mental educável, integração da pessoa deficiente, formação de recursos humanos, currículos e programas em educação especial, prevenção da excepcionalidade, relação criança-família-escola, reabilitação e profissionalização.

Segundo Mazzota (2005), no mesmo século, houve a organização de serviços para atendimento às pessoas cegas, surdas, deficientes mentais<sup>4</sup> e deficientes físicos, além de iniciativas oficiais e particulares. Ao final da década de 50 e início da década de 60 do século XIX, passa a surgir a ideia de deficientes na educação, tendo em vista a política educacional brasileira.

Para tanto, no período de 1854-1956, surge, por intermédio de D. Pedro II, o Atendimento Escolar Especial, tendo como iniciativa fundar, na cidade do Rio de Janeiro, em 12 de outubro de 1854, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Isso foi possível devido à presença de José Álvares de Azevedo, que estudara “no Instituto dos Jovens Cegos de Paris, fundado por Valentin Haüy no século XVIII” (MAZZOTA, p.28, 2005). Este Instituto foi a principal influência do Imperador para que o mesmo viesse a criar o primeiro instituto especializado para pessoas cegas da América do Sul.

Em 17 de maio de 1890, o nome do Instituto é substituído por Instituto Benjamin Constant (IBC) sob o decreto de número 408, assinado por Marechal Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant Botelho de Guimaráes.

Em setembro de 1857, é fundado, por D. Pedro II, o Imperial Instituto de Surdos-Mudos, com a presença de apenas dois alunos. Entretanto, sob a influência de Hernesto Huet, foi possível, em 1856, um acréscimo no número de estudantes. Segundo Souza (2010), em 1957, o local foi denominado de Instituto Nacional de Educação de

---

<sup>4</sup> Termo utilizado apenas durante o século XIX. Atualmente, deve-se fazer referência à Deficiência Intelectual “por referir-se ao funcionamento do intelecto especificamente e não ao funcionamento da mente como um todo”. Disponível em:

<<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=1321>> Acesso em: 23/04/2013.

Surdos (INES) e, nesse espaço, foram realizadas diversas oficinas, como sapataria para meninos e tricô para meninas (MAZZOTA, p.29, 2005).

A partir dessas fundações, em meados do século XIX, são realizadas diversas discussões por meio de congressos que possibilitam debater a educação dos cegos e dos surdos, tendo em vista o currículo e a formação de professores surdos e cegos, além dos recursos financeiros que foram destinados aos mesmos, contribuindo para diversas ações voltadas para o atendimento pedagógico ou médico-pedagógico aos deficientes (MAZZOTA, p. 29, 2005).

Além disso, no início do século XX, ocorre a ampliação de trabalhos científicos e técnicos a serem publicados em eventos, tal como o 4º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, no Rio de Janeiro, além de proporcionar o atendimento em escola de ensino regular, a deficientes mentais (MAZZOTA, p.30, 2005).

Houve também a criação de Instituições Especializadas para o atendimento às pessoas com deficiência, tal como o Instituto Pestalozzi, criado em 1935, para atendimento especializado a “deficientes auditivos e mentais” (MAZZOTA, p.31, 2005).

O Instituto Pestalozzi desenvolvia trabalhos em prol dos deficientes e começou a se expandir por diversos lugares, como Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Além disso, recebeu influência de Helena Antipoff, psicóloga, que criou diagnósticos, classes e escolas especiais.

Em 1943, o Instituto Benjamin Constant (IBC) possibilitou a instalação de uma imprensa Braille, com intuito de disponibilizar, aos alunos com deficiência visual pertencentes ao Instituto, produções escritas em braille (MAZZOTA, p.33, 2005).

Segundo Mazzota (2005), no período compreendido entre os anos de 1932 a 1943, surgem classes especiais com objetivos educacionais, como a Santa Casa de Misericórdia, que disponibilizava o ensino hospitalar e o Lar Escola São Francisco, com a necessidade de acompanhar a reabilitação de deficientes físicos.

Em 1950, surge no Brasil a Associação de Assistência à Criança Deficiente – AACD, instituição particular especializada que vem mantendo “convênio com o estado e a prefeitura de São Paulo”, para atender aos alunos da rede estadual e municipal de ensino. (MAZZOTA, p.40, 2005)

No dia 11 de dezembro de 1954, “foi fundada, na cidade do Rio de Janeiro, a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE” com o objetivo de atender aos alunos com problemas relacionados à deficiência mental (MAZZOTTA,

2005, p.46).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961, deve haver “o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente, dentro do sistema geral de ensino, tendo em vista, a escola da rede regular”. A Lei Complementar nº. 5.692/71 altera a LDB de 1961, afirmando que o atendimento oferecido às pessoas com deficiência, superdotados e em distorção de idade e série não atende às suas necessidades, o que acaba levando-as às escolas especiais e não às escolas de ensino regular, como previsto em lei.

Em contrapartida, a LDB atual nº 9.394/96 afirma que esse atendimento será disponibilizado “em classes, escolas ou serviços especializados”, sendo dever do Estado garantir a oferta da educação especial. Entre outras determinações, a LDB afirma que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora.

Com a criação do Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, passam a ocorrer campanhas de modo assistencialista a favor das pessoas com deficiência, assim como ações isoladas no estado com intuito de promover “o acesso universal à educação” (NETO, s/d, p. 3).

Segundo a Constituição Federal de 1988, art. 205, deve haver a educação para todos como direito subjetivo para que as pessoas possam conviver e interagir normalmente, atendendo à diversidade humana. Ainda na Constituição, os seus artigos 206 e 208, respectivamente, tratam sobre o acesso e permanência na escola e afirmam que deve haver o Atendimento Educacional Especializado (AEE) às pessoas com

deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino.

Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 5º, afirma que:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

O mesmo Estatuto, em seu artigo 55, estabelece como obrigação dos pais ou responsável “matricular seus filhos na rede regular de ensino”. As leis orgânicas e municipais foram contribuindo para ampliação da educação especial e, em 1994, através da Declaração de Salamanca apud Neto (s/d, p.2), foi estabelecido que,

as escolas de ensino regular devem educar todos os alunos, enfrentando a situação de exclusão escolar das crianças com deficiências, das que vivem nas ruas ou que trabalham, das superdotadas, em desvantagem social e das que apresentam diferenças linguísticas, étnicas e culturais.

O Decreto nº 3.298 de 1999 regulamenta a Lei nº 7.853/89 sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (PNIPPD) – a educação especial está integrada ao ensino regular como modalidade que perpassa todos os níveis de ensino. Ainda em 1999, a Convenção da Guatemala, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, ratifica os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais para as pessoas com deficiência em relação às demais, definindo discriminação como toda atitude de diferenciação.

Em 2001, segundo as diretrizes da Resolução CNE/CEB nº 2, todos os alunos devem ser matriculados no sistema de ensino, sendo que, para aqueles com necessidades educacionais especiais, deve ser disponibilizado o Atendimento Educacional Especializado (AEE) visando a atender todas as suas necessidades, com o intuito de oferecer uma educação de qualidade para todos.

Em 2003, surge o Programa Educação Inclusiva, criado pelo Ministério da Educação, que garante o direito à diversidade, com o objetivo de transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, proporcionando o direito de acesso de todos à escolarização com acessibilidade e Atendimento Educacional Especializado.

Em 2004, o Ministério Público Federal apresenta o documento *O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular*, com o objetivo de reafirmar o direito à escolarização de alunos com e sem deficiência em turmas comuns do ensino regular. Em 2005, é implementado o Núcleo de Atividade das Altas Habilidades/Superdotação – NAAH/S em todos os estados e no Distrito Federal, com a formação de centros de referência para o Atendimento Educacional Especializado aos alunos com altas habilidades/superdotação, orientando as famílias e capacitando os professores (Política Nacional de Educação Especial, 2007, n.p.).

Com relação ao Plano Nacional de Educação (PNE, 2010), este define diretrizes e metas voltadas para educação especial, tal como uma escola que acolha a diversidade e ofereça todo atendimento necessário, com intuito de manter o acesso e a permanência destas pessoas no ensino regular.

Entretanto, a procura de matrícula pelas pessoas com deficiência, em escola comum, se apresenta em pequena escala, pois, muitas vezes, estas escolas não atendem às necessidades destes alunos, devido à má formação docente, na qual os professores não obtêm informação precisa de como lidar com os alunos com deficiência, ocasionando a preferência destes por escolas de educação especial.

Além disso, o problema também decorre da falta de estrutura arquitetônica da escola, material pedagógico adequado para atender aos alunos com deficiência, entre outros fatores. Também a Organização das Nações Unidas – ONU, na convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência, estabelece que os Estados assegurem o que está exposto acima.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE, 2007) aborda que deve haver a implementação da sala de recursos, onde sejam disponibilizados instrumentos necessários à necessidade específica do aluno com deficiência. Estes recursos envolvem a disponibilização de Tecnologia Assistiva, como softwares, livros em braille, entre outros, que facilitam o desenvolvimento escolar desse aluno.

### **3.2. Ensino Superior: acessibilidade, inclusão do deficiente visual e a importância consciente da participação do professor**

O mundo de hoje está repleto de simbologias representadas por imagens, que trazem diversos significados que nos fazem situar no ambiente em que estamos e, logo que adentramos no mesmo, são capturadas pelos nossos olhos diversas imagens que

revelam características perceptíveis, tais como suas formas, contornos, tamanhos, cores, entre outros. Entretanto, a falta de visão exige uma adaptação ao ambiente quanto à localização dos móveis e objetos que compõem o meio, sendo esta uma realidade de muitos alunos cegos que entram pela primeira vez na escola e em sala de aula.

As pessoas com deficiência visual, por vezes, ficam limitadas a estas informações, sendo preciso “rever as práticas convencionais, conhecer, reconhecer e aceitar as diferenças como desafios positivos e expressão natural das potencialidades humanas” (SÁ et al., 2007, p. 13).

Sem a visão, a pessoa fica limitada quanto à percepção de todas estas formas e tamanhos que o ambiente disponibiliza, e a cegueira pode ocorrer de modo congênito (desde o nascimento) ou ser adventícia ou adquirida (após o nascimento) “em decorrência de causas orgânicas ou acidentais. Em alguns casos, a cegueira pode associar-se à perda da audição (surdocegueira) ou a outras deficiências” (SÁ et al., 2007, p. 15). Sendo assim, a visão “é o elo de ligação [sic] que integra os outros sentidos, permite associar som e imagem, imitar um gesto ou comportamento e exerce uma atividade exploratória circunscrita a um espaço delimitado.” (SÁ et al., p.15, 2007)

Em outros casos, segundo os mesmos autores, pode vir a ocorrer a exérese de um dos olhos, sendo necessário “o uso de próteses oculares para correção”. Neste caso, a perda de um órgão sensorial permite o desenvolvimento dos outros e a cegueira deixa de ser tratada como um defeito, pois pode ser compensada por outros órgãos, como o auditivo, tátil e o olfativo. O deficiente visual se utilizará destes sentidos para perceber o ambiente no qual está situado, guardando na memória todas as informações adquiridas em seu cotidiano.

A limitação da pessoa cega se constitui de modo biológico no momento em que é impedida de receber informações visuais, de se locomover e explorar novos espaços. Entretanto, não é impedida ou limitada socialmente, pois, através da palavra, consegue se apropriar do significado do real, sendo as relações humanas mediadas pela linguagem que é representada pela imagem do real contida nas palavras, possibilitando diferenciar as cores, por exemplo.

Segundo Caiado (2003, p. 40), para combater as limitações implicadas pela cegueira, é preciso compreender três dimensões:

Prevenção da cegueira, enquanto produção social, dadas as péssimas condições de vida das camadas populares; ações educacionais que coloquem fim ao isolamento da pessoa cega e ao limite entre a escola

especial e a escola regular; o acesso ao trabalho criador em contraposição ao trabalho explorado, humilhante, assistencial.

Para que haja a inclusão destes alunos no ambiente escolar ou universitário, é necessário que este seja estimulador e mediador, capaz de proporcionar a interação com os demais colegas de sala, tratando-os como iguais, respeitando, segundo Sá et al. (2007, p. 14):

Seu desejo em aprender, aos interesses, à curiosidade, às motivações, às necessidades gerais de cuidados, proteção, afeto, brincadeiras, limites, convívio e recreação dentre outros aspectos relacionados à formação da identidade e aos processos de desenvolvimento e aprendizagem.

Além disso, é fundamental respeitar seus direitos, normas e regulamentos que fazem parte da vida escolar. Ao entrar na escola, é necessário que o cego conheça todo o ambiente no qual está inserido, para que sejam possibilitadas, gradualmente, a percepção e a localização espacial das portas, do banheiro, dos móveis, devendo estes serem estáveis, entre outros, que darão confiança ao se deslocar pelos diversos espaços da Instituição.

Deverá ser “reservado um espaço na sala de aula com mobiliário adequado para a disposição dos instrumentos utilizados por esses alunos, que devem incumbir-se da ordem e organização do material para assimilar pontos de referência úteis para eles.” (SÁ et.al., p.22, 2007)

No espaço acadêmico, é preciso observar as diversas barreiras arquitetônicas e atitudinais, para que sejam realizadas medidas que amenizem o preconceito, através de cursos, palestras e seminários, com intuito de haver a produção e a disseminação do conhecimento, através do acesso às informações, sendo estas acessíveis a todos.

Segundo a aluna G. C. A., as barreiras arquitetônicas, ultimamente, vêm ocorrendo devido

à presença dos obstáculos ocasionados pela obra no *campus*, onde não há sinalização que mostre os locais específicos das obras e os alunos sentem dificuldade em circular pelo *campus*, correndo o risco de tropeçar e cair. Além disso, não há uma pessoa específica que oriente quanto à mobilidade pelo *campus* (Depoimento em: 22/07/2012).

Souza (2009) detectou, no *campus* da Universidade Federal de Sergipe, diversos problemas relacionados à acessibilidade. Dentre estes, estão:

A ausência de rampas e plataformas elevatórias ou elevadores que deem acesso às didáticas; falta de rampa ou plataforma para o andar superior da biblioteca central; no RESUN (Restaurante Universitário) há sanitário sem acessibilidade em que o acesso ao mesmo é impossibilitado devido à apresentação de degraus [...] entre outros.

É preciso compreender que, para a instituição acadêmica estabelecer pleno desenvolvimento, antes é preciso vencer as barreiras existentes, assim como buscar relacionamentos respeitosos e de igual oportunidade, fundamentais para a formação de uma comunidade consciente, com o objetivo de concretizar a ideia de educação para todos.

Em sala de aula, os professores precisam estar cientes de que os alunos, como pequenos aprendizes, têm receio do convívio com o aluno deficiente por não saberem como se relacionar com o mesmo, mas é preciso criar um ambiente em que todos possam se ajudar mutuamente e sejam envolvidos em atividades de grupo, com o intuito de que todos desenvolvam novas habilidades de modo a lidar com as diferenças.

Para isso, devem ser evitados conflitos em sala de aula que, por vezes, partem de diversas suposições, tal como afirmar que a única resolução possível dos problemas seja o resultado de perda ou ganho. Segundo Susan Staimback e William Staimback (1999, p. 58),

Se tivermos mais práticas em sala de aula que apoiem as amizades, deveremos pagar por isso em declínio nas habilidades ou nas realizações acadêmicas; se tivermos mais inclusão, devemos ter menos serviços especializados que aqueles requeridos pelos alunos; se tivermos maiores benefícios para os alunos com deficiência, os alunos sem deficiência deverão sofrer.

Contrário a isso, é preciso entender que não se deve exigir que as escolas assumam responsabilidades para controlar todos os detalhes da criança, sendo necessário que os pais se envolvam e possam contribuir para a inclusão dos filhos, dando liberdade para as escolhas, oferecendo conselhos quando for preciso, com o objetivo de que os mesmos sejam independentes.

No entanto, o adolescente com deficiência, ao entrar para a Universidade, precisa encontrar nela uma comunidade acolhedora, com o objetivo de ajudar os alunos a se adaptarem dentro do *campus*, indo além do desenvolvimento de um currículo de habilidades sociais, proporcionando redes de apoio que facilitam a inclusão, compostas por equipes de apoio que se reúnem para discutir problemas, ideias e técnicas. A maioria

dessas equipes designa uma pessoa para atuar como facilitadora da inclusão com o objetivo de promover recursos e apoio ao professor, além de oferecer oportunidades para que os alunos promovam as amizades.

Com isso, a força-tarefa tem como objetivo “ajudar todas as pessoas envolvidas com a escola a conseguirem um melhor entendimento dos fundamentos e dos métodos para desenvolver e manter uma comunidade escolar inclusiva e acolhedora” (STAIMBACK, STAIMBACK, p.71).

Para que isso ocorra, deve-se implementar um plano estratégico com objetivos específicos que envolvam programação, com a finalidade de se conseguir a inclusão e o início a uma reforma da Universidade. No entanto, segundo Salomon, Schaps, Watson & Battistich *apud* Staimback, Staimback (1999), é preciso

[...] proporcionar meios através dos quais os professores possam aprender novas práticas educacionais, encontrar maneiras de estabelecer relações pessoais entre todos os alunos da escola, desenvolver com os professores uma concepção de disciplina, que vigore em toda a escola, e ajudar a escola como um todo a tornar-se acolhedora e manter-se como uma comunidade.

É importante que o professor estimule o aluno a desenvolver seu potencial visual, para que o mesmo possa desempenhar e realizar suas atividades normalmente, sendo que estas precisam ser motivadoras, prazerosas e intencionais. Além disso, o ambiente precisa ser calmo, deve transmitir confiança para que desperte no aluno o desejo em aprender.

É preciso considerar que todos os alunos, independentemente de sua limitação, têm capacidade de aprender, e “o aprofundamento teórico do professor deve decorrer, inicialmente, da necessidade que a prática na sala de aula impõe, das demandas concretas de alunos que já estão inseridos nela” (SELAU et al., 2010, p. 7).

Não adianta incluir e excluir ao mesmo tempo, mas, é necessária uma parceria entre o professor e a instituição de ensino que recebeu esse aluno, com o intuito de organizar práticas que o auxiliem durante seu processo educativo e que não o levem ao constrangimento perante os demais colegas, permitindo ao educando enfrentar suas próprias dificuldades.

Para tanto, “é essencial que os professores reconheçam sua própria importância no processo de inclusão, pois a eles cabe planejar e implementar intervenções pedagógicas que deem sustentação para o desenvolvimento das crianças.” (SELAU

et.al., p.8, 2010)

O professor, em sala de aula, pode utilizar metodologias diferenciadas com objetivo de atender a todos os alunos envolvidos nas atividades planejadas. Neste caso, não será preciso mudar o objetivo central daquela aula, mas aplicar um novo método que possibilite ao aluno com deficiência se envolver intensamente com aquilo que está sendo proposto tanto para ele quanto para os demais colegas.

Segundo o aluno G. M. R., da área de Humanas da UFS, com relação aos métodos aplicados pelos professores em sala de aula, este afirma:

Como eu entrei agora na Universidade, posso relatar minha dificuldade sobre as provas que fiz. Eu não percebi um grau de dificuldade acentuado, dada a metodologia utilizada pelo professor para aplicação da prova. Talvez, houve dois fatores que me proporcionaram essa condição meio favorável, digamos. Primeiro, era que eu tinha acesso ao conteúdo. Segundo, posso relatar um dos professores em que o mesmo não fora burocrático ou rígido quanto a sua metodologia. Pelo contrário, mostrou-se bem flexível e adotou um critério de avaliação oral e a postura dele no momento da avaliação foi bem sensível. Por exemplo, ele me deixou à vontade. Claro que ele foi coerente no sentido de cobrar de mim o mesmo conteúdo que ele havia cobrado na prova escrita para os meus colegas e não facilitou (Depoimento em: 08/05/2012).

Segundo a aluna G. C. A., além do apoio prestado pelos professores, caso seja passada alguma atividade de pesquisa, a estudante tem o auxílio da família no momento de realização da atividade que, por vezes, “é enviada por e-mail ou tirada uma cópia, sendo esta entregue ao professor e uma outra fica com o aluno e quando há imagens estas são escaneadas”. Para a xérox, conta com o apoio dos demais colegas, mas relata que já ficou sem material.

Segundo a mesma aluna, assim que a família soube da deficiência visual, inicialmente:

Não me conformei, mas, assim que eu e meus pais estávamos à espera do atendimento médico, meus pais viram uma pessoa com Síndrome de Down e perceberam que todos são capazes de realizar atividades mesmo com as limitações. E meus irmãos me acolheram bem, deram total apoio e o tratamento entre nós se dá por igual e não há privilégios (Depoimento em: 22/07/2012).

É importante que a família, ao descobrir a deficiência visual, não se distancie, mas se faça presente, dando todo suporte e apoio que a criança, adolescente ou adulto venha a precisar neste momento, e ajude a superar as limitações. Além disso, no

momento em que a criança for inserida no espaço escolar, a família deve colaborar com os professores, com intuito de prestar auxílio quanto às necessidades acadêmicas do aluno.

É preciso compreender que incluir não é somente inserir o aluno no espaço acadêmico, mas oferecer recursos e oportunidades para que todos os alunos “tenham possibilidades reais de construção do seu conhecimento, interagir com outras pessoas, desenvolver suas potencialidades, preparar-se para a vida, a independência e a liberdade para viver e conviver em sociedade” (SELAU et al., 2010, p. 5).

É necessário formar os professores para que os mesmos sintam-se seguros ao trabalhar com pessoas com deficiência, por meio de cursos de formação de professores voltados para a área de educação inclusiva ou por meio da criação de grupos de estudo que debatam sobre a deficiência visual, com intuito de que todos compreendam as dificuldades e limitações que estas pessoas apresentam no momento da aprendizagem.

Para isso, é preciso criar possibilidades de os alunos interagirem em sala de aula e o trabalho em grupo, neste caso, é bastante relevante, pois faz com que o aluno com deficiência visual interaja com os demais colegas, facilitando o desenvolvimento cognitivo advindo de outras culturas, sendo este desenvolvido em meio social coletivo que, em seguida, é interiorizado pelo indivíduo.

Segundo o aluno G. M. R., da área de Humanas da UFS, em relação sua interação com os professores e demais colegas de sala é positiva.

A receptividade por parte de meus colegas se deu de forma natural, não houve um aspecto de rejeição à minha presença. Pelo contrário, desde o início se dispuseram a me ajudar tanto em termo de circular dentro da Universidade quanto no auxílio dentro da própria sala e, em termos, de redigir alguns apontamentos que eu venha a precisar, os meus colegas me dão suporte. Na realização de trabalho em grupo, não sou posto à margem, pelo contrário, antes mesmo de pedir para participar dos grupos, eles me colocam. Nessa questão, eu diria que me sinto integrado à turma. No aspecto do professor, eu não fui nesse primeiro período ignorado pelos professores, em que pese os departamentos não terem comunicado aos mesmos a minha condição, eu procurei um a um para expor minha condição e a receptividade foi bem natural, não houve apresentação de obstáculos e não foram inacessíveis (Depoimento em 08/05/2012).

É importante formar, na sala de aula, laços de colaboração que favoreçam ao deficiente visual sua adaptação ao ambiente escolar ou acadêmico, assim como proporcionar o círculo de amizade. Para que o conhecimento seja assimilado de modo

mais fácil, é preciso disponibilizar material didático acessível/adaptado aos alunos com deficiência visual, dentre estes: livros e textos redigidos em braille.

Além disso, é relevante a promoção de culturas inclusivas entre professores e alunos, para que possam melhor acolher, apreciar e acomodar a diversidade, criando oportunidades para que as amizades se desenvolvam, pois a Universidade é um local onde são estimuladas atitudes, interesses e habilidades, tanto para o amadurecimento pessoal quanto profissional, que permanecerão durante toda a vida. Tendo como objetivo desenvolver a consciência de que todos que fazem parte dela, também são parte de uma comunidade onde, ao mesmo tempo, é preciso cuidar das necessidades de aceitação, inserção e de amizades dos alunos.

Para isso, existem alguns programas que auxiliam no planejamento de estratégias de acolhimento desses alunos que farão parte do círculo acadêmico. Dentre eles está o Programa de Educação Individualizada (PEI), momento em que os professores se reúnem para organizar o planejamento. Além disso, devem ser elaboradas estratégias das necessidades de apoio ao aluno, tal como ajudar a equipe a desenvolver sobre aquilo que é importante para o educando, que se concentra nas potencialidades do mesmo, interferindo positivamente em sua vida.

É preciso estabelecer planos de ação que ofereçam assistência técnica a todos os professores e demais profissionais envolvidos, dando oportunidades aos educadores para que os mesmos apoiem os alunos, sendo necessárias equipes dinâmicas que não realizem apenas uma função, mas que estejam preparadas para as diversas situações.

Os professores precisam estar atentos às diversas características que os alunos possam vir a demonstrar em sala de aula e como estas poderão ajudar a identificar a presença do aluno com baixa visão<sup>5</sup>. Dentre estas características, Sá et al. (2007, p. 18) coloca que os alunos podem

[...] tentar remover manchas, esfregar excessivamente os olhos, franzir a testa, fechar e cobrir um dos olhos, balançar a cabeça ou movê-la para frente ao olhar para um objeto próximo ou distante, levantar para ler o que está escrito no quadro negro, em cartazes ou mapas, copiar do quadro negro faltando letras, tendência de trocar palavras e mesclar sílabas, dificuldade na leitura ou em outro trabalho que exija o uso concentrado dos olhos, piscar mais que o habitual, chorar com frequência ou irritar-se com a execução de tarefas, tropeçar ou

---

<sup>5</sup> Entende-se por baixa visão, a acuidade visual entre 0,30 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (FERRARI, 2008, p. 21).

cambalear diante de pequenos objetos, aproximar livros ou objetos miúdos para bem perto dos olhos, desconforto ou intolerância à claridade. Esses alunos costumam trocar a posição do livro e perder a sequência das linhas em uma página ou mesclar letras semelhantes. Eles demonstram falta de interesse ou dificuldade em participar de jogos que exijam visão de distância.

Segundo as mesmas autoras, o estado emocional e a iluminação natural do ambiente são fatores que interferem na condição visual daqueles que têm baixa visão, sendo que esta limita o indivíduo a perceber as diversas informações que o rodeia, “[...] restringindo a grande quantidade de dados que este oferece e que são importantes para a construção do conhecimento sobre o mundo exterior [...]” (SÁ et al., 2007, p. 17).

Além disso, é necessário que o professor conheça seu aluno, através de seu diagnóstico e contexto familiar, para que possa agir da melhor forma quando o mesmo precisar, assim como construir atividades adequadas que possibilitarão a execução das tarefas.

É preciso compreender que a aprendizagem ocorrerá através dos outros sentidos e pela “capacidade do cérebro de realizar as suas funções, de capturar, codificar, selecionar e organizar imagens fotografadas pelos olhos. Essas imagens são associadas com outras mensagens sensoriais e armazenadas na memória para serem lembradas mais tarde” (SÁ et al., 2007, p. 17). O tato também assume importante função para o deficiente visual em que faz parte do sistema háptico, sendo este definido por Sá et al. (2007, p. 16) como,

[...] o tato ativo, constituído por componentes cutâneos e sinestésicos, através dos quais impressões, sensações e vibrações detectadas pelo indivíduo são interpretadas pelo cérebro e constituem fontes valiosas de informação. As retas, as curvas, o volume, a rugosidade, a textura, a densidade, as oscilações térmicas e dolorosas, entre outras, são propriedades que geram sensações táteis e imagens mentais importantes para a comunicação, a estética, a formação de conceitos e de representações mentais.

Segundo Sá et al. (2007, p.16), cada pessoa desenvolve processos particulares de codificação que formam imagens mentais. A habilidade para compreender, interpretar e assimilar a informação será ampliada de acordo com a pluralidade das experiências, a variedade e qualidade do material, a clareza, a simplicidade e a forma como o comportamento exploratório é estimulado.

Além da percepção tátil, é através da linguagem que o deficiente visual vai

umentar seu leque de informações, além de possibilitar a interação que, a partir de suas experiências, dará o sentido real das coisas. Entretanto, segundo Sá et al. (2007, p. 21), alguns alunos,

[,,] podem utilizar palavras ou expressões descontextualizadas, sem nexos ou significado real, por não basearem-se em experiências diretas e concretas. Esse fenômeno é denominado verbalismo e sua preponderância pode ter efeitos negativos em relação à aprendizagem e ao desenvolvimento.

Para isso, “é necessário incentivar o comportamento exploratório, a observação e a experimentação para que estes alunos possam ter uma percepção global necessária ao processo de análise e síntese” (SÁ et al., p.21, 2007).

Para a escrita, foi desenvolvido por Louis Braille, em 1825, o Sistema Braille, cujo instrumento utilizado para desenvolver a escrita é denominado Reglete, com auxílio da punção ou máquina de escrever em braille. Sá et al. (2007) definem,

A reglete é uma régua de madeira, metal ou plástico com um conjunto de celas braille dispostas em linhas horizontais sobre uma base plana. O punção é um instrumento em madeira ou plástico no formato de pêra ou anatômico, com ponta metálica, utilizado para a perfuração dos pontos na cela braille. O movimento de perfuração deve ser realizado da direita para a esquerda para produzir a escrita em relevo de forma não espelhada. Já a leitura é realizada da esquerda para a direita. Esse processo de escrita tem a desvantagem de ser lento devido à perfuração de cada ponto, exige boa coordenação motora e dificulta a correção de erros. A máquina de escrever tem seis teclas básicas correspondentes aos pontos da cela braille.

As atividades podem ser realizadas oralmente ou descritas. No momento de passar um vídeo, por exemplo, é necessária a descrição de todo o cenário; os desenhos devem ser representados em relevo, podendo a técnica deste último ser utilizada na avaliação para representação de gráficos, diagramas etc., e o tempo de realização das atividades precisa ser estendido devido às limitações que poderão vir a ocorrer no ato de sua realização.

Ainda é preciso envolver a turma fazendo com que os alunos dialoguem, possibilitando novas atitudes e posturas. O professor deve evitar a superproteção do aluno com deficiência visual, para não torná-lo dependente do adulto. É também relevante “combater atitudes discriminatórias” (SÁ et al., 2007, p. 22).

Para estimular a interação, podem ser utilizados jogos educativos de encaixe,

sendo que, para isso, “é indispensável que os recursos didáticos possuam estímulos visuais e táteis que atendam às diferentes condições visuais. Portanto, o material deve apresentar cores contrastantes, texturas e tamanhos adequados para que se torne útil e significativo” (SÁ et al., 2007, p. 27).

Além disso, Sá et al. (2007, p. 20) trazem algumas recomendações para que seja possibilitado ao aluno com deficiência visual realizar todas as suas atividades. Dentre estas, é preciso:

estimular uso constante dos óculos, caso seja esta a indicação médica; sentar o aluno a uma distância de aproximadamente um metro do quadro negro na parte central da sala; evitar a incidência de claridade diretamente nos olhos da criança; colocar a carteira em local onde não haja reflexo de iluminação no quadro negro [...].

Segundo estes autores, significativos à avaliação funcional da visão, estão a acuidade visual, o campo visual e a funcionalidade ou eficiência da visão. O primeiro faz referência à distância em linha reta da qual podemos enxergar um objeto; o segundo diz respeito ao foco em que o objeto é percebido, sendo este relacionado ao ângulo de visão; e a última está voltada ao estímulo e ativação das capacidades visuais para que o indivíduo possa desenvolver com segurança e autonomia suas atividades cotidianas, assim como se locomover pelos diversos espaços tendo a “capacidade de percepção de estímulos ou obstáculos” (SÁ et al., 2007, p. 17). Aqueles que possuem visão subnormal<sup>6</sup> não devem ser confundidos com cegos, pois os primeiros, apesar de sua limitação, ainda dispõem de visualização de imagens do ambiente.

A estrutura das escolas, por vezes, não era prioridade das políticas públicas, cabendo aos pais encontrar o melhor caminho ou meio para educar seus filhos; e os livros em braille, por vezes, são feitos manualmente por professoras especializadas. Havia a dificuldade na produção dos livros em braille, devido à demora da própria produção, que geralmente se dá de 3 a 6 meses depois de feito o pedido, resultando no não acompanhamento sistemático dos alunos cegos, o que implica a demora do aprendizado.

---

<sup>6</sup> A visão subnormal é um comprometimento significativo da visão que não pode ser corrigido com uso de óculos convencionais, lentes de contato e nem mesmo com intervenção cirúrgica. Sociedade Brasileira de Visão Subnormal – SBVSN.

### 3.3. Tecnologia Assistiva para os deficientes visuais

Diversos aspectos positivos são percebidos com a presença do aluno deficiente em sala de aula regular, tais como a “oportunidade para cuidar de outras pessoas; agir consistentemente baseados em valores importantes, como a promoção da igualdade, a superação da segregação ou a defesa de alguém que é tratado injustamente [...]” (STAIMBACK; STAIMBACK, 1999, p. 53).

Como meio de facilitar novas práticas e inovações em sala de aula, os professores podem utilizar serviços e recursos tecnológicos que favoreçam o desempenho dos alunos na realização de suas atividades. Neste caso, a Tecnologia Assistiva vem como um auxílio ao aluno deficiente, já que facilita a escrita, a leitura de textos e a aquisição dos conteúdos propostos em sala de aula.

Diante disso, a Universidade deve estar preparada para receber estes alunos, como meio de facilitar a inclusão. Hoje, existem instrumentos e inovações que contribuem para este fim, tais como o MAPS, o CPS e o PATH. Além disso, sistemas também são desenvolvidos, tais como a aprendizagem cooperativa, o círculo de amigos, aprendizagem do parceiro e os facilitadores da inclusão.

Os deficientes visuais devem ter acesso a diversas tecnologias como meio de facilitar seu processo de ensino e aprendizagem. Segundo Souza e Prado (2008, p.30), a Instituição Acadêmica deve disponibilizar programas como,

o JAWS, que permite ao cego, pressionando as teclas de seta e TAB, passar o cursor pelo conteúdo da tela e ouvi-lo em português, inglês ou outras línguas; o MAGIC, que oferece recursos como ampliação do tamanho da tela até 16 vezes e inversão de cores, para aumentar o contraste e facilitar a leitura; o Transcritor Braille DUX BURY (DBT), software com o qual é permitido transformar um texto de Word ou página da internet em escrita Braille; e o TGD Pro, outro recurso que permite que uma imagem escaneada possa ser transformada em pontos Braille. Esses são alguns exemplos necessários para que ocorra o processo de inclusão, socialização e acessibilidade do cego.

Além destes, existem outros recursos que facilitam o desempenho do aluno, definidos como recursos ópticos (ex.: lupas, telescópio). Os recursos podem ser para longe (como o telescópio utilizado comumente para a leitura no quadro negro, e as lunetas), assim como podem ser utilizados para perto, com auxílio de óculos especiais contendo lentes de aumento. Também existem os não ópticos, que podem ser exemplificados como: tipos ampliados (ampliação de apostilas); acetato amarelo (que

reduz a claridade); plano inclinado (carteira adaptada); acessórios (canetas de ponta porosa); softwares (com sintetizadores de voz); chapéus e bonés (que ajudam a reduzir o reflexo da luz); e circuito fechado de TV.

Além destes, existem recursos de baixo custo construídos com materiais de preço acessível, como EVA, papelão, caixas de chiclete que podem virar uma cela Braille, fita métrica, baralho, entre outros. Entretanto, existem os de alto custo, como o sorobã (utilizado para cálculos Matemáticos), mapas que podem estar em relevo, livros adaptados e acessíveis. Além disso, ainda existem os recursos tecnológicos, como o Dosvox, o Virtual Vision e o JAWS, que facilitam o aumento das informações e a aprendizagem do aluno.

Atualmente, a Universidade Federal de Sergipe disponibiliza alguns destes recursos em alguns de seus setores, como: no Programa de Ações Inclusivas, onde é disponibilizado o Programa DOSVOX. Na biblioteca, existe a presença da impressora Braille com o objetivo de traduzir os textos, apostilas e livros para a linguagem braille assim que é solicitado pelo aluno. Neste mesmo local também está disponível o DOSVOX.

### **3.4. Importância da Tecnologia Assistiva para os deficientes visuais**

O homem, ao longo da História e até o presente momento, vem buscando alternativas que propiciem uma melhor qualidade de vida em sociedade. Neste sentido, as pessoas cegas tendem a buscar autonomia para locomover-se e deslocar-se a pé, sendo isto denominado de “Orientação e Locomoção.” Nas sociedades antigas, vários instrumentos foram utilizados para ajudar no deslocamento. Dentre os registros encontrados, está um cajado que pertenceu a Isaac, garoto cego que utilizava o instrumento como auxílio no deslocamento.

No início do século XX, há a utilização de alternativas de cunho científico e, em 1923, é criada a organização de cães-guias para cegos civis e a bengala se torna o principal e simples recurso de Tecnologia Assistiva. Em 1958, é realizado no Brasil o Primeiro Curso de Treinamento de Instrutores de Orientação e Mobilidade para Cegos.

Em 1929, foi fundado em São Paulo o Instituto de Cegos Padre Chico, por intermédio do poder público e da Igreja Católica, possibilitando o Atendimento Especializado de caráter assistencial, trazendo à tona “novos meios de lutas por direito e sociabilização.” (FERRARI, 2008, p. 20). Em 1950, segundo Ferrari (2008), foi

instalada a primeira imprensa Braille do Brasil, na cidade de São Paulo, situada na atual fundação Dorina Nowil, fundada em 1946. A partir disso, foi trazido o uso da bengala longa como meio de identificar pessoas cegas em deslocamentos independentes (FERRARI, 2008, p. 19).

Na década de 1990, surgem novas tecnologias, tais como o Deltatalk (sintetizador de voz) e o Virtual Vision (primeiro leitor de telas brasileiro), ambos criados pela empresa Micropower em 1994. Nesse mesmo ano, surge o projeto DOSVOX, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), idealizado pelo professor José Antônio Borges, com intuito de atender à necessidade de um aluno matriculado na Instituição e possibilitar a interação do cego com o computador, ampliando o acesso às informações, além de levar novos meios de aprendizagem e comunicação (FERRARI, 2008, p. 17).

Após o projeto DOSVOX, houve a criação de novos produtos, tanto nacionais como estrangeiros, assim como o acesso crescente de novos usuários às Tecnologias Assistivas, que possibilitaram a interação destas pessoas com novos programas, tais como os pertencentes ao pacote Microsoft Office, como o Word, Excel etc. Com a presença de novos recursos de Tecnologia Assistiva, é possível mudar o modo de vida das pessoas cegas, pois o indivíduo torna-se mais independente para realizar atividades diárias, contribuindo para sua autoestima.

Contudo, isso não quer dizer que o deficiente não precisará da ajuda de outras pessoas, pois a tecnologia não substituirá os auxílios que aquele que estiver manipulando poderá vir a precisar na utilização da Tecnologia Assistiva - não apenas de pessoas especializadas, mas de toda a sociedade, não diminuindo sua independência.

Diante disso, o termo Tecnologia Assistiva surge nos EUA em 1988, em meio a outras leis relacionadas ao “American with Disabilities Act (ADA) que regula os direitos dos cidadãos com deficiência” (FERRARI, 2008, p. 32). A Tecnologia Assistiva é uma adaptação ao ambiente daqueles que possuem necessidades especiais, através da utilização de ferramentas e equipamentos especiais.

A Tecnologia Assistiva, segundo o ADA, é composta por recursos e serviços, sendo os primeiros “todo e qualquer item, equipamento ou parte dele, produto ou sistema fabricado em série ou sob medida, utilizado para aumentar, manter ou melhorar as capacidades funcionais das pessoas com deficiência” (FERRARI, 2008, p. 33). Já os serviços servem para auxiliar a pessoa a selecionar, comprar e usar os recursos de Tecnologia Assistiva por meio de treinamentos, avaliações e experimentos.

Diversos termos são utilizados para Tecnologia Assistiva, tais como ajuda técnica, tecnologia de apoio, tecnologia adaptativa e adaptações. Para os recursos, é utilizado o termo “Recursos Tiflotécnicos” na Espanha e em Portugal.

Segundo Teófilo Galvão (2007), o termo “Tecnologia Assistiva” surgiu em 1988 nos Estados Unidos, por meio de um conjunto de leis conhecidas como Public Law 100-407, que regula os direitos dos cidadãos com deficiência. Além disso, se refere à independência e ao meio de compensar uma limitação funcional com intuito de que o indivíduo realize todas as suas potencialidades, devendo levar em consideração tanto as limitações dos indivíduos quanto do espaço físico.

Além disso, esse mesmo autor afirma que existem várias definições para o termo, tais como Tecnologia de Apoio ou Assistência Técnica, que inclui recursos e serviços. Os recursos fazem referência aos instrumentos utilizados pelas pessoas com deficiência como meio de melhorar as suas capacidades funcionais e o segundo aspecto envolve os serviços relacionados ao atendimento prestado pedagogicamente à pessoa com deficiência, assim como no auxílio da compra e no uso de equipamentos.

Entretanto, a Tecnologia Assistiva não envolve somente a obtenção de instrumentos ou equipamentos, mas processos, estratégias, metodologias, organização, procedimentos e transmissão de informações, sendo necessária uma avaliação funcional, como meio de prever o impacto que certo instrumento irá causar durante seu uso, com a possibilidade de estabelecer os serviços adequados.

A evolução dos recursos de Tecnologia Assistiva foi marcada pela busca do acesso à informação e à educação. Com isso, José Álvares de Azevedo trouxe para o Brasil o sistema Braille, definido por Ferrari (2008, p.36) como,

um sistema de escrita baseado em seis pontos, que permite 63 combinações que garantem à pessoa cega ler e escrever não somente textos, mas também, símbolos matemáticos, químicos, musicográficos, além de se adaptar a informática e a estenografia.

Além disso, José Álvares também foi o responsável, juntamente com o Imperador D. Pedro II, por criar uma escola para cegos, fundada em 1854, conhecida como Instituto Imperial dos Meninos Cegos, hoje Benjamin Constant (FERRARI, 2008, p. 37).

Ferrari (2008) afirma que o braille até hoje é insuficiente para cumprir com as demandas de seus usuários e são buscadas alternativas, tais como gravadores e livros

falados, que contribuem para o alcance da informação para aqueles que não possuem a visão. Diante disso, apenas a utilização do braille não é suficiente para que os alunos tenham acesso aos conhecimentos ministrados pelo professor em sala de aula, pois, segundo o aluno G. M. R.,

o braille no Ensino Superior não é a única solução, nem um único recurso ou única ferramenta de natureza eficaz. Faz-se necessário o auxílio da tecnologia. O Braille é fundamental nas séries iniciais em que seria um dado momento já dentro do ensino médio, pois, se for utilizar apenas o braille, as dificuldades se agigantam ainda mais (Depoimento em: 08/05/2012).

Com o surgimento da gravação de mensagens de voz, foi possível originar outros recursos de Tecnologia Assistiva, tais como relógios, calculadoras, medidores de pressão, termômetros de medição do clima e da temperatura corporal, entre outros, facilitando o dia a dia da pessoa cega para conviver normalmente em comunidade.

Hoje, o sistema Braille como parte das Tecnologias Assistivas ainda é uma das principais ferramentas de inclusão social das pessoas cegas e com deficiência visual. Entretanto, apenas sua utilização não é mais viável no Ensino Superior, sendo necessária a ampliação de outras tecnologias, como o gravador e o computador com os leitores de tela. Para isso, é importante que a Universidade Federal de Sergipe disponibilize uma estrutura que realmente atenda a todos que nela circulam.

Segundo a aluna G. C. A., da área de Humanas/UFS, o braille não supre suas necessidades acadêmicas.

Eu acho que hoje em dia, como a tecnologia está avançando muito, apesar de não saber muita coisa relacionada à informática, mas, tenho base devido ao meu contato com o DOSVOX, eu acho que o melhor seria a utilização do computador visando à parte do áudio (Depoimento em: 22/07/2012).

Segundo a mesma entrevistada, o computador é a tecnologia mais viável para a área acadêmica.

Economizaria mais tempo, pois, com o braille, dependendo do tamanho da apostila você gastaria muitas folhas ou um livro em que este, por exemplo, não seria um livro qualquer ou normal que você pega e faz em um único volume. Um livro em braille você faz em 2, 3 ou até 4 volumes, tem de utilizar muito mais folhas, além de tomar

mais espaço e ser muito pesado (Depoimento em: 22/07/2012).

Neste caso, o computador facilita a interação do deficiente visual com o conhecimento, assim como reduz o peso e o custo financeiro relativo à impressão do livro em braille, que não se encaixa em apenas um único volume. Apesar disso, o braille continua sendo um recurso de inclusão do deficiente visual no meio social.

Para isso, é essencial que haja, desde cedo, o contato do cego com a escrita Braille, para que o mesmo seja imerso o quanto antes no mundo letrado e a sua comunicação e ampliação das informações sejam facilitadas. O Braille é fundamental nas séries iniciais como meio de auxiliar no reconhecimento das letras do alfabeto, por exemplo.

Segundo Markiano *apud* Ferrari (2008), presidente da Associação de Deficientes Visuais e Amigos (ADEVA), para que a pessoa cega ganhe autonomia, é necessário o aprendizado do braille, assim como orientação e mobilidade. O Braille, para ele, é fundamental no processo de alfabetização das pessoas cegas, assim como para possibilitar o acesso ao mercado de trabalho, sendo preciso reconhecê-lo como um meio social, atrelado a nossa cultura, fazendo parte da luta pela cidadania.

Além disso, são disponibilizados recursos e estudos na área desportiva que auxiliam o cego na prática esportiva. Dentre os instrumentos existentes, estão as bolas com guizos, vendas, cordinhas para guias, entre outros, que contribuem para evolução do esporte para pessoas cegas e com baixa visão.

A popularização e o uso de recursos de Tecnologia Assistiva possibilitam “a revolução na vida desse segmento pelos recursos e serviços de T.A.” (FERRARI, p.38, 2008). Permite o acesso à informação, assim como novos postos de trabalho, tornando mínimas as limitações dos deficientes.

De acordo com o Estatuto da União Brasileira de Cegos (UBC), para que exista a instituição de cegos é necessária a presença de um presidente e de seu vice, devendo a instituição prestar serviços às pessoas cegas, possibilitando reabilitação e profissionalização, com intuito de integrá-las socialmente. Em 2002, a maioria dos alunos encontrava-se fora da escola, por esta não atender as reais necessidades dos alunos, em especial, o deficiente visual.

Há ainda o predomínio de problemas relacionados à escrita do aluno cego, devido à falta de informação, por parte dos professores, que ao se depararem com as novas tecnologias não conseguem manipulá-las e manuseá-las, comprometendo a

transmissão de conhecimento. Entretanto, hoje existem diversos recursos disponíveis para o cego, que possibilitam sua comunicação, tais como leitores de tela, ampliadores, escâneres, conversores de texto em áudio e impressoras Braille, que possibilitam a inclusão social.

As ações voltadas para o uso de Tecnologias Assistivas, por vezes, não são prioridades devido ao baixo conhecimento de gestores, educadores e empresários sobre a real importância da utilização destas tecnologias pelas pessoas com deficiência. Para tanto, é preciso obter conhecimento sobre essas tecnologias para que haja o real “entendimento quanto às possibilidades de desempenho das pessoas cegas e com baixa visão também passa pelo conhecimento dos recursos de Tecnologia Assistiva” (FERRARI, 2008, p. 22).

É necessária a realização de pesquisas que fomentem o uso dessas tecnologias. O fomento às Tecnologias Assistivas são “as ações desenvolvidas por órgãos públicos, organizações não governamentais, empresas, entidades educativas” (FERRARI, 2008, p. 23), que garantam apoio, desenvolvimento e estímulo ao uso e implementação dessas tecnologias, sendo o ator social, o indivíduo capaz de atuar e mudar sua própria realidade, tendo em vista diversos órgãos voltados para inclusão das pessoas cegas e com baixa visão.

Torna-se imprescindível a conscientização de todos aqueles que irão interagir com as pessoas deficientes, tais como educadores e pesquisadores científicos, quanto ao uso das Tecnologias Assistivas, assim como “o conhecimento de sua potencialidade por parte daquelas pessoas ou coletivos de pessoas capazes de atuar e de transformar a realidade em que estão inseridos, ou seja, dos atores sociais” (FERRARI, 2008, p. 27). Além disso, devem contribuir para a criação de políticas públicas que fortaleçam, ampliem, mantenham e divulguem as Tecnologias Assistivas já existentes, possibilitando a ampliação das informações a respeito do seu uso na vida diária do deficiente, com intuito de atender as reais necessidades do mesmo.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, os EUA e outros países da Europa passaram a buscar alternativas de melhorias a todos os combatentes acidentados durante a guerra, buscando melhorar o ambiente, assim como melhorar a vida dos mesmos. A partir disso, a Europa e os EUA buscam a construção do projeto acessível.

Na década de 1980, é criado o Ano Internacional das Pessoas Deficientes e, em 1987, surge o Universal Design, criado por Ron Mace, também deficiente físico, que se locomovia com o uso da cadeira de rodas e utilizava um respirador artificial. Através

desta criação, arquitetos e pessoas de outros segmentos construíram os sete princípios do desenho universal, dentre estes: design útil e comercializável; flexibilidade no uso como meio de atender a um grande número de pessoas; uso simples e intuitivo de fácil compreensão; o design deve trazer as informações necessárias aos seus usuários; não deve apresentar erros; deve ser utilizado de forma eficiente, confortável e oferecer espaços e dimensões adequados para interação, alcance, manipulação e uso.

Após a criação do desenho universal, passou-se a discutir sobre o termo acessibilidade, sendo este voltado a toda sociedade, não se restringindo apenas aos aspectos arquitetônicos, mas a diversos segmentos, tais como esporte, autonomia e mobilidade, entre outros, que contribuem para a construção do ideário de inclusão social. A partir disso, no Brasil, surgem debates e reflexões que contribuíram para a criação de leis, decretos e normas. Dentre estas, a Lei nº 10.098 define acessibilidade como:

[...] a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida [...].

Além disso, existem diversos tipos de barreiras que dificultam a locomoção das pessoas com deficiência, dentre estas, as barreiras arquitetônicas urbanísticas, nas edificações, nos transportes e nas comunicações. Além das leis e decretos, há muitas normas que estabelecem parâmetros, tal como a NBR 9050, direcionada à acessibilidade em edificações, mobiliários, entre outros.

Em 1947, foi fundada em São Paulo, a Biblioteca Braille do Centro Cultural de São Paulo, que possui diversos livros tanto em braille quanto em áudio. Para a realização da aprendizagem do braille, são necessárias diferentes “ações voltadas à educação e à reabilitação” (FERRARI, 2008, p. 43).

Em 1996, segundo a professora Maria Glória Batista da Mota *apud* Ferrari (2008), foram reunidas diversas lideranças do movimento de cegos em São Paulo, com intuito de discutir “uma política nacional de educação voltada às pessoas cegas, onde foi idealizado o Centro de Apoio Pedagógico (CAP), oferecendo, além do apoio pedagógico, tecnologia, produção braille e convivência”. Além de contribuir no custeio de equipamentos, como afirma Ferrari (2008, p. 44),

O projeto CAP consiste no custeio dos equipamentos necessários, como impressoras Braille, scanners, dentre outros, pelo governo federal, na cessão de espaço físico, acompanhamento pedagógico e custeio dos profissionais pelo governo estadual, e na capacitação dos profissionais por parte das organizações nacionais de cegos como a Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais.

Segundo esse mesmo autor, existem 38 CAPS no Brasil, constatando uma melhor qualidade, aumento da produção e padronização do braille. Isso se deve à atenção especial dos gestores locais para o acompanhamento e manutenção dos equipamentos, sendo criados com o intuito de aumentar a produção em braille, devido ao custo alto e à escassez de profissionais capacitados para o ensino e produção de publicações neste método.

O CAPS conta com salas de recurso, tidas hoje como suportes para inclusão. “Pequenos trabalhos, como apostilas, textos para trabalho em sala de aula, e avaliações podem ser produzidos por estas salas, deixando para os CAPS a produção de material de porte médio, como grandes apostilas, material gráfico e pequenos livros” (FERRARI, 2008, p. 45).

Para que o ambiente Universitário seja inclusivo é imprescindível que seja disponibilizada a sala de recursos<sup>7</sup>, como meio de favorecer a permanência dos alunos em sala de aula, através do acesso a todos os recursos de Tecnologia Assistiva necessários à sua inclusão.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é o responsável, desde 1965, por distribuir livros para crianças cegas e com deficiência visual que fazem parte do Ensino Fundamental. A partir disso, o Governo Federal mostra empenho na produção de livros em braille, sendo estes distribuídos a “programas de Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e ao Programa Nacional da Biblioteca na Escola (PNBE)” (FERRARI, 2008, p.45). Devido à falta de estrutura dos CAPS, em alguns locais, a produção do braille tem diminuído, assim como há falta da modernização dos equipamentos.

Segundo Ester Azevedo *apud* Ferrari (2008, p. 46), a cidade de Santo André foi a pioneira em construir alternativas que remetessem à educação do cego e, em 1989, é realizado concurso público com intuito de contratar professores especializados para a

---

<sup>7</sup> Segundo Alves (2006), a sala de recursos multifuncionais é “um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais”. Disponível em: <[http://www.oneesp.ufscar.br/orientacoes\\_srm\\_2006.pdf](http://www.oneesp.ufscar.br/orientacoes_srm_2006.pdf)> Acesso em: 23/04/2013.

área de educação especial.

Em 1998, é criado o Centro de Atenção ao Desenvolvimento Educacional (CADE), onde muitos desafios foram presenciados para afirmar a ideia de Educação Inclusiva, dentre estes, “a conscientização e a capacitação de professores, reconstrução de paradigmas junto às comunidades e preparação do aluno para o processo de inclusão” (FERRARI, p.46, 2008). Os recursos destinados à educação inclusiva, em que são propostos cursos relevantes à formação de novos profissionais, ainda são mínimos.

Ferrari (2008) cita Fátima Caldeira de Gouveia, uma das entrevistadas durante sua pesquisa, quando a autora relembra que, como uma das alternativas para produzir o braille, era utilizado o papel *Termoforme*, que permitia a reprodução do material produzido na máquina Perkins, com um papel especial chamado *Brailex*.

Em São Paulo, desde 1997, existe a lei municipal que determina o cardápio de bares e restaurantes escritos em braille. Algumas empresas adotam o sistema Braille em suas embalagens, tais como Natura, Sadia, e Pão de Açúcar. Referente à mesma entrevista, a entrevistada sugere a colocação do braille nas bulas de remédio, que poderiam estar disponíveis via internet, facilitando o acesso a essas informações.

Atualmente, existem diversas ferramentas que criam a “possibilidade de comunicação, dentre estes, o MSN, Skype, Google Talk”, bastante utilizados pelos cegos com o auxílio do sistema DOSVOX (FERRARI, 2008, p. 58).

Na cidade de São Paulo, há muitas organizações que oferecem cursos de Orientação e Mobilidade, trazendo novas possibilidades de Tecnologias Assistivas. Dentre estas, encontra-se a Laramara, que desenvolve um trabalho conhecido como Laratec, que disponibiliza jogos didáticos, cortadores de comprimidos, bengalas, lupas, leitores de telas para celulares, entre outros.

Além disso, existe o Centro de Apoio Acadêmico ao Deficiente da Universidade de São Paulo, que disponibiliza leitura e escrita em braille, brinquedoteca para trabalhos de estimulação precoce, transcrição do material utilizado pelo aluno para Braille, formato digital ou falado. Existe ainda, na mesma região, a Associação de Deficientes Visuais do Alto Tietê (AADVAT), que oferece cursos Braille, informática, reforço escolar, judô, xadrez, *goalball*, entre outros.

A Associação de Deficientes Visuais de Guarulhos (ADEVIG) estimula a prática paradesportiva, assim como há uma biblioteca Braille e o Virtual Vision. Por fim, há a Fundação Dorina Nowill, onde a maioria dos recursos vem de iniciativa privada, segundo Ferrari (2008, p. 64), e produzem

[...] livros em braille, livros falados (voz humana), livros falados (voz digitalizada), livros mistos, onde se tem o livro falado e a produção de material tátil complementar como mapas, gráficos e tabelas e, por fim o LIDA, livro digital acessível [...]

Segundo o Dr. Alfredo Wesfzlog *apud* FERRARI (2008, p. 65), o Livro Digital Acessível (LIDA)

[...] permite ao leitor cego ou com baixa visão um amplo acesso à literatura destinada ao estudo e à pesquisa. No formato CD-ROM, é dirigido a estudantes, pesquisadores e profissionais liberais. [...] O LIDA é criptografado, de forma a evitar a cópia parcial ou total do texto [...].

Estes são aspectos fundamentais para que ocorra a inserção do deficiente visual no Ensino Superior, por intermédio do uso das Tecnologias Assistivas pelos alunos cegos.

## 4 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta seção, procedeu-se à apresentação, análise e discussão dos dados, tendo em vista o registro fotográfico a respeito dos locais acessíveis e inacessíveis da Universidade Federal de Sergipe (UFS), realizado no período de 2011 a 2013.

Dessa forma, a importância deste trabalho virá como meio de conscientizar todas as pessoas que circulam pela Universidade sobre as reais possibilidades de inclusão apresentadas no *campus*, com intuito de abrir espaço para discussão daqueles que fazem parte da instituição – em especial, as pessoas com deficiência visual.

### 4.1 – Acesso aos prédios



**Figura 1** - Acesso principal da UFS sem piso tátil e mapa tátil identificando os prédios do *campus*.  
Autoria: Crislayne Lima Santana, em 04/01/2012.

Na entrada da UFS, é perceptível a falta de piso tátil que direcione o deficiente visual desde a calçada até a porta principal. Além disso, inexistente a presença do mapa tátil que identifique a posição dos prédios existentes no *campus*. Segundo a ABNT 9050/2004,

As superfícies horizontais ou inclinadas (até 15% em relação ao piso) contendo informações em braille, planos e mapas táteis devem ser instaladas à altura entre 0,90 m e 1,10 m. Os planos e mapas devem

possuir uma reentrância na sua parte inferior com, no mínimo, 0,30 m de altura e 0,30 m de profundidade, para permitir a aproximação frontal de uma pessoa em cadeira de rodas.

Nesse aspecto, a arquiteta A. O. C. E. afirma que “para a infraestrutura, estamos prevendo o mapa tátil, as placas com os nomes das salas em braille também com o mapa tátil”.

Quando indagada se também haverá na entrada, a arquiteta responde:

Sim, na guarita principal será colocado mapa tátil para identificar onde está cada prédio e nestes também haverá mapa tátil, com intuito de direcionar o aluno às salas e aos banheiros. Na entrada, seria apenas para indicar a posição dos prédios, como a biblioteca e a reitoria. (Depoimento em 09/12/12)

## 4.2 – Passarela de pedestres

Com relação à passarela de pedestres, em 2011, foi constatada a presença de motos no caminho de passagem de pessoas. Devido à falta de estacionamento para motos e bicicletas, próximo às didáticas, as mesmas ficam estacionadas nos corredores, reduzindo seu tamanho e dificultando a movimentação de todos aqueles que circulam no *campus*. Como mostra a figura abaixo:



**Figura 2** - Passarela em frente às didáticas 1 e 2 e blocos departamentais do *campus*. Autoria: Crislayne Lima Santana, em 14/03/2012.

Entretanto, nos meses de abril e maio de 2012, durante as reformas que vêm ocorrendo no *campus* da Universidade Federal de Sergipe, foi percebida a colocação de placas de trânsito impedindo que motociclistas viessem a estacionar suas motos nas

passarelas. Diante disso, as motos foram retiradas e aqueles que desejavam estacionar nas passarelas eram alertados pelos guardas que ali estavam presentes. Isso possibilitou uma melhor circulação daqueles que frequentam o *campus*, em especial, as pessoas com deficiência visual, como mostra a Figura 3:



**Figura 3** - Colocação de placas de trânsito, impedindo as motos de estacionarem nas passarelas. Autoria: Crislayne Lima Santana, em 27/04/2012.

Em dezembro de 2012, foi notado o alargamento da passarela de pedestre, assim como a colocação de piso tátil em alguns pontos do *campus*. Ver Figura 4.



**Figura 4** - Alargamento das passarelas na entrada principal da UFS. Autoria: Crislayne Lima Santana, em: 07/12/2012.

Entretanto, em alguns pontos, ainda é notada a falta de estrutura referente à colocação de pista tátil e alargamento das passarelas, como mostra a Figura 5. Além disso, foram notadas interrupções da colocação de piso tátil em alguns pontos, tal como nas calçadas onde está localizada a Reitoria. Ver Figura 6.



**Figura 5** - Falta de alargamento das passarelas, assim como falta colocação de piso tátil a caminho da biblioteca. Autoria: Crislayne Lima Santana, em: 07/12/2012.



**Figura 6** - Interrupção da colocação de piso tátil nas calçadas próximo a Reitoria, devido à presença de caixas de esgoto. Autoria: Crislayne Lima Santana, em: 04/01/2013.

Além disso, o piso tátil colocado na entrada principal da Universidade foi

posicionado fora das normas da ABNT, complicando ainda mais a vida do cego, que recebe uma informação errada, pondo em risco sua segurança. Em um dos trechos, no meio do caminho, existe uma árvore bloqueando a passagem do deficiente visual e não há outro piso desviando do obstáculo, como mostrado na Figura 7. Além disso, o piso foi colocado em um local onde não há passagem de alunos, mas apenas de carros. Ver Figura 8.



**Figura 7** - Árvore bloqueando a passagem do deficiente visual sem desvio de piso tátil nas calçadas próximas à Reitoria. Autoria: Crislayne Lima Santana, em: 04/01/2013.



**Figura 8** - Colocação de piso tátil onde não há circulação de pessoas, mas apenas de carros. Autoria: Crislayne Lima Santana, em: 04/01/2013.

Diante desta situação, a arquiteta afirma:

Eu acredito que é muito do entendimento da norma e para esta obra foi contratada uma empresa para fazer o projeto. A gente apenas fez a fiscalização do contrato. A empresa tinha uma pessoa em contato lá com a Associação dos Deficientes e, primeiramente, ela fez um projeto considerando uma calçada de 6 metros, mas, só que ela não percebeu que havia muito poste e caixa de esgoto. Então, não dava para a gente realocar tudo isso e ia ser muito caro para poder aumentar a altura da calçada para aquilo que seria o ideal e tirar tudo aquilo que estava previsto no orçamento (Depoimento em 09/12/2012).

Na realidade, não seria necessário retirar os obstáculos ou as árvores, mas estas podem continuar no lugar em que estão e a questão pertinente seria somente referente ao desvio. Ainda, segundo a arquiteta:

Mas, tem alguns trechos próximos ao Centro de Ciências Exatas e Tecnologia – CCET e do Núcleo de Matemática que estão fazendo o desvio. Como a obra é muito grande e abrange o *campus* inteiro, a empresa me parece ser autônoma e faz tudo que acham que é correto, mas a gente discutiu em reunião com a empresa e combinou a mudança de 2 metros para 3 da colocação do piso. Entretanto, nunca é feito a partir daquilo que foi combinado e quando a gente vai ver já está feito. Eles entram apenas para faturar e executar. Na obra, nós temos uma engenheira e um fiscal e eu não tenho como ir toda hora à obra sempre, pois eu estou responsável pela parte de chefia e de projetos daqui e eu não sou de obras. Mas, devido à quantidade de trabalhos, é preciso distribuir as atividades e essa menina que é engenheira não faz apenas a parte da análise de obras, mas também a análise de edificação. A gente conseguiu recentemente um arquiteto apenas para averiguar a obra antes que ela ocorra em um determinado local, para ver como está sendo feita e já imediatamente fazer as modificações (Depoimento em 08/12/2012).

Além disso, existem alguns trechos que ainda não têm o piso tátil para desvio de obstáculos, mas, segundo a arquiteta, estes serão refeitos. Em alguns desses trechos, não há circulação de pessoas, mas apenas de carros. Neste caso, não seria tão necessária a colocação do piso tátil neste local, tendo como exemplo o departamento de educação física, que possui vários blocos, mas onde não há tanta circulação de pessoas. Segundo o aluno de Direito,

Eu já estive lá com a professora Verônica, onde fizemos um passeio ecológico no final de tarde e falei para ela que é uma obra que não atende à pessoa com deficiência visual, pelo fato de ser construída em um espaço onde é quase nula a presença de uma pessoa com deficiência visual [...] (Depoimento em: 08/05/2012).

Entretanto, diante dessa situação, a arquiteta do *campus* afirmou que,

Neste caso, haverá a construção de 2 prédios. Por isso é que o piso tátil segue até lá. Na verdade, tinha duas quadras e em uma delas, que está em desuso há um tempo, está sendo construído o prédio da didática 7. O pessoal do *campus* afirmou que queria abrir algo novo e, nesse momento, atendemos à demanda e nós pretendemos transformar em uma sala de squash, por exemplo. (Depoimento em 09/12/2012).

No início de 2012, ainda não era presente a colocação de piso que levasse o

deficiente visual até a didática. Entretanto, no segundo semestre de 2012, é notado o piso desde a guarita da UFS até a entrada da didática 1 e 2. Ver Figura 9.

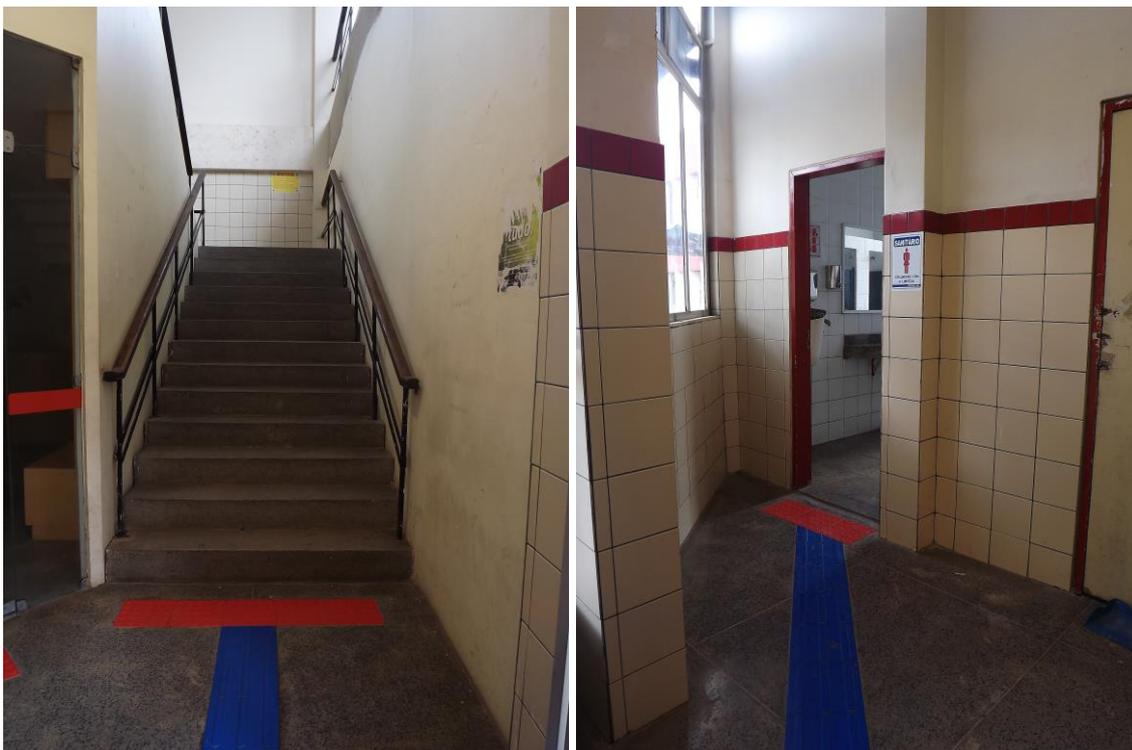


**Figura 9** - Colocação de piso tátil na entrada das didáticas 1 e 2, respectivamente. Autoria: Crislayne Lima Santana, em: 04/01/2013.

Além disso, na parte interna das didáticas, é presente a colocação do piso tátil interligando a entrada das mesmas aos corredores, salas de aula, escadas e banheiros, sendo importante para a orientação e mobilidade do deficiente visual. Ver Figuras 10 e 11.



**Figura 10** - Colocação de piso tátil no corredor da didática 5 e interligando as salas de aula. Autoria: Crislayne Lima Santana, em: 07/01/2013.



**Figura 11** - Colocação de piso tátil no corredor da didática 1 interligando a escada (foto à esquerda) e o banheiro (foto à direita). Autoria: Crislayne Lima Santana, em: 04/01/2013.

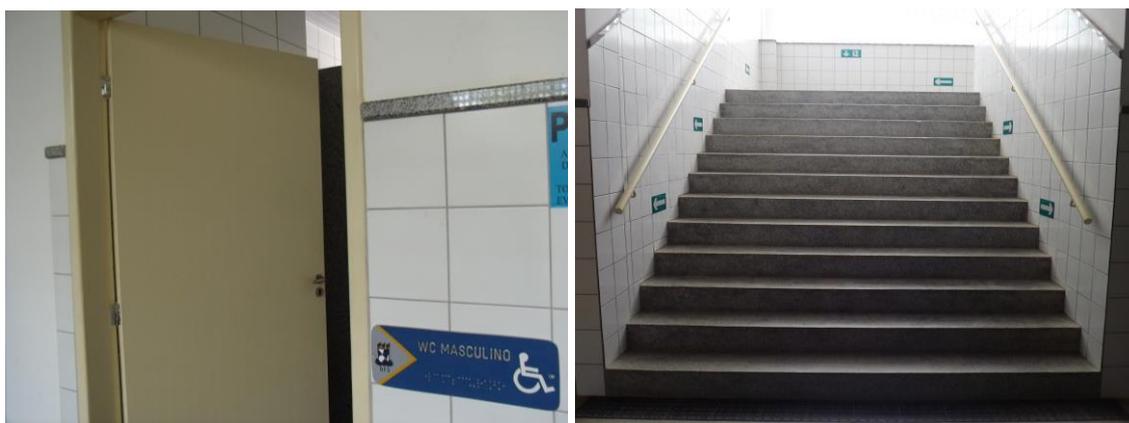
### **4.3 – Sinalização Visual**

Segundo a ABNT 9050/2004, “a sinalização visual deve seguir premissas de textura, dimensionamento e contraste de cor dos textos e das figuras para que sejam perceptíveis por pessoas com baixa visão. As informações visuais podem estar associadas aos caracteres em relevo”.

Diante do exposto, no bloco departamental do Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CSSA, é notada a presença de placas escritas em braille, contrastando o que está escrito com a cor de fundo em azul da placa, indicando as salas e banheiros, assim como setas direcionais nas escadas existentes no departamento. Ver Figuras 12 e 13.



**Figura 12** - Presença de placas escritas em braille no bloco departamental CSSA, indicando as salas.  
 Autoria: Crislayne Lima Santana, em: 07/01/2013.



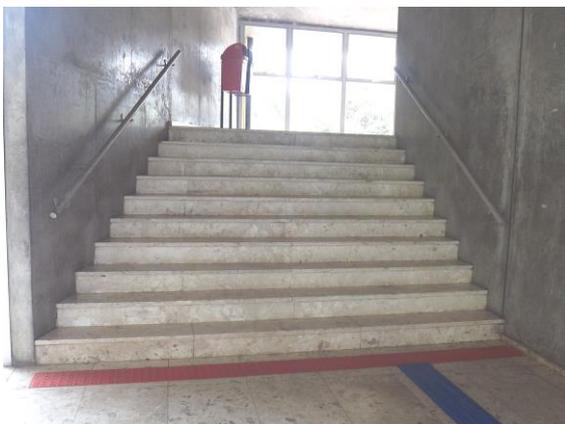
**Figura 13** - Presença de placas escritas em braille no bloco departamental CSSA, indicando o banheiro (foto à esquerda) e setas direcionais colocadas nas escadas do mesmo departamento (foto à direita).  
 Autoria: Crislayne Lima Santana, em: 07/01/2013.

#### 4.4 – Sinalização visual nos degraus

Segundo a ABNT 9050/2004, “todo degrau ou escada deve ter sinalização visual na borda do piso, em cor contrastante com a do acabamento, medindo entre 0,02 m e 0,03 m de largura. Essa sinalização pode estar restrita à projeção dos corrimãos laterais,

com no mínimo 0,20 m de extensão.” Entretanto, nos degraus dos prédios do *campus*, não há sinalização visual na borda do piso, dificultando a orientação do deficiente visual ao subir os degraus, e em outro ponto não existe a presença de piso tátil.

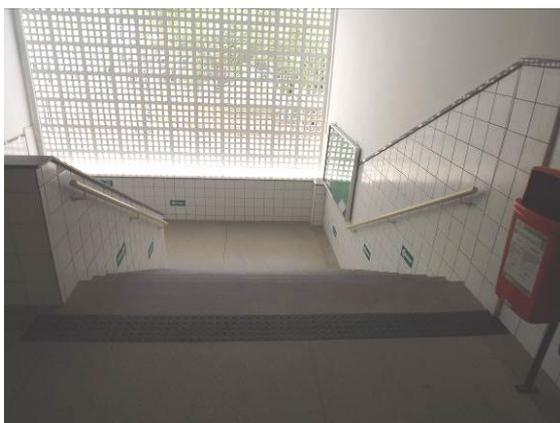
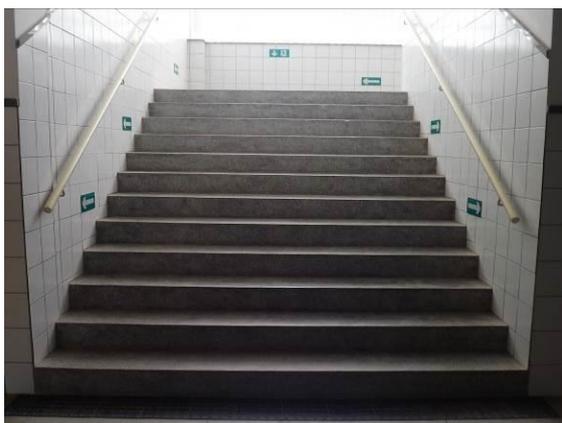
Além disso, apenas na Reitoria foi visto piso tátil antes do primeiro degrau e no bloco departamental de Ciências Sociais e Aplicadas – CSSA, em que foi percebida a presença de piso tátil apenas antes do primeiro degrau, indicando o mesmo, e depois do último degrau indicando sua finalização, como mostram as Figuras 14, 15 e 16.



**Figura 14** - Colocação de piso tátil antes do primeiro degrau na escada com acesso ao andar superior da Reitoria. Autoria: Crislayne Lima Santana, em: 07/12/2013.

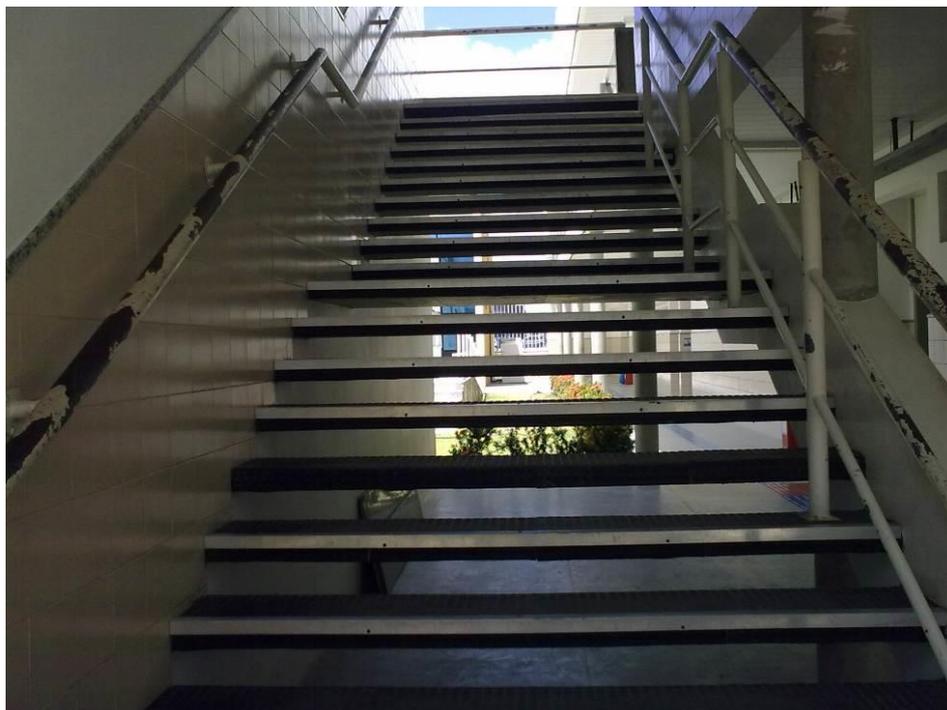


**Figura 15** - Falta de piso tátil nos degraus que dão acesso ao andar superior do Restaurante Universitário – RESUN. Autoria: Crislayne Lima Santana, em: 04/01/2013.



**Figura 16** - Colocação de piso tátil antes do primeiro e do último degrau, respectivamente, com acesso ao andar superior do bloco departamental de Ciências Sociais e Aplicadas – CSSA. Autoria: Crislayne Lima Santana, em: 07/01/2013.

Apenas na didática 5, foi notada a presença de piso tátil em todos os degraus que levam ao andar superior. Ver Figura 17.



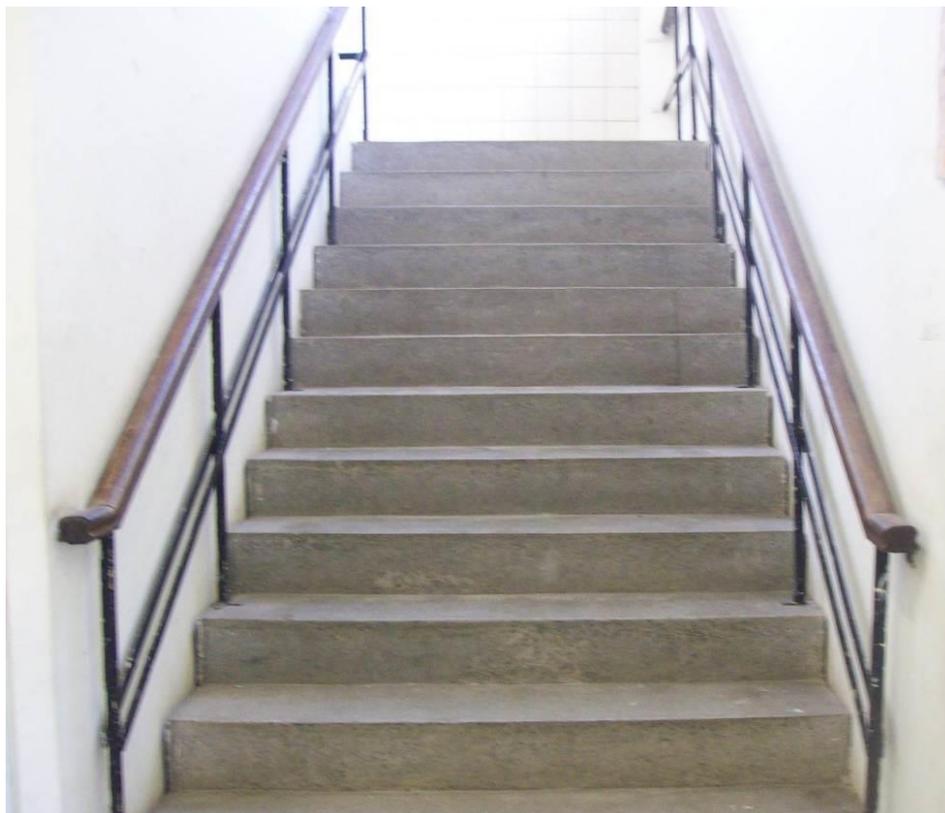
**Figura 17** - Colocação de piso tátil em todos os degraus que dão acesso ao andar superior da didática 5.  
Autoria: Crislayne Lima Santana, em: 07/01/2013.

#### 4.5 - Corrimãos

Segundo a ABNT 9050/2004,

Os corrimãos devem ser instalados em ambos os lados dos degraus isolados, das escadas fixas e das rampas. Os corrimãos devem ter largura entre 3,0 cm e 4,5 cm, sem arestas vivas. Deve ser deixado um espaço livre de no mínimo 4,0 cm entre a parede e o corrimão. Devem permitir boa empunhadura e deslizamento, sendo preferencialmente de seção circular. As extremidades dos corrimãos devem ter acabamento recurvado, ser fixadas ou justapostas à parede ou piso, ou ainda ter desenho contínuo, sem protuberâncias. Para degraus isolados e escadas, a altura dos corrimãos deve ser de 0,92 m do piso, medidos de sua geratriz superior. Para rampas e opcionalmente para escadas, os corrimãos laterais devem ser instalados a duas alturas: 0,92 m e 0,70 m do piso, medidos da geratriz superior.

Na didática 1, foi percebida a falta de coerência com a ABNT 9050/2004, referente à colocação do corrimão. Apesar de existir dos dois lados da escada, não apresenta a distância mínima de 4,0 cm entre a parede e o corrimão, determinada na ABNT 9050/2004. Ver Figura 18.



**Figura 18** - Corrimãos da didática 1 não apresentam a distância mínima de 4,0 cm. Autoria: Crislayne Lima Santana, em: 27/04/2012.

#### **4.6 – Sinalização tátil no piso**

Segundo a ABNT 9050/2004, a sinalização tátil do piso

pode ser do tipo de alerta ou direcional. Ambas devem ter cor contrastante com a do piso adjacente, e podem ser sobrepostas ou integradas ao piso existente, atendendo às seguintes condições:

- a) quando sobrepostas, o desnível entre a superfície do piso existente e a superfície do piso implantado deve ser chanfrado e não exceder 2 mm;
- b) quando integradas, não deve haver desnível.

Entretanto, foram constatados, durante a pesquisa, alguns pontos em que o piso tátil não contrastava com o piso adjacente. Dentre estes locais, está o piso tátil localizado nas passarelas do *campus* e nas calçadas localizadas na entrada da UFS próxima à Reitoria, como mostram as Figuras 19 e 20.



**Figura 19** - Piso tátil colocado na passarela da entrada principal da UFS não apresenta contraste de cor com o piso adjacente. Autoria: Crislayne Lima Santana, em: 07/01/2013.



**Figura 20** - Piso tátil colocado na calçada próximo à reitoria, também não apresenta contraste de cor com o piso adjacente. Autoria: Crislayne Lima Santana, em: 07/01/2013.

Em alguns pontos, foi notado o contraste de cor entre os pisos, mas este não completava todo o percurso. Ver Figura 21.



**Figura 21** - Calçada em direção a Reitoria com piso tátil contrastando com o piso adjacente, mas sem contemplar todo o percurso. Autoria: Crislayne Lima Santana, em: 07/01/2013.

Diante dessa situação, o aluno da área de Humanas, G. S. R., ao realizar um passeio pelo *campus*, com intuito de identificar os pontos acessíveis, inacessíveis e, mais especificamente, com relação ao contraste de cor entre o piso tátil e o adjacente, o

mesmo afirmou que

[...] durante o passeio que fiz pelo *campus*, eu expus que tecnicamente a obra não atende a ABNT 9050/2004, pois a sinalização da pista tátil é quase imperceptível para uma pessoa cega que está utilizando uma bengala. Por isso, não atende ao aspecto de locomoção, nem no aspecto técnico. Por mais que se diga que está dentro dos padrões, mas, comparando com outras estruturas de acessibilidade, a que está sendo construída na UFS deixa a desejar (Depoimento em: 08/05/2012).

Com relação ao contraste de cor do piso tátil, a arquiteta relatou que “essas partes ainda serão pintadas e aos poucos serão resolvidas.” Entretanto, o fundamental é corrigir o erro imediatamente para que não precise ser desfeito mais tarde aquilo que já foi construído ou projetado, pois, se isso for pensado após o término da obra, poderá não haver mais solução, já que se trata de um contrato com empresa particular. Somente no interior da Reitoria e didáticas é notado o contraste de cor entre o piso tátil e o adjacente. Ver Figura 22.



**Figura 22** - Na Reitoria (foto à esquerda) e didáticas (foto à direita) é notável o contraste de cor entre o piso tátil e o adjacente. Autoria: Crislayne Lima Santana, em: 07/01/2013.

Com relação à colocação do piso tátil direcional e de alerta, em um trecho próximo à Reitoria, é possível perceber que estes não estão posicionados de acordo com aquilo que está previsto na ABNT 9050/2004, pois apenas o piso de alerta deve ser colocado no meio-fio e o direcional no sentido do deslocamento. Ver Figura 23.



**Figura 23** - Calçada em direção à Reitoria com piso tátil direcional e de alerta posicionados de modo incorreto. Autoria: Crislayne Lima Santana, em: 07/01/2013.

Conforme a ABNT 9050/2004,

Para a composição da sinalização tátil de alerta e direcional, sua aplicação deve atender às seguintes condições:

- a) quando houver mudança de direção entre duas ou mais linhas de sinalização tátil direcional, deve haver uma área de alerta indicando que existem alternativas de trajeto. Essas áreas de alerta devem ter dimensão proporcional à largura da sinalização tátil direcional;
- b) quando houver mudança de direção formando ângulo superior a  $90^\circ$ , a linha – guia deve ser sinalizada com piso tátil direcional;
- c) nos rebaixamentos de calçadas, quando houver sinalização tátil direcional, esta deve encontrar com a sinalização tátil de alerta, conforme figuras 69 e 70;
- e) nas faixas de travessia, deve ser instalada a sinalização tátil de alerta no sentido perpendicular ao deslocamento, à distância de 0,50 m do meio-fio. Recomenda-se a instalação de sinalização tátil direcional no sentido do deslocamento, para que sirva de linha – guia, conectando um lado da calçada ao outro.

Próximo à Reitoria, em um trecho da calçada, existe a presença de uma árvore que foi desviada pelo piso tátil. Entretanto, carros ficam estacionados no meio-fio, em parte da calçada e do piso, dificultando a passagem do deficiente visual. Neste caso, seria interessante colocar placas sinalizando a presença da pista tátil. Ver Figura 24.



**Figura 24** - Desvio feito com o piso tátil ao redor da árvore, posicionada na calçada próxima à Reitoria.  
Autoria: Crislayne Lima Santana, em: 07/01/2013.

#### **4.7 – Elevador vertical ou inclinado**

Segundo a ABNT 9050/2004, o elevador vertical, quanto à sua sinalização, dimensionamento e características gerais, deve apresentar:

Externamente ao elevador deve haver sinalização tátil e visual informando:

- a) instrução de uso, fixada próximo à botoeira;
- b) indicação da posição para embarque;
- c) indicação dos pavimentos atendidos.

Em elevadores verticais ou inclinados deve haver dispositivo de comunicação para solicitação de auxílio nos pavimentos e no equipamento.

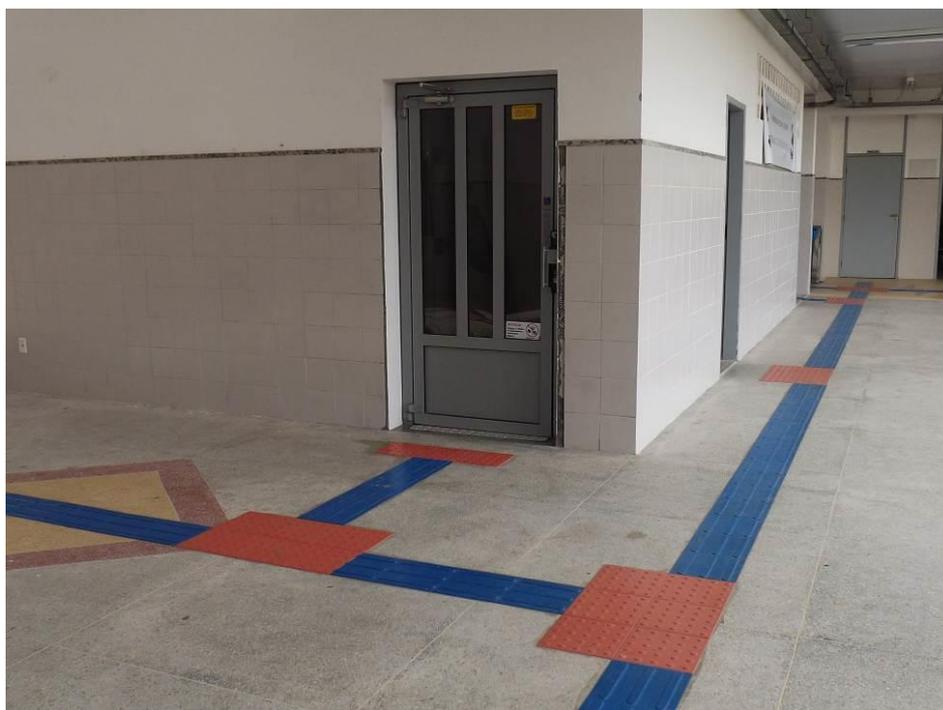
Nos elevadores verticais ou inclinados deve haver sinalização tátil e visual, conforme sinalização tátil e visual estabelecida na seção 5, informando:

- a) instrução de uso do equipamento, fixada próximo à botoeira;
- b) indicação da posição para embarque;
- c) indicação dos pavimentos atendidos.

Em reformas, quando a dimensão dos poços de elevadores tornar a adaptação impraticável, a cabina do elevador pode ter dimensões mínimas conforme 5.2.7 da ABNT NBR 13994:2000, com espelho na face oposta à porta e condições de sinalização conforme descritas na seção 5.

Com a colocação dos elevadores, facilita-se a locomoção do deficiente visual, pois até mesmo com as escadas existem irregularidades entre os degraus, onde espaços entre eles se tornam obstáculos e há o risco de as pessoas engancharem o pé e caírem.

Além disso, há irregularidades quanto à sinalização tátil externa aos elevadores colocados nos diversos espaços da Universidade, em que falta sinalização visual em braille informando a presença, a posição para embarque. Há apenas a pista tátil ligando a entrada da didática ao elevador e às demais salas. Ver Figura 25.



**Figura 25** - Elevador instalado na didática 6, assim como pista tátil ligando a entrada da didática ao elevador e às demais salas. Autoria: Crislayne Lima Santana, em: 07/01/2013.

É notável que o *campus* está se adequando. Em alguns pontos, podem ser constatados problemas relevantes que, se não forem imediatamente solucionados, futuramente causarão mais transtornos para todos que circulam por esses espaços.

É perceptível o quanto o *campus* vem avançando na questão da acessibilidade arquitetônica, porém é necessário que, de fato, seja posto aquilo que está presente na ABNT 9050/2004, para que não sejam restringidos seus parâmetros, mas seja garantido o cumprimento destes.

## 5 - DEMAIS DISCUSSÕES

Durante a pesquisa, diversas irregularidades foram presenciadas, como: piso tátil colocado de modo irregular na entrada do *campus*, onde, no meio do caminho, existe uma árvore bloqueando a passagem do deficiente visual e não há outro piso desviando do obstáculo; piso de alerta indo para um lugar onde não há circulação de estudantes, mas apenas de carros e motos, que não favorecem em nada a mobilidade das pessoas com deficiência; piso tátil colocado na parte externa do *campus* não contrasta com o piso adjacente, entre outros problemas relatados no decorrer da análise. Essas e outras irregularidades são fáceis de serem notadas e atingem não somente as pessoas com deficiência, mas a todos que circulam pelo *campus*, pelo risco de se acidentarem e cair.

Segundo o aluno G. M. R., da área de Humanas da UFS,

As barreiras no aspecto arquitetônico são evidentes, não há como negar, pois isso é fato. A UFS infelizmente ainda não oferece o mínimo de estrutura física para uma pessoa com deficiência, seja ela com qualquer tipo de deficiência. Com relação ao acesso dentro do *campus*, eu diria talvez que eu posso estar sendo exagerado, mas, para uma pessoa cega, é quase impossível. Para um cadeirante sozinho, eu arriscaria dizer que é impossível circular dentro da UFS. Já no aspecto atitudinal, ainda não passei por nenhuma situação desagradável (Depoimento em: 08/05/2012).

É possível entender que a intenção da Universidade não deixa de ser favorável às pessoas com deficiência visual, sendo esta atitude fácil de ser notada por todos que circulam no *campus*. Para tanto, é imprescindível a transmissão destas informações, através de palestras, campanhas a favor da acessibilidade, cursos, minicursos, cartazes que mostrem o lado acessível e inacessível para os deficientes, assim como os direitos e deveres de todos os cidadãos mediante o Ensino Superior, para que possamos, de fato, enxergar aquilo que está sendo posto no *campus* e refletir sobre o porquê e para quê está sendo feito de tal forma.

Com relação ao término da obra, ela estava prevista para terminar em fevereiro de 2013, mas, devido a imprevistos, terá de demorar uns 4 meses, e ainda existe a preocupação quanto à localização dos prédios e o deslocamento do deficiente visual que, mesmo com o mapa tátil, dependerá da ajuda dos outros para se direcionar. Neste caso, a colocação dos sensores de voz será o melhor equipamento para oferecer independência aos deficientes visuais.

Quanto aos elevadores, já foi discutido com o prefeito da UFS para que se coloquem pessoas para orientar e barrar os alunos que queiram entrar de uma só vez no elevador, pois o mesmo só tem capacidade para duas pessoas: o aluno deficiente e seu acompanhante, no caso do cadeirante. Em uma das didáticas, o elevador foi colocado para funcionar, mas, como não havia ninguém para controlar a entrada dos alunos, acabaram subindo 4 pessoas de uma vez, o elevador deu problema e precisou passar por manutenção. No entanto, os elevadores que já foram instalados em todos os prédios com dois andares não estão funcionando, devido ao mesmo problema.

Já está sendo colocado piso tátil nos corredores. Entretanto, em alguns pontos ainda há obstáculos sem o desvio do piso tátil, atrapalhando a locomoção dos deficientes visuais. Dentre estes obstáculos, se encontra a entrada dos carros, pois na calçada posicionada do lado esquerdo da via está presente o piso tátil direcional. Porém, no meio do caminho, existe uma árvore bloqueando a passagem do deficiente visual e não há outro piso desviando do obstáculo. Neste caso, é fundamental que seja realizado o desvio com o piso de alerta, com intuito de que o deficiente não esbarre no obstáculo e siga tranquilamente pela calçada. Além disso, o contraste entre o piso adjacente e o piso tátil não é percebido e isso dificulta a locomoção ou a direção daqueles que têm baixa visão, pois estes precisam do contraste no piso para que percebam por onde devem ir.

Para a realização do projeto de reforma no *campus*, foi contratada uma empresa, a fiscalização do contrato é feita pela arquiteta e esta afirmou que todos esses locais com problemas serão refeitos e os obstáculos serão retirados. Entretanto, a retirada das árvores ou de qualquer obstáculo não é a solução mais eficaz para vencer algum entrave, mas apenas a colocação do piso tátil de desvio já facilitaria a orientação do deficiente visual. Apesar de já ser notada a presença do desvio em alguns pontos, como no CCET e no Núcleo de Matemática, isso não é notado em outros locais.

Além disso, segundo a arquiteta, a empresa contratada é autônoma e raramente cumpre com aquilo que é combinado em reunião com os funcionários da prefeitura, como arquiteto e engenheiro, e apenas é realizada a obra com intuito de apenas faturar e executar.

Para o planejamento e realização das obras, não foi feita alguma pesquisa ou um estudo profundo a respeito da inclusão, mas apenas a leitura do projeto e da ABNT 9050/2004 pelos funcionários, para que estivessem cientes de como deve ser a infraestrutura e fazer o planejamento da acessibilidade. No entanto, nada além da norma foi estudado e isso acabou gerando desentendimento no momento da execução. Alguns

trechos acabaram ficando em desordem, mas foi feita uma revisão na norma para entrar em consenso. Entretanto, tudo fica limitado a um contrato, além de ocorrerem falhas de levantamento, gerando problemas na obra.

O projeto de infraestrutura somente teve início agora, pois, não havia uma equipe de pessoas que ajudasse nas atividades. Esta equipe somente começou a chegar em 2009. Até o presente momento, as mudanças foram ocorrendo e hoje tem triplicado o número de funcionários.

Apesar de o Ministério Público ter exigido que a acessibilidade fosse posta em prática na UFS, devido à falta de pessoal, não foi possível naquele tempo em que havia apenas um engenheiro. Hoje, há 6 engenheiros e mais 5 contratados e, além do projeto de engenharia, foi assinado um termo de conduta, por pressões sofridas pelo Ministério Público.

Com relação à Política de Ações Inclusivas da UFS, a arquiteta não tem tanto conhecimento, mas já teve contato com o pessoal que organiza e está ciente da existência de alguns programas internos para alunos com deficiência. Além disso, foi entregue um informativo a respeito de uma palestra relacionada à área de inclusão, mas a arquiteta compreende que a UFS realmente abriu as portas para os alunos com deficiência. É necessária a participação em eventos, mas, devido a problemas rotineiros, ela acaba não conseguindo participar. Apesar de se programar, reconhece que ajudaria na parte de infraestrutura. Antes de trabalhar na UFS, não tinha tanto conhecimento teórico voltado para a acessibilidade, mas apenas questões relacionadas à infraestrutura e nada relativo a como deve ser o atendimento às pessoas com deficiência. Além da arquiteta, a maior parte dos funcionários não sabia nada a respeito da acessibilidade.

Com relação ao vestibular, até 2008, o Departamento de Administração Acadêmica (DAA) da UFS não identificava se o aluno era deficiente ou não e isso resultava no não reconhecimento dos alunos com deficiência e acabava refletindo nos estudos, pois os professores, por não saberem da presença deste aluno com deficiência visual, não prestavam a assistência adequada. Entretanto, devido a projetos, hoje o aluno preenche um formulário indicando se tem deficiência ou não e esse registro tornou-se obrigatório a partir da entrada do Programa de Cotas, que destina uma vaga por curso às pessoas com deficiência.

No vestibular de 2010, foram abertas vagas para pessoas com deficiência, mas não se sabe ao certo se foi feito um levantamento prévio dos alunos com deficiência visual, pois apenas depois de ser aprovado no vestibular, o candidato passava pela

Divisão de Assistência ao Servidor – DIASE com intuito de saber se a necessidade especial é amparada pela lei que garante a vaga. Entretanto, hoje já é feita uma lista de pré-candidatos à vaga e estes passam a ser assistidos e, dessa forma, é feita uma lista prévia contendo o percentual da quantidade de alunos com deficiência aprovados no vestibular, sendo papel do bolsista fazer a leitura das atividades e acompanhar o deslocamento dos alunos.

Com relação às dificuldades vivenciadas pelos alunos cegos nos dias de vestibular, ocorrido em 2012, G. C. A afirma que, durante a realização das provas, houve dificuldades quanto

[...] ao entendimento dos mapas e figuras, sendo preciso mais tempo para compreender a prova e esta poderia ser elaborada de outra forma, tal como redução no número de questões, pois a prova em braille requer mais tempo do aluno devido à leitura lenta da descrição dos mapas (Depoimento em: 22/07/2012).

Apesar de ser disponibilizada uma hora a mais para os alunos com deficiência, segundo esse mesmo aluno, é necessário mais uma hora para que a prova não seja realizada rapidamente e o aluno seja prejudicado, mesmo havendo auxílio da reglete e do serviço prestado pelos ledores. A prova em braille requer mais tempo para escrever e interpretar detalhadamente e a reglete ajuda até certo momento. A máquina Braille é tida como o melhor recurso para resolução das provas.

Já o aluno G. M. R. afirmou que a dificuldade se deu quanto à estrutura do sistema educacional, pois, apesar do acesso, o ensino continua deficitário. Entretanto, quanto à realização das provas, não houve dificuldade decorrente do serviço prestado pelos ledores, sendo estes facilitadores na leitura do texto e prestativos à necessidade do vestibulando, sem interferir nas respostas, mas apenas colaborando no apoio, desenvolvendo um ótimo trabalho e refletindo positivamente no resultado final.

Atualmente, por parte do DEAPE, está sendo realizado um levantamento do número de alunos cegos, por exigência do Ministério da Educação – MEC, relevante para a criação de políticas que atendem às pessoas com deficiência, assim como para contratar bolsistas, sendo o contrato destes de 20 horas. No entanto, com a maioria daqueles que já estão atuando em sala de aula junto aos seus alunos, a carga horária não está sendo totalmente completada e, para que o aluno não fique disperso, o mesmo é encaminhado com o seu bolsista para a biblioteca, com intuito de dar continuidade aos estudos.

Com relação à acessibilidade dos alunos às informações disponíveis em braille, na biblioteca havia um bibliotecário com bastante experiência no Sistema Braille. O funcionário se especializou em um curso oferecido pelo CAPs e ministrava aula de Braille em cursos fornecidos pela gerência da Pró-Reitoria. A POSGRAD sempre o convidava para ministrar as aulas e era o responsável por manusear a máquina Braille, mas foi transferido para uma instituição na Paraíba.

Apesar de hoje haver uma pessoa em seu lugar, há 2 anos tudo está parado, pois esta não tem tanta afinidade com os programas e com o braille. Não existe, de fato, um profissional responsável para manusear a máquina Braille e os demais equipamentos, e o ideal é criar um laboratório que treine os profissionais escolhidos, por exemplo, por meio de concurso.

Com relação aos recursos financeiros, foram disponibilizados nos últimos 2 anos, para a compra de equipamentos e estes foram adquiridos, mas, até o momento, não foram entregues aos respectivos setores, pois é realizada uma licitação geral e, quando os materiais chegam, é tudo misturado, o que resulta em muita confusão e ninguém sabe se o que foi solicitado realmente chegou. Para isso, deve haver apoio pedagógico de um setor exclusivo, pois, caso falte algum material, seja dado um apoio específico para a compra do mesmo, sendo que o grupo, correspondido pelos Departamentos, seja o responsável pelo apoio, devendo repassar para os demais setores aquilo que está faltando.

Com relação a novos equipamentos que auxiliem na orientação dos alunos cegos no *campus*, é realizado um protótipo pelos próprios alunos e professores dos cursos de engenharia, mas o estudo não se expande ou não é colocado em prática na Universidade. Recentemente, foi desenvolvido um objeto sonoro por um aluno que estava produzindo sua monografia da área de Engenharia Mecânica, mas não foi colocado em prática, ficando apenas como um projeto pedagógico com atribuição de nota ao aluno. É preciso que a Universidade se mobilize para as novas ideias que surgem e favoreça recursos que proporcionem seu desenvolvimento e o bem estar de todos.

Foram feitas solicitações, pelos alunos, para que se tenha a presença de um computador e um projetor em sala de aula. Há disponível na biblioteca, para o acesso público, um computador com o Programa DOSVOX e, para que este fique na sala de aula, é preciso alguém responsável por abrir, instalar o equipamento e fechar a sala de aula assim que terminem as atividades, e isso ainda não foi possível.

Para prestar apoio a estes alunos, é disponibilizada a equipe do Programa Incluir,

ligado ao Departamento de Educação, com o objetivo de auxiliar os estudantes com deficiência nas suas atividades acadêmicas, mas essa iniciativa não abrange toda a Universidade e não tem recurso financeiro suficiente para investir em outras atividades e ações. Entretanto, esse mesmo aluno, mediante um passeio pela UFS para constatar a execução das obras, percebeu que ela não atende tecnicamente àquilo que está inferido na ABNT 9050/2004. Por exemplo, a pista tátil é quase imperceptível para aquele que circula com a bengala e a UFS ainda deixa a desejar quanto à acessibilidade. Não há um sistema de sinalização que permita ao aluno chegar com independência e autonomia às didáticas e as informações são desconstruídas ou não se tem a informação desejada nem pessoas capacitadas para responder. O aluno acredita que a UFS ainda não oferece estrutura física para pessoas com deficiência, sendo quase impossível sua locomoção dentro da mesma, mas, no aspecto atitudinal, não presenciou qualquer atitude desagradável.

Segundo o aluno G. M. R., “a falta de comunicação vem desde o Ensino Médio e Ensino Fundamental, onde não há inter-relação entre professores e coordenação, e isso dificulta a integração do deficiente visual no espaço acadêmico, e isso também é presenciado na UFS”.

Enquanto a Universidade não resolve esses problemas, segundo G. M. R.,

o aluno é obrigado a procurar/recorrer, ir atrás, cobrar, exigir, mas, para o aluno sozinho, não há possibilidade de ficar todo o período dependendo da Universidade, pois corre o risco de perder até o período e, muitas vezes, o estudante é visto como inconveniente.

Diante disso, é imprescindível que toda Universidade se envolva e se posicione perante os anseios dos alunos e, de fato, o acesso e a permanência destes alunos sejam garantidos na Universidade Federal de Sergipe.

## 6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

É possível perceber que a UFS está se adaptando e se adequando às necessidades das pessoas com deficiência visual, através das reformas e do projeto de sinalização. Entretanto, este é apenas um passo para que ocorra a adaptação às necessidades dos alunos com deficiência, pois somente a pista tátil não oferece independência aos alunos, sendo necessária a ampliação de tecnologias, como sensores de voz que indiquem a esses alunos a direção e a posição dos prédios, com intuito de favorecer a autonomia e independência dos mesmos.

Quanto ao planejamento estrutural da Universidade, é visto que o *campus* está tentando se adequar às normas vigentes para as pessoas com deficiência, através da construção de novos prédios e adequação destes e dos demais espaços, como salas de aula e banheiros, além da colocação de pista tátil.

Há uma visão positiva sobre aquilo que já está sendo feito, como a retirada das calçadas quebradas, a promessa da colocação de equipamentos como mapa tátil na entrada principal da UFS, para identificar a posição dos prédios e na entrada das didáticas para indicar as salas e os banheiros.

Quanto às dificuldades mais frequentes apontadas pelos alunos cegos, está a falta de apoio e estrutura específica dos departamentos para atendimento a esses alunos, restrito à falta de comunicação aos professores sobre a presença do aluno deficiente visual na sala de aula, impossibilitando que o acolhimento e o acompanhamento a este aluno sejam dados imediatamente.

Além disso, ainda falta orientação dos alunos e professores quanto às questões relacionadas à acessibilidade e inclusão, assim como não há uma ação que leve a UFS como um todo a realizar atividades como fóruns e seminários, pois, na área de inclusão, apenas a professora Verônica está à frente junto com o grupo de bolsistas, voluntários e professores que estudam a área.

É perceptível a ausência de integração entre os diversos setores do *campus*, mas na Universidade, sendo um ambiente em plena adequação e adaptação, é fundamental que haja uma política integrando todos os setores que dela fazem parte, em conjunto com as Pró-Reitorias, tendo o objetivo de angariar recursos e favorecer o desenvolvimento de projetos nessa área. É importante que haja um plano de ação específico para as pessoas com deficiência, para melhor atendê-las, pois é de lei que todas as pessoas

devem ser assistidas em qualquer ambiente a que cheguem.

Quanto ao aprendizado do aluno cego em sala de aula, a atuação do professor é imprescindível para alcançar resultados positivos no desempenho do aluno, mediante realização de atividades em sala de aula. A metodologia empregada faz total diferença no aprendizado do aluno cego. Na aplicação de uma prova, por exemplo, pode ser utilizada a linguagem oral, não sendo esta rígida ou burocrática, mas flexível, assim como disponibilizar o DOSVOX, permitindo a leitura dos textos.

Além disso, o conteúdo cobrado para os demais alunos deve ser o mesmo para o aluno com deficiência visual. Apenas a metodologia pode ser diferenciada, mas a cobrança deve ser a mesma para todos. Durante as aulas, pode ser utilizada uma metodologia discursiva e estimulante que envolva a participação de todos, saindo de uma aula tradicional e monóloga.

Quanto à discriminação em sala de aula, foi visto que as aulas ocorrem naturalmente, não há rejeição por parte dos demais colegas de sala, mas apoio total quanto à mobilidade dentro do *campus*, suporte na escrita e xérox das atividades.

A participação ativa dos alunos com deficiência visual em Congressos junto com os colegas permite a troca de informações e apoio constante quanto à mobilidade pelos espaços onde ocorrem as palestras, além de receber os serviços prestados pelo Núcleo de Educação Especial que disponibiliza os bolsistas. Neste sentido, a integração do aluno com os demais colegas e a realização de trabalho em grupo são os melhores meios para que a interação, o apoio e a inclusão ocorram em sala de aula, sendo essencial para que as limitações sejam superadas.

Os alunos participam integralmente das atividades realizadas em sala e, geralmente, são passadas para casa. Na sala de aula, ocorrem apenas explicações e debates, além de apresentar seminários junto com os colegas. Quando há atividades que envolvem a questão visual, os professores substituem por outras propostas, deixando em aberto para o aluno escolher se realiza ou não determinada atividade. Em caso negativo, é colocada uma outra atividade teórica valendo nota individual.

É possível perceber que os professores têm se empenhado para fazer o melhor possível para ajudar os alunos na realização de suas atividades. Entretanto, é imprescindível que se tenha a capacitação destes professores, com o intuito de eles saberem elaborar as provas e demais atividades.

Além disso, não foi presenciado qualquer tipo de discriminação em sala de aula, mas os professores são bastante atenciosos e procuram incluir os alunos nas atividades,

sempre questionando, interagindo e buscando entender as dificuldades dos alunos durante a realização das aulas. Durante esse processo, não é utilizado recurso de Tecnologia Assistiva que facilite a realização das atividades, sendo normal a interação com os demais colegas a partir da inserção em grupo de trabalho.

Para que haja um acompanhamento efetivo das atividades dos docentes em sala de aula, é preciso que estes sejam avaliados pelo seu andamento dentro da instituição e não somente por sua produção científica. É importante cobrar dos professores por suas ações dentro da Universidade, por meio de fóruns e debates, com intuito de acompanhar o desempenho em suas atividades e ir ajudando-os a se ajustar às necessidades dos seus alunos.

É necessário incluir os docentes em uma linha de acompanhamento desses alunos e fazer com que não se voltem somente para sua área de pesquisa ou de atuação, mas também se envolvam com a área de inclusão, refletindo sobre suas ações mediante a presença de aluno com deficiência visual.

É preciso que os professores sejam proativos e busquem informações que os auxiliem na relação com o aluno deficiente visual, para que o mesmo vença suas dificuldades e aumente o índice de aprovação, sabendo que eles não têm tempo máximo para término do curso. É positivo analisar a realidade do aluno antes de ele entrar na Universidade, com o objetivo de saber o motivo da dificuldade em tal atividade e poder estimulá-lo.

Apesar de os alunos entrevistados afirmarem que têm todo o suporte básico, disponível em casa, para atender às suas necessidades acadêmicas, é essencial que, na sala de aula, também haja esses recursos e serviços, como um leitor que auxilie na leitura e explicação de termos científicos, régua para texto braille, reglete e a máquina Braille. Todos estes recursos são utilizados com o intuito de obter a independência e o melhor desempenho desse aluno na realização de suas atividades em sala de aula.

É preciso que o processo de inclusão seja de fato reconhecido por todos, para que haja fundamento e maior vigilância quanto ao cumprimento da legislação e, neste caso, os envolvidos devem ser todos aqueles que têm especialização na área, como professores de Pedagogia e Serviço Social, educandos e todos os demais servidores sensibilizados para receber estes alunos.

Para melhor acessibilidade das informações pelos alunos cegos, hoje são

disponibilizados livros digitais gratuitos no site Domínio Público<sup>8</sup>, mas estes nunca correspondem à bibliografia básica do aluno, sendo o bolsista responsabilizado por escanear ou o professor mandar por e-mail os textos pedidos em sala.

Uma das adaptações que devem ser realizadas para melhorar a mobilidade do deficiente visual está relacionada ao seu acompanhamento por uma pessoa treinada e habilitada na área de inclusão, com intuito de explicar o que há na Universidade, orientar e dar apoio àqueles que estudam no *campus*.

É possível reconhecer que a solicitação de bolsistas para ajudar o aluno em suas atividades facilita a assimilação dos conteúdos, através do apoio prestado. Entretanto, existe a demora na contratação do bolsista, ocasionando o atraso no acompanhamento dos alunos, que acabam ficando um ou dois períodos sem auxílio, tornando difícil sua aprovação em todas as disciplinas curriculares. Isso se deve à escassez de Recursos Humanos e falta de integração entre os setores da Universidade, como o PROEST, PROEX, DEAPE e os Departamentos.

É necessário se preocupar em contratar um bolsista que seja da mesma área que o aluno cego, com intuito de haver sintonia entre ambos e facilitar a compreensão das disciplinas, a tradução do português para o braille e auxiliá-lo nas demais atividades do curso. Além disso, é preciso saber direcionar os alunos para os cursos que melhor satisfazem, pois determinadas atividades irão exigir a visão, como em Odontologia e Medicina. Neste caso, é preciso refletir/orientar sobre quais habilidades o aluno terá de desenvolver para realizar tal atividade.

Para que a UFS venha a contribuir na orientação dos alunos e professores quanto à acessibilidade, deve haver maior divulgação da temática, uma vez que já é consciência de cada um manter respeito pelo outro e não impor algo que não fará bem.

Com relação à disponibilidade de Tecnologia Assistiva, a UFS tem fornecido, na biblioteca, instrumentos como lupa, máquina Braille e computador com o Programa DOSVOX. Falta uma pessoa capacitada para operar esses equipamentos. É preciso uma pessoa compromissada e determinada a abraçar a causa, pois necessita estar ciente daquilo em que vai trabalhar. Mesmo estando responsável por uma determinada área, deve perceber que a inclusão está inerente ao trabalho e é fundamental aceitar a sua existência.

Hoje, a biblioteca recebe livros em braille do projeto Dorina, mas estes não

---

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp>>. Acesso em 30 de agosto de 2012.

contemplam a bibliografia dos cursos, pois são produzidos apenas romances, e a Universidade deve ser a responsável pela produção do livro em áudio ou em Braille, de acordo com o componente curricular de cada curso.

Além dos instrumentos citados, existem os serviços prestados pelos bolsistas, que ajudam os alunos cegos nas atividades propostas pelos professores em sala de aula, assim como auxiliam na percepção do deficiente visual sobre tudo ao seu redor.

Diante do que foi pesquisado e relatado durante as entrevistas, foi possível perceber diversas sugestões que podem ser implementadas no *campus* com intuito de favorecer maior mobilidade ao cego. Dentre estas, podem ser listadas:

1ª) Existência de equipes de apoio que se reúnam para discutir problemas, ideias e técnicas. A maioria dessas equipes deve designar uma pessoa para atuar como facilitadora da inclusão, com o objetivo de promover recursos e apoio ao professor, além de oferecer oportunidades para que os alunos estabeleçam amizades;

2ª) Flexibilidade do professor em adaptar sua metodologia à necessidade do aluno com deficiência visual, tal como adotar critério de avaliação oral e uma postura sensível perante as dificuldades do aluno, além de auxiliar o aluno a desenvolver círculos de amizades;

3ª) Instalação de sinalização sonora indicando a passagem de pedestres e de carros na Universidade Federal de Sergipe;

4ª) Contratação de aluno bolsista ou voluntário para auxiliar nas atividades que envolvam o tema inclusão e acessibilidade, com o objetivo de prover informação a todos;

5ª) Inserção do áudio-descritor na sala de aula, com intuito de facilitar o entendimento das imagens;

6ª) Instalação de sensores de voz nas diversas partes do *campus*, como passarelas e o Restaurante Universitário – RESUN, com a finalidade de avisar ao deficiente visual a direção e a posição dos prédios;

7ª) Criação de um banco de ideias na iniciação científica, com o intuito de que essas ideias sejam expandidas e implantadas na própria Universidade ou em uma empresa, por exemplo;

8ª) Treinamento dos vigilantes e funcionários do *campus* para recebimento das pessoas com deficiência visual nos horários em que o aluno estivesse no *campus*, para orientá-los e direcioná-los aos prédios, por exemplo;

9ª) Aquisição de transporte e uma pessoa treinada que levasse os estudantes cegos aos diversos locais do *campus*;

10ª) Alocação de aluno bolsista ou voluntário para ficar em cada setor da Universidade, com o intuito de auxiliar, sugerir melhorias, tirar dúvidas e prestar apoio às pessoas que ali trabalham e integrar os setores da Universidade;

11ª) Proporcionar fóruns, seminários e debates a todos os professores de diversas áreas de atuação;

12ª) Estabelecer o Programa de Ações Inclusivas em um laboratório ao qual todo mundo tenha acesso, pois, muitas vezes, o aluno vai à biblioteca para estudar afirmando que o espaço Incluir é pequeno, sendo este apenas um local de apoio;

13ª) Introdução do cão-guia com intuito de que o aluno se locomova com independência pelo *campus*. Entretanto, é visto que, para se ter o cão guia, se faz necessário o treinamento deste com seu acompanhante, assim como todo o cuidado, investimento e afinidade com o animal;

14ª) Transformação das Monografias em artigos para serem divulgados nos diversos setores da Universidade, com o objetivo de entender os problemas relevantes e proporcionar melhorias no *campus*;

15ª) Contratação de alunos bolsistas ou monitores da mesma área de estudo que o deficiente visual, para que não haja dificuldades quanto aos termos específicos, por exemplo, no momento do auxílio ao cego. Além disso, colocação de monitor fixo e

capacitado, que acompanhe diariamente o aluno cego em sala de aula;

16ª) Capacitação dos professores, através de aulas de reforço, inclusão de aluno bolsista em disciplinas optativas, oficinas continuadas de braille e aula de língua portuguesa, fundamentais para que, de fato, eles sejam inseridos nas propostas trazidas pela inclusão das pessoas com deficiência;

17ª) Existência de uma semana dedicada às pessoas com deficiência com o intuito de chamar a atenção de todos que fazem parte do *campus* para a temática em questão;

18ª) Instalação do Programa DOSVOX nos computadores dos laboratórios de informática, com o intuito de ampliar o alcance das informações pelos deficientes visuais;

19ª) Colocação de áudio-descritor ou uma pessoa capacitada que descreva filmes ou fotografias passadas em sala de aula;

20ª) Os alunos questionam a possibilidade de haver um computador, em sala de aula, para melhor absorção dos conteúdos, onde o bolsista digitaria os trabalhos e as atividades passadas em sala de aula pelo professor, e o aluno depois estudaria através do DOSVOX. Entretanto, devido ao conteúdo ser transmitido de modo rápido pelo professor, é necessária uma habilidade imensa do aluno quanto à digitação. Nesse caso, o gravador é o recurso mais hábil, pois o aluno, por meio do áudio, pode rever o conteúdo transmitido em sala de aula, assim como pode ser utilizado o escâner para que o DOSVOX faça a leitura do texto;

21ª) Fiscalização direta das obras, para que, quando uma irregularidade for notada, seja imediatamente repassada à prefeitura e demais setores, para que seja tomada uma providência imediata;

22ª) Com relação às obras, deve haver a utilização imediata das partes que já foram finalizadas, para que realmente fique clara a importância das adaptações que estão sendo realizadas e não haja problemas futuros.

Essas são apenas algumas sugestões que podem ser consideradas, com intuito de favorecer ao deficiente visual melhores condições de adequação e adaptação no Ensino Superior.

## 7 - REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira (Coord.). **Sala de recursos multifuncionais**: espaços para atendimento educacional especializado. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em: <[http://www.oneesp.ufscar.br/orientacoes\\_srm\\_2006.pdf](http://www.oneesp.ufscar.br/orientacoes_srm_2006.pdf)> Acesso em: 23/04/2013

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT 9394/96). Disponível em: <[http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivo%5Bfield\\_generico\\_imagens-filefield-description%5D\\_24.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivo%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf)>. Acesso em 30 de agosto de 2012.

BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. In: **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: <[http://www.emtese.ufsc.br/3\\_art5.pdf](http://www.emtese.ufsc.br/3_art5.pdf)>. Acesso em 22 de novembro de 2012.

BRASIL. Lei nº. 7.853, de 24 de Outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Diário Oficial [da **República Federativa do Brasil**], Brasília, DF. Disponível em: <[https://www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7853.htm](https://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm)>. Acesso em 24 de novembro de 2012.

\_\_\_\_\_, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 18/04/2013.

\_\_\_\_\_, **Decreto nº 914/93** de 6 de setembro de 1993.

\_\_\_\_\_, Estatuto da Criança e do Adolescente – **ECA** de 13 de Julho de 1990.

\_\_\_\_\_, Lei de Diretrizes e Bases da Educação – **LDB** de 23 de Dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_, Plano de Desenvolvimento da Educação – **PDE** de 2007.

\_\_\_\_\_, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva MEC/SEESP, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em 30 de agosto de 2012.

CAIADO, Kátia Regina Moreno. **Aluno Deficiente Visual na Escola**: lembranças e depoimentos. Campinas. SP: Autores Associados: PUC, 2003.

FERRARI, Carlos Eduardo. **Fomento ao uso de Tecnologias Assistivas por pessoas cegas e com deficiência visual na grande São Paulo**. 2008. 79 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade São Caetano do Sul, São Paulo, 2008.

FILHO, Teófilo Galvão. Retratos da Tecnologia Social no Maranhão, Ceará, Bahia e São Paulo. Instituto de Tecnologia Social. In: **Revista Conhecimento Ponte para a Vida**, ano1, p.32, 2007. Disponível em: <[http://www.itsbrasil.org.br/pages/23/revista\\_its\\_numeros1\\_e\\_2.pdf](http://www.itsbrasil.org.br/pages/23/revista_its_numeros1_e_2.pdf)>. Acesso em 14 de junho de 2011.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Caracteristicas\\_Gerais\\_Religião\\_o\\_Deficiencia/tab1\\_3.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religião_o_Deficiencia/tab1_3.pdf)> Acesso em 23 de abril de 2013.

MAZZOTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, ed.5, 2005.

NETO, Daniel Neves dos Santos. Legislação e Políticas Públicas para a Educação Especial no Brasil, s/d. Disponível em: < <http://www.webartigos.com/artigos/legislacao-e-politicaspúblicas-para-a-educacao-especial-no-brasil/80940/> >. Acesso em 16 de maio de 2012.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. In: **Revista de Saúde Pública**. Vol.29, n.4, São Paulo,1995. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89101995000400010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101995000400010)>. Acesso em 30 de agosto de 2012.

SÁ, Elizabet Dias de et al. **Atendimento Educacional Especializado: deficiência visual**. Brasília, DF. MEEC, SEESP, SEED, 2007. 129 p. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aece\\_dv.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aece_dv.pdf)>. Acesso em 15 de abril de 2012.

SBVSN – Sociedade Brasileira de Visão Subnormal. Disponível em: <<http://www.visaosubnormal.org.br/oquee.html>>. Acesso em 23 de junho de 2012.

SELAU, Kronbauer, Carlise Inês; PEREIRA, Priscila. Educação Inclusiva e Deficiência Visual: algumas considerações. In: **Revista Benjamin Constant**. Rio de Janeiro: MEC, v. 16, nº 45, p. 5-12, abril de 2010.

SOUZA, Verônica dos Reis Mariano. **Acessibilidade na Universidade Federal de Sergipe: um projeto em construção**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe. p. 350-362, 2009.

SOUZA, Verônica dos Reis Mariano. **Gênese da Educação dos Surdos em Aracaju**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe. Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2010.

SOUZA, Verônica dos Reis Mariano; PRADO, Renata Beatriz de Souza. **Vendo a UFS com outros olhos**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe. Pró- Reitoria de graduação; Departamento de Apoio Didático Pedagógico, CECH, Departamento de Educação, Núcleo de Pesquisa em inclusão Escolar da Pessoa com Deficiência, 2008.

STAIMBACK, Susan; STAIMBACK, William. **inclusão: um guia para educadores**.

Porto Alegre: ARTMED editora, 1999.

TAVARES, Carla; MARTINS, Dulce. **A observação**. 2004/2005. Apresentação em slide. Disponível em:  
<<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/observacaot1.pdf>>. Acesso em 30 de agosto de 2012.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução Ana Thorell. 4. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2010.

## 8 - APÊNDICE

### 8.1. TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, Crislayne Lima Santana, vinculada à Universidade Federal de Sergipe (UFS), como aluna pesquisadora de graduação em Pedagogia e sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Verônica dos Reis Mariano Souza, estou realizando uma pesquisa sobre a “inclusão de Cegos no Espaço Acadêmico da UFS: a importância das Tecnologias Assistivas”, tendo como objetivo verificar as reais condições de acessibilidade que garantam a permanência do aluno com deficiência visual no Ensino Superior, em especial no *campus* da Universidade Federal de Sergipe.

No ensejo, será assegurada a confidencialidade no tratamento dos dados a serem obtidos, com o compromisso de utilizá-los unicamente dentro dos objetivos propostos no referido estudo, sendo que a entrevista ocorrerá com a utilização de gravador. Ressalto que a sua identidade e de sua família serão preservadas, assim como os demais dados de identificação, preservando, assim, seus interesses e o respeito a padrões éticos.

Também é garantido o seu direito em desistir da participação da pesquisa em qualquer momento da realização desta, sendo sua participação totalmente voluntária. Ao término da pesquisa, os resultados estarão disponíveis para a sua apreciação e consulta.

Eu, \_\_\_\_\_, autorizo minha participação nesta pesquisa. Sendo minha participação inteiramente voluntária, estou livre para desistir da pesquisa em qualquer momento.

Verônica dos Reis Mariano Souza  
Orientadora

Crislayne Lima Santana  
Pesquisadora

## 8.2. QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL DO CAMPUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

### IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO

1. Nome do aluno: \_\_\_\_\_
2. Data de nascimento: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ anos
3. Nome do pai : \_\_\_\_\_
4. Profissão do pai: \_\_\_\_\_
5. Nome da mãe: \_\_\_\_\_
6. Profissão da mãe: \_\_\_\_\_
7. Condição sensorial:\_\_\_\_\_. CEGO ( ) BAIXA VISÃO ( )
8. A condição de deficiência visual é congênita ou adquirida?
9. No caso da segunda opção, com qual idade?
10. Com relação ao braille, tem alguma dificuldade para utilizá-lo?
11. O braille supre suas necessidades acadêmicas? Em caso negativo, que outras Tecnologias Assistivas você utiliza?

### FAMÍLIA

12. Você recebe apoio da família? Em caso negativo, relate as dificuldades.

### ENSINO SUPERIOR

13. Período em que entrou na Universidade:\_\_\_\_\_.
14. A sua média aritmética corresponde ao que foi aprendido em sala de aula?
15. Você recebeu orientação de mobilidade para transitar na UFS?
16. Houve dificuldades enfrentadas ao prestar o vestibular? Em caso afirmativo, relate-as.
17. Houve algum auxílio tecnológico no momento de realização das provas?
18. Ao entrar para a Universidade, você enfrentou barreiras arquitetônicas e atitudinais? Em caso afirmativo, relate as principais.

19. Na sala de aula, como é o tratamento do professor perante a você? Sofreu algum tipo de discriminação? Qual?
20. A interação com os outros colegas de sala ocorre normalmente?
21. Para a realização das atividades, estas são adaptadas à sua deficiência? É utilizado algum instrumento de Tecnologia Assistiva, que possibilite a realização das mesmas com mais facilidade? Qual (is)?
22. Que sugestões você daria para melhorar o seu acesso aos conhecimentos ministrados pelos professores?
23. Você participa de todas as atividades realizadas na sala? E na UFS, você participa como seus colegas, das atividades extraclases?
24. As avaliações são adaptadas aos deficientes visuais? Em caso afirmativo, como?
25. Você conta com o apoio de um leitor ou áudio-descritor? Desde quando?
26. Com relação às reformas que estão sendo realizadas na UFS, estas atendem às necessidades de locomoção com independência dos alunos cegos? Especifique com relação aos seguintes itens: pista tátil, piso de alerta, sinalização em braille, sensores de voz, leitores, softwares etc.

### **8.3. QUESTIONÁRIO PARA OS RESPONSÁVEIS PELA INCLUSÃO DO CAMPUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

1. Quando foi assumido o cargo de gestão?
2. Já trabalhou antes com aluno deficiente visual? Em caso afirmativo, onde? Como foi sua relação com ele?
3. O senhor tem conhecimento das Tecnologias Assistivas utilizadas pelos cegos na UFS?
4. O senhor acha que a acessibilidade arquitetônica da UFS atende às necessidades das pessoas cegas?
5. O senhor tem conhecimento a respeito da Política de Ações Inclusivas da UFS? Qual o principal objetivo dessa política?
6. O senhor é a favor da inclusão da pessoa com deficiência no Ensino Superior? Justifique sua resposta.
7. A universidade orienta os alunos e professores nas questões relacionadas à acessibilidade e inclusão?
8. Quais os materiais de Tecnologia Assistiva que a Universidade Federal de Sergipe disponibiliza?
9. Com relação às reformas que estão sendo realizadas na UFS, estas atendem às necessidades de locomoção com independência dos alunos cegos? Especifique com relação aos seguintes itens: pista tátil, piso de alerta, sinalização em braille, sensores de voz, ledores, softwares etc.
10. Com relação ao planejamento estrutural da universidade, o senhor acredita que está de acordo com a realidade das pessoas com deficiência visual? Justifique.
11. O senhor acredita que deva existir um plano de ação específico para as pessoas com deficiência? Justifique.
12. Como os professores podem se capacitar para atuar com responsabilidade na educação inclusiva?
13. Como a Universidade pode oferecer capacitação para os professores trabalharem a educação inclusiva?
14. O que é importante visualizar para trabalhar com educação inclusiva? Quais devem ser os envolvidos?
15. Com relação à Tecnologia Assistiva, o senhor conhece algum responsável por adaptar esses equipamentos às pessoas com deficiência?

16. Quais os serviços disponibilizados na UFS para atendimento aos deficientes visuais?

17. Na Universidade Federal de Sergipe, que recursos das Tecnologias Assistivas podemos utilizar para ajudar pessoas com deficiência a terem acesso às demais tecnologias?

#### **8.4. QUESTIONÁRIO DIRECIONADO AOS RESPONSÁVEIS PELA REFORMA DO *CAMPUS* DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

1. O senhor tem conhecimento a respeito da Política de Ações Inclusivas da UFS? Qual o principal objetivo dessa política?
2. O senhor acha que a acessibilidade arquitetônica da UFS atende às necessidades das pessoas cegas?
3. O senhor é a favor da inclusão da pessoa com deficiência no Ensino Superior? Justifique sua resposta.
4. O senhor tem conhecimento das Tecnologias Assistivas utilizadas pelos cegos na UFS?
5. Com relação ao planejamento estrutural da universidade, o senhor acredita que está de acordo com a realidade das pessoas com deficiência visual? Justifique.
6. Qual avaliação o senhor faz em relação à infraestrutura geral (atendimento), referente às adaptações para pessoas com deficiência visual?
7. Com relação às reformas que estão sendo realizadas na UFS, estas atendem às necessidades de locomoção com independência dos alunos cegos? Especifique com relação aos seguintes itens: pista tátil, piso de alerta, sinalização em braille, sensores de voz, leitores, softwares etc.
8. Já trabalhou ou teve algum contato antes com deficiente visual? Em caso afirmativo, onde? Como foi sua relação com ele?
9. Que adaptações devem ser feitas com intuito de favorecer a mobilidade do deficiente visual no *campus* da UFS?
10. Para a realização das reformas no *campus*, foi feito antes algum estudo baseado na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT 9050)? Como foi feito o planejamento?
11. Como foram planejadas as obras que estão sendo realizadas na UFS? Foi feita uma pesquisa anteriormente?

## 9 - ANEXOS

### **9.1. Entrevista realizada na Rádio Jornal com a aluna G. C. A., da área de Ciências Humanas da UFS em 22/07/2012.**

A aluna, do primeiro período do curso da área de Ciências Humanas pela Universidade Federal de Sergipe, nasceu em 27/05/1989, tem 23 anos de idade e mora com uma irmã de 24 anos e um irmão de 19 anos. É filha de José Antônio Barroso Guimarães, jornalista, radialista e publicitário, e Rosângela Santana Guimarães, dona de casa. A condição sensorial de G. C. A. corresponde à perda total congênita da visão.

**Entrevistada:** Minha história é complicada porque, quando a gente é bebê, não tem como saber, e não sei se perdi [a visão] na maternidade ou se já nasci assim, pois não dá para perceber. Meus pais só vieram a perceber que eu estava com problema de visão quando eu tinha 4 meses de idade, pois não tem como saber antes se tem alguma deficiência ou não.

**Pesquisadora: Com relação ao braille, você tem alguma dificuldade para utilizá-lo?**

**E:** Não. Eu costumo fazer a maior parte das coisas em braille por enquanto. Já estou aprendendo a mexer no computador que tem o DOSVOX; ele lê e você escreve com ele.

**P: Você utiliza esses programas desde quando? Com quantos anos começou a usar?**

**E:** O braille foi aos 8 anos de idade e o Programa DOSVOX não tem muito tempo, não chega a ter um ano. Eu lembro que foi ano passado.

**P: E você teve alguma dificuldade em aprender o braille?**

**E:** Um pouquinho.

**P: Você tem ideia de quantos meses você levou para aprender?**

**E:** Eu não lembro ao certo, mas acho que foi mais ou menos um ano para eu aprender. Isso porque tive que aprender a mexer com a “régua de texto braille” para auxiliar na alfabetização. Em seguida, utilizei a reglete e, por fim, a máquina de escrever em braille. Também aprendi a mexer com as letras de plástico para reconhecer as letras do alfabeto e diferenciar o formato “A” do “C”, por exemplo. Então, tive conhecimento das letras através do formato das mesmas, para depois ir ao braille.

**P: Você acredita que o braille vai suprir suas necessidades acadêmicas?**

E: Eu acho que, nesse exato momento, não. Hoje em dia, como a tecnologia está avançando muito, apesar de eu não saber muita coisa relacionada à informática, tenho uma base devido ao meu contato com o DOSVOX. Eu acho que o melhor seria a utilização do computador visando à parte do áudio.

**P: Então, você acredita que o computador seria mais viável para a área acadêmica?**

E: Sim, o computador economizaria mais tempo, porque, com o braille, é aquela coisa: dependendo do tamanho da apostila, você gastaria muitas folhas para fazer um livro que, por exemplo, não seria um livro qualquer ou normal que você pega e faz em um único volume. Um livro em braille você faz em 2, 3 ou até 4 volumes, tem de utilizar muito mais folhas, além de tomar mais espaço e ser muito pesado.

**P: Com relação à sua família, você recebeu apoio quando souberam que você estava deficiente visual ou cega?**

E: No início, a minha família não se conformava, mas, quando estávamos no médico, meus pais perceberam a presença de uma pessoa com Síndrome de Down, que estava acompanhada por uma senhora. Entenderam que o meu problema não era o pior, mas que existiam muitos problemas piores e, devido à presença dessa pessoa, perceberam que eu podia fazer de tudo.

**P: E os seus irmãos aceitaram sua deficiência?**

E: A minha irmã tem 24 anos e meu irmão tem 19 anos. Então, a gente se dá muito bem e, quanto a essa questão, eles me tratam por igual. Eu não tenho um tratamento diferenciado e também não tenho privilégios. O mesmo tratamento que se dá para mim se dá para os outros.

**P: Com relação ao Ensino Superior, qual o período em que você entrou na universidade?**

E: Eu entrei em 2012 e estou cursando o primeiro período de audiovisual, focado em rádio, TV e cinema. A disciplina de Cinema está sendo um problema para mim, pois estou passando por dificuldades. Por exemplo, é difícil entender fotografia e filme. Não que eu não seja capaz, mas o problema é não ter uma pessoa capacitada para poder me ajudar e me acompanhar nas coisas.

**P: Apesar de você ter entrado agora, sua média aritmética ou a nota de alguma prova ou trabalho é correspondente ao que você aprendeu em sala de aula?**

E: Deu para testar um pouco dos meus conhecimentos, mas eu percebi que já fiz essa primeira avaliação com muita dificuldade, porque foi oral, requer mais atenção e foi uma coisa que eu não tive muito tempo para pensar. Se fosse prova escrita, eu teria mais tempo.

**P: Então, você prefere a prova escrita?**

E: Isso, porque, por exemplo, eu fiz a prova do vestibular com uma ledora e tive mais tempo para refletir a questão.

**P: A prova em sala foi a mesma aplicada para todos os alunos?**

E: Meus colegas fizeram a prova escrita. Só que eles já têm dificuldade para realizar a escrita. Imagine uma pessoa com deficiência fazendo uma prova oral? Eu acho que os professores não têm experiência, mas procuram fazer o melhor possível. O meu empenho não foi o melhor que eu esperava.

**P: Qual seria esse “melhor” a que você se refere?**

E: Seria referente à capacitação dos professores da UFS, com o intuito de saberem elaborar melhor as provas e os trabalhos de classe.

**P: Você acredita que eles buscam essa capacitação?**

E: Acho que eles fazem de tudo, mas faltou empenho da universidade em capacitar os professores. Isso deve ser levado a público, em consideração até aos professores e às pessoas que estão na UFS, para que tomem consciência do que realmente vem ocorrendo na universidade. E pensando bem, tem muita coisa para melhorar, até porque vão chegar mais alunos com deficiência.

**P: Com relação à mobilidade, você recebeu alguma orientação para transitar na Universidade?**

E: Não. Inclusive, muita coisa aconteceu comigo e muitas informações eu deixei de pegar por falta de comunicação e por falta de contato. Até porque que cada prédio da universidade é distante do outro. Por este motivo, estou passando por esta dificuldade e acho que deve haver mais comunicação, informações, mais acessos com facilidade e não com dificuldade, pensando na pessoa que tenha algum tipo de deficiência. É uma coisa que não existe. Uma colega minha, que é cadeirante, estava até dando a ideia de existir um transporte para alunos que têm problema de locomoção dentro da universidade.

**P: Com relação aos próprios alunos da UFS, você já pediu algum auxílio a eles?**

E: Sim, eles me levam na sala certinha e tudo mais. O problema é que eles não vão querer ficar fazendo isso para mim sempre. No início, eles fazem, mas depois não querem mais, não querem ter esse compromisso de colaborar, porque não têm essa obrigação. Eles ajudam, têm humildade para ajudar, mas não é sempre que vão poder.

**P: Houve dificuldades no momento de prestar o vestibular? Em caso afirmativo, quais?**

E: Eu só tive dificuldade na questão dos mapas, das figuras que precisei ler e reler e, por isso, tomaram mais tempo. Isso foi mais no

primeiro dia. No segundo dia, foi melhorando e, no terceiro, mais ainda. No primeiro dia, achei complicado porque foi muita pressão, eu achava que poderia ter sido feito de uma maneira que não prejudicasse tanto e os alunos pudessem responder a prova com mais tranquilidade, o que a gente não teve. Não devido aos ledores, mas àqueles que elaboraram a prova e os responsáveis pelo vestibular.

**P: Neste caso, o que você acha que deveria ser feito para reverter esta situação?**

E: Acredito que o número de questões deveria ser menor, até porque, agora, será o ENEM e, se for fazer uma prova em braille, esta vai tomar bem mais tempo.

**P: Mas você sabe que não vai poder deixar de existir a prova em braille?**

E: Não. Então teria que diminuir as questões. Fazer uma prova igual para todos, mas pensando numa pessoa que tem deficiência visual e que tem mais dificuldade em entender as questões. Entendendo também que a prova em braille toma mais tempo para ser realizada e, em uma prova oral, a gente também tem dificuldade, pois tem que voltar e ler novamente a questão.

**P: No momento da realização das provas, houve algum auxílio tecnológico?**

E: Somente houve auxílio da reglete em todas as provas, assim como o serviço prestado pelos ledores. No momento da redação, dependendo do tema, apesar de terem sido 3 horas, eu achava que deveriam ser 4. Mesmo que a gente não utilize as 4 horas, isso seria só por garantia.

**P: Mas você sabe que vocês tiveram uma hora a mais?**

E: Eu sei, mas digo isso porque a redação requer mais atenção, até para você não escrever errado, colocar a concordância correta. Uma prova em braille, para escrever, demora mais, porque na reglete você não faz igual à máquina, sendo esta bem mais rápida.

**P: Você acredita que, neste momento, deveria haver um auxílio? Qual auxílio deveria ser prestado?**

E: Não, apenas a colaboração para a gente fazer a prova. Por exemplo, na prova de redação, a gente tem que ter tempo para escrever e também para pensar. A gente teve 3 horas, mas acredito que seriam necessárias 4 horas somente para garantir mesmo.

**P: Ao entrar para a Universidade, você enfrentou barreiras arquitetônicas e atitudinais? Em caso afirmativo, relate as principais.**

E: Quanto à discriminação, não sofri. Agora, no momento em que eu entrei, a UFS já estava em reforma e eu estava com muito medo de tropeçar. Por este motivo, eu não tive como aprender orientação e mobilidade dentro do *campus*, pois, se tivesse tudo reformado, já com

o piso específico ou piso tátil, eu já teria aprendido a orientação e mobilidade. Acredito que não somente eu, mas todos aqueles alunos que têm a mesma deficiência que eu.

**P: Tem alguma pessoa que te explica sobre orientação e mobilidade?**

E: Não, mas a Maria Helena, que é voluntária da UFS, já se ofereceu.

**P: Você já foi à UFS por esses dias? Sabe das reformas que já foram feitas?**

E: Ainda não estive na UFS, mas fiquei sabendo que já colocaram o piso tátil em algumas didáticas, assim como no elevador.

**P: E o que você acha disso?**

E: Facilita mais a nossa locomoção com a presença dos elevadores, até porque eu acho que, nas escadas, entre os degraus, tem alguns buracos em que a gente corre o risco de cair. Com o elevador, facilita, pois a gente tem condições de se locomover mais vezes, tem condições de ir à biblioteca no andar superior, fica até melhor de auxiliar a ida até os locais.

**P: Na sala de aula, como é o tratamento do professor com você? Você sofreu algum tipo de discriminação?**

E: Não, muito pelo contrário. Os professores procuram me incluir nas matérias e nas atividades, me perguntando, sobre o assunto, quais as dificuldades que estou tendo para compreender e até onde eu consigo acompanhar. Mas é com muita dificuldade que eu estou enfrentando este tipo de barreira, não pelos professores, mas pela falta de capacitação dos mesmos.

**P: Os professores utilizam alguma metodologia diferenciada durante as atividades?**

E: Eles procuram interagir de forma igual à com os demais alunos. Só que, quando eu não estou entendendo, com dificuldade em um determinado assunto, eles, às vezes, me explicam individualmente ou diante da classe. São todos os professores que fazem isso, mas, por exemplo, na aula de fotografia, é mais difícil para a professora chegar e me explicar. Até porque tem muita questão de imagem e não tem uma monitora capacitada ou fixa para poder me explicar.

**P: E a descrição das imagens é realizada?**

E: É realizada, mas, para mim, é complicado, pois foge um pouco da minha memória, devido a alguns assuntos serem complicados. Mas tem muitos conteúdos que dão para entender por alto. Dá para apresentar trabalho e há coisas que eu nunca tinha oportunidade de fazer e estou fazendo, como, por exemplo, trabalho em grupo sem ser excluída.

**P: A interação com os demais colegas ocorre normalmente?**

E: Ocorre. Eles me chamam e a gente conversa sobre trabalho e outros assuntos de curiosidade de cada um. Nós, graças a Deus, estamos nos dando muito bem. Tem algumas coisas em que a gente discorda, que é normal, mas nada que leve à discriminação.

**P: Para a realização das atividades, estas são adaptadas à sua deficiência? É utilizado algum instrumento de Tecnologia Assistiva que permita a realização das mesmas com mais facilidade?**

E: Não. Até porque os professores, em sala de aula, não passam tanta atividade e, quando eles passam e é individual, tem colegas que fazem em grupo comigo.

**P: Você utiliza algum recurso próprio em sala, para realização das atividades?**

E: Não, geralmente as atividades são em grupo e orais.

**P: E em casa, você utiliza algum recurso de auxílio? Você havia me relatado do DOXVOX.**

E: Em casa eu uso, mas o professor prefere que o trabalho seja impresso. Então, como eu faço? Eu escrevo em braille, entrego uma cópia para o professor e fico com a outra para eu poder estudar em casa, e tenho também a cópia no e-mail.

**P: O seu professor também manda atividades por e-mail?**

E: Quando eu faço em casa, às vezes eles mandam, mas geralmente, se for algo de pesquisa, meu pai pesquisa e manda para o meu e-mail. A gente tira uma cópia, manda para o professor, fico com uma cópia e escaneio as imagens para mim.

**P: E é você mesma quem tira as xérox? Como é o seu acesso?**

E: As xérox, eu peço para alguém tirar. Às vezes, a turma chega junto; outras vezes, não, e é um empurra-empurra!

**P: Mas você já ficou sem algum material?**

E: Sim, já fiquei por questão de uma ou duas apostilas, mas, quando é assim, eu converso com o professor.

**P: Que sugestões você daria para melhorar o seu acesso aos conhecimentos ministrados?**

E: Primeiro, a questão da xérox. Deveria haver uma impressora braille em vez de tirar xérox normal, até porque gasta mais tempo. Na UFS, já tem, mas o que falta é uma pessoa capacitada para poder tirar essa xérox.

**P: Você participa de todas as atividades realizadas em sala?**

E: Participo, mas dificilmente tem uma atividade em sala. O que na

verdade existe são mais explicações, debates em que os professores pedem para a gente interagir e, quando eu consigo acompanhar um assunto, eu também interajo. Mas os trabalhos são feitos geralmente em casa, o que é até mais fácil do que na própria sala de aula, pois o meu pai é da área e tem como me ajudar.

**P: E você participa junto com seus colegas das atividades extraclasse?**

E: Sim, eu participo. Recentemente, teve um seminário sobre a História da Fotografia e tinha a parte de imagem para poder explicar. Aí eu fiquei com a parte teórica, mas não deixei de participar. Quando não dá para eu participar, os professores passam coisas diferentes para eu fazer e eu nunca deixei de ganhar ponto.

**P: Como assim, coisas diferentes?**

E: Por exemplo, se for uma atividade muito complicada, eles fazem outra atividade diferente. Mas até agora, graças a Deus, eu tive capacidade para fazer todas as atividades. Teve uma atividade que era para tirar foto, eles me ajudaram e me explicaram, mas a professora disse que, caso eu tivesse dificuldade em realizar, ela passaria uma atividade teórica. Graças a Deus, eu conseguir identificar e não precisei de uma atividade teórica separada dos outros colegas. Caso eu aceitasse, a minha nota seria individual.

**P: Com relação aos eventos na universidade, você participa?**

E: No caso de eventos, eu nunca fui. O único evento que eu fui foi um debate que teve, relacionado às dificuldades das pessoas com deficiência. Daí eu participei junto com uns colegas meus e os próprios alunos da UFS participaram desse debate e fizeram perguntas. Eu participei falando no microfone.

**P: E no momento de participar, você teve alguma dificuldade em circular pelos espaços?**

E: Teve a professora Jô, que me auxiliou durante o evento. Além disso, ela já havia sido minha professora na escola onde eu estudei e aprendi o braille.

**P: Essas avaliações em sala de aula são diferenciadas? O professor utiliza alguma metodologia diferenciada?**

E: A prova é igual. Entretanto, eu acho que os professores utilizariam outra metodologia caso eles percebessem que eu estava com alguma dificuldade para responder determinada questão, mas isso não vem ao caso. Se fosse uma questão muito difícil, com muita imagem, aí eles poderiam passar um trabalho diferenciado.

**P: Você conta com um áudio descritor ou um leitor para realização das suas atividades?**

E: Na sala de aula, eu não tenho. Eu tenho a monitora, mas não é fixa. Na UFS, não há pessoas preparadas, tanto para transcrever e anotar as

explicações enquanto estivesse prestando atenção na aula – pois não daria para fazer os dois ao mesmo tempo – quanto para ler alguma coisa, caso a leitura estivesse difícil.

**P: Então você acredita que seja necessária a presença de um leitor em sala de aula?**

E: Eu acho que seria viável uma monitora fixa e capacitada para fazer as duas coisas, pois é colocado aluno bolsista, mas eles não o capacitam. Eu acredito que, em qualquer curso, deveria ter uma capacitação, por exemplo, nas matérias optativas. Eles deveriam capacitar o monitor que quisesse ficar com uma determinada disciplina, sendo este preparado para esta, e não a gente ter que dar as coordenadas. Eu acho isso muito sem graça, para dar as coordenadas, até porque eu não conheço a pessoa. Não há necessidade quando for uma coisa básica e besta. Às vezes, eu falo que não deu certo, é colocado outro monitor no lugar e, mesmo assim, é aquela demora para poder contratar. É necessário aguardar a licitação ou processo para poder, de fato, iniciar os trabalhos. Os monitores, quando chegam, já é quase no final do semestre ou período. Outra questão que eu gostaria de ressaltar é com relação aos recursos que deveriam ter em todas as didáticas, ou poderiam colocar a sala da gente só em uma didática onde houvesse a sala de recursos.

**P: Você conhece o Programa de Ações Inclusivas, coordenado pela professora Verônica?**

E: Sim, e sei que este é tido como uma sala de recursos.

**P: Com relação às reformas que estão sendo realizadas na UFS, estas atendem às necessidades de locomoção com independência dos alunos cegos?**

E: Eu acho que, como eu não conheço tudo, não dá para dizer alguma coisa especificamente. Eu ainda preciso conhecer, mas acredito que sim, pelo que eles falaram e pelo que eu pude perceber quando estive no final de semana na UFS e quando tive em reunião com os reitores. Eu pude perceber que já é um caminho andado. Com relação ao piso tátil, eu acho que ele ainda tem uns obstáculos em que ainda dá para tropeçar. Acredito que talvez pudesse ter sido colocado um piso mais fino e este deve ter em toda a universidade, pois tem umas partes na reitoria que ainda não têm, como, por exemplo, nos degraus. Com a colocação dos pisos, facilita a nossa locomoção, o nosso acesso aos estudos, fazendo com que a gente melhore a nossa participação em sala de aula, não fique tão limitado, possa se incluir mais e até mostrar aos professores que, diante de todas as dificuldades e lutas, nós somos capazes de alcançar os nossos objetivos e de partir para o mercado de trabalho, seja num estágio, seja numa profissão melhor. A gente tem tudo para enfrentar e, mesmo com toda a dificuldade e deficiência, a gente também tem capacidade de reivindicar os nossos direitos.

## **9.2. Entrevista realizada no CAPS com o aluno G. M. R., da área de Ciências Humanas da UFS em 08/05/2012.**

Aluno do primeiro período do curso de Direito pela Universidade Federal de Sergipe, G. M. R. nasceu em 20/04/1978, tem 34 anos de idade, mora com três irmãs e é filho de G. M. J., autônomo, e G. S. J., doméstica. A condição sensorial de G. M. R. corresponde à cegueira adquirida aos 15 anos de idade, que o deixou deficiente visual.

Ao iniciar a entrevista, foi questionado ao aluno com relação ao apoio da família. Quando esta soube que ele era deficiente visual, se houve alguma rejeição ou afastamento por parte da mesma.

**Entrevistado:** Nos primeiros momentos de atendimento, não se tinha noção da gravidade. À medida que o tempo foi passando e que o quadro se agravou, foi quando tivemos a noção mais clara da gravidade e aí todos ficaram abalados emocionalmente, dada a gravidade. Meus irmãos eram pré-adolescentes, mas deram apoio no sentido de estarem presentes, cuidando, na questão da proteção.

Diante disso, é perceptível que a família deu os primeiros cuidados, “esteve presente em tempo integral.” auxiliando na adaptação de G. M. R. à vida diária.

**Pesquisadora:** Com relação à utilização do braille, foi difícil para se adaptar?

E: Não, relativamente não.

**P: Foi fácil de aprender?**

E: Foi, até mesmo pelo tempo em que precisei ter domínio do braille, que foram 6 meses apenas. Com 6 meses, eu já estava lendo textos longos. Na verdade, o aprendizado do código braille se deu em 2 ou, no máximo, 3 meses. Teve início aos 25 anos, quando tive contato frequente e permanente para adquirir fluência na leitura; já lia textos e livros normalmente.

**P: Quanto ao Ensino Superior, só o braille já supre suas necessidades? Ou você precisa de outras Tecnologias?**

E: O braille no Ensino Superior não é uma única solução, nem um único recurso ou única ferramenta de natureza eficaz. Faz-se necessário o auxílio da tecnologia. O braille é fundamental nas séries iniciais, em um dado momento já dentro do ensino médio, pois, se for utilizar apenas o braille, as dificuldades se agigantam ainda mais.

**P: Que outras tecnologias poderiam complementar o braille?**

E: Basicamente duas: o gravador e o auxílio do computador, através de

leitores de tela.

**P: Qual ideia você tinha da UFS antes de passar no Vestibular e ao entrar na mesma, em 2012?**

E: Quando é federal, a gente imagina que haja uma estrutura adequada, adaptada para receber as pessoas com deficiência. Na verdade, a pessoa deficiente que chega à Universidade e não tem uma informação prévia da realidade é uma pessoa com grandes chances de se frustrar e abandonar. No meu caso, eu sempre digo que nada que vier a ocorrer em aspecto negativo vai me decepcionar, vai me frustrar ou me desmotivar, porque eu já tinha conhecimento de toda a estrutura da Universidade. Eu passei quase 6 meses dentro da Universidade. Em alguns momentos, ministrando palestra para os próprios professores de todos os *campi*: São Cristóvão, HU (Hospital Universitário), no *campus* de Laranjeiras, Itabaiana e Lagarto, junto com a professora Verônica e com a equipe que ela montou. Fizemos uma série de conversas com os professores de todos os *campi*. Por conta disso, eu já tinha noção, já tinha conhecimento da realidade física e do perfil de alguns professores também. Então, para mim, qualquer reação negativa não irá me desmotivar.

**P: Você acredita que a sua média aritmética corresponde ao que foi aprendido em sala de aula?**

E: Como eu entrei agora na Universidade, posso relatar minha dificuldade sobre as provas que fiz. Eu não percebi um grau de dificuldade acentuado, dada a metodologia utilizada pelo professor para aplicação da prova. Talvez, houve dois fatores que me proporcionaram essa condição meio favorável, digamos. Primeiro, era que eu tinha acesso ao conteúdo. Segundo, um dos professores, que não foi burocrático ou rígido quanto à sua metodologia. Pelo contrário, mostrou-se bem flexível e adotou um critério de avaliação oral. A postura dele no momento da avaliação foi bem sensível, ele me deixou à vontade. Claro que ele foi coerente no sentido de cobrar de mim o mesmo conteúdo que ele havia cobrado na prova escrita para os meus colegas e não facilitou.

**P: Este tipo de avaliação foi somente para você?**

E: Sim, ele não cobrou nem de mais, nem de menos, mas cobrou a mesma coisa para todos. Apenas a metodologia foi diferenciada.

**P: E os conteúdos em sala de aula são ministrados de modo diferenciado?**

E: Não, pois a metodologia dele é mais discursiva, o que corresponde à disciplina de Sociologia Geral e Política. A gente trabalha muito com temas e textos. Ele chama a turma, estimula a turma para participar, não é aquela aula-monólogo, onde só ele expõe a informação. É uma aula participativa. Neste aspecto, eu tenho acesso pleno a todo o conteúdo que está sendo abordado em sala.

**P: Com relação ao Vestibular, houve alguma dificuldade enfrentada no momento de realizá-lo? Houve algum auxílio**

**tecnológico no ato da realização das provas?**

E: A dificuldade maior no vestibular se deu no processo de preparação e aí envolve a questão da própria estrutura do sistema educacional, que não oferece à pessoa com deficiência um acesso pleno, mas, digamos, um acesso satisfatório, pelo fato de o ensino ser ainda deficitário. Já na realização da prova do vestibular, não tive dificuldades pelo fato de ter tido apoio, não de tecnologia, não no sentido restrito do termo, mas de pessoas, de um leitor.

**P: E com relação ao leitor, você acredita que teve dificuldade para entendê-lo?**

E: Não, os leitores atenderam exatamente à minha necessidade e se comportaram de forma isenta, sem interferir no meu resultado ou no meu desempenho em aspecto negativo. Quanto ao aspecto positivo, pelo fato de terem desenvolvido um ótimo trabalho, é claro que isso reflete no resultado final.

**P: Para entrar na Universidade, você enfrentou alguma barreira arquitetônica ou atitudinal? Em caso afirmativo, relate as principais.**

E: As barreiras no aspecto arquitetônico são evidentes, não há como negar, pois isso é fato. A UFS, infelizmente, ainda não oferece o mínimo de estrutura física para uma pessoa com deficiência, seja ela com qualquer tipo de deficiência. Com relação ao acesso dentro do *campus*, eu diria que eu posso estar sendo exagerado, mas, para uma pessoa cega, é quase impossível. Para um cadeirante sozinho, eu arriscaria dizer que é impossível circular dentro da UFS. Já no aspecto atitudinal, ainda não vivi nenhuma situação desagradável.

**P: Estão sendo realizadas algumas obras no *campus* da Universidade Federal de Sergipe, voltadas à questão da acessibilidade. Em alguns pontos próximos à Reitoria, ao departamento de Educação Física e outros onde não há circulação de pessoas, está sendo colocado piso tátil. Você já circulou por essas áreas? O que acha dessas obras?**

E: Eu já estive lá com a professora Verônica. Fizemos um passeio ecológico no final de tarde e falei pra ela que é uma obra que não atende à pessoa com deficiência visual, pelo fato de ser construída em um espaço onde é quase nula a presença de uma pessoa com deficiência visual. Além disso, durante o passeio, eu expus que, tecnicamente, a obra não atende à norma ABNT 9050, pois a sinalização da pista tátil é quase imperceptível para uma pessoa cega que está utilizando uma bengala. Por isso, não atende ao aspecto de locomoção nem ao aspecto técnico. Por mais que se diga que está dentro dos padrões, comparando com outras estruturas de acessibilidade, a que está sendo construída na UFS deixa a desejar.

**P: Assim que você entrou na sala de aula, sofreu algum tipo de discriminação por parte dos seus colegas ou professor? A convivência/interação aconteceu normalmente?**

E: A receptividade por parte de meus colegas se deu de forma natural, não houve um aspecto de rejeição à minha presença. Pelo contrário, desde o início, se dispuseram a me ajudar, tanto a circular dentro da Universidade quanto dentro da própria sala. Em termos de redigir alguns apontamentos que eu venha a precisar, os meus colegas me dão suporte. Na realização de trabalho em grupo, não sou posto à margem. Pelo contrário, antes mesmo de eu pedir para participar dos grupos, eles me colocam. Nessa questão, eu diria que me sinto integrado à turma. No aspecto do professor, eu não fui, nesse primeiro período, ignorado pelos professores. Em que pese os departamentos não terem comunicado aos professores a minha condição, eu procurei um a um para expor minha condição e a receptividade foi bem natural. Não houve apresentação de obstáculos, não foram inacessíveis.

**P: O que você achou de eles não terem comunicado aos professores?**

E: Isso é de praxe. No ensino médio e fundamental, é assim. O aluno se matricula, vai pra turma e a coordenação raramente comunica aos professores que eles terão um aluno em uma determinada condição. O aluno chega em sala e eles têm a surpresa. Isso é uma prática comum e a UFS também decidiu não fugir à regra.

**P: Para a realização de suas atividades, estas são adaptadas à sua deficiência? É utilizado algum recurso de Tecnologia Assistiva que possibilite a realização das mesmas com mais facilidade?**

E: Não, em sala não há auxílio de tecnologia.

**P: Na biblioteca, foi disponibilizado algum recurso?**

E: Na biblioteca, eu desconheço se existe algum recurso.

**P: Você já sentiu a necessidade de utilizar algum recurso?**

E: Não, ainda não.

**P: E em sala de aula?**

E: Em sala de aula, os professores não utilizam recurso tecnológico. O material de trabalho são as apostilas e livros na escrita normal. Nesse período, o professor disponibilizou para a turma a apostila em formato Word, produzida por ele mesmo. Então, eu tive acesso. As demais são xérox e, hoje, tenho uma colega de classe que, quando pega as xérox das apostilas, digitaliza e disponibiliza para toda a turma em formato PDF. Aí a gente imprime. No meu caso, faço a leitura através do computador e, as que são xerocadas, eu providencio todo o processo de escaneamento. Ou seja, a produção ou adaptação de todo o material é responsabilidade minha. Sou eu quem providencia toda a adaptação do conteúdo.

**P: Você acredita que deva haver alguma tecnologia que facilitasse todo esse processo para você? A exemplo da máquina braille, você acredita que a mesma deva estar presente em sala de aula? Alguém fala para você o conteúdo ou o professor simplesmente**

**escreve no quadro?**

E: É claro que, dentro da Universidade, eu tenho à minha disposição o setor da Educação Especial, onde, através da professora Verônica, foi disponibilizado o pessoal que trabalha com ela – os estagiários – para o que eu vier a precisar. No auxílio de leitura e até mesmo a questão de providenciar um texto, eu tenho esse incentivo. Agora, oficialmente, a realidade da própria Universidade, através de seus departamentos, de colocar para mim uma estrutura, isso ainda não ocorreu, e eu imagino que não ocorrerá. Se o meu departamento não comunicou aos meus professores a minha condição, imagine se irão pensar em uma estrutura para atender às minhas necessidades? Por isso não sou otimista nesse sentido. Agora, para não ficar na dependência de departamento A, B ou C, apelando, solicitando, se desgastando para ter uma estrutura que atenda à minha necessidade, eu mesmo busco construir a minha. Tento me poupar de um desgaste tanto emocional quanto pessoal. Infelizmente, tem essa questão: quando se exige demais, finda com poucos ou negativos resultados, construindo uma imagem desagradável perante as pessoas às quais você recorre sempre. O pessoal transfere que é o sistema, a estrutura e você fica recorrente, solicitando. Claro que a Universidade oferece o serviço de monitoria, ao qual já fiz solicitação, mas ainda está em processo.

**P: Poderia existir um professor auxiliar em sala de aula para te acompanhar nas atividades?**

E: Isso pode ser relevado através do serviço de monitoria que a Universidade oferece, mas sei que o processo é lento, já fiz uma solicitação de monitor e, até agora, nada. Quem sabe, quando terminar o período, o monitor chega? Um professor relatou que passou em um concurso há quase dois meses e até agora o contrato não foi assinado. Ele aguardou o contrato e o mesmo não foi assinado, já completou um mês e meio e ele está dando aula voluntariamente, devido à burocracia. Aí eu imagino: se com o professor ocorrem essas situações, imagine com o aluno! Claro que tenho que correr atrás, cobrar, exigir, reformular a solicitação. Só que, nesse meio tempo, se eu ficar dependendo dos serviços da Universidade, vou ficar no prejuízo e perder o período. Você fica se tornando uma pessoa antipática. As próprias pessoas envolvidas no processo findam enxergando o requerente como inconveniente. Infelizmente, existem essas questões.

**P: Em casa, você tem acesso ao DOSVOX e a outros recursos tecnológicos?**

E: Em casa, eu tenho o suporte básico que atende às minhas necessidades. Procurei montar em minha casa para não ficar dependente mesmo.

**P: No caso das avaliações, estas são adaptadas aos deficientes visuais? De que forma?**

E: Nesse período, sim, pelo aspecto de critério avaliativo. Todos os professores com os quais eu discuti essa questão se mostraram

flexíveis em adotar o critério.

**P: Você conta com ledor e áudio descritor tanto na sala de aula quanto em casa? Como você realiza suas atividades? Há um apoio em sala de aula? Existe uma necessidade de se ter um ledor em sala de aula?**

E: Eu penso que, quanto mais houver recursos de apoio, melhor. O excesso de apoio não representaria problemas. No momento, em sala de aula, eu não disponho de um ledor exclusivo, mas conto com o auxílio de colegas que, eventualmente, me dão esse auxílio. Extraoficialmente, eu tenho esse serviço pelo núcleo de educação especial, através da professora Verônica, que colocou à minha disposição o pessoal que trabalha com ela.

**P: Com relação às reformas que estão sendo realizadas na UFS, estas atendem às necessidades de locomoção com independência dos alunos cegos? Especifique com relação aos seguintes itens: pista tátil, piso de alerta, sinalização em braille, sensores de voz, ledores, softwares...**

E: Eu qualifico o sistema de informação da UFS como precário. Quase sempre, ninguém sabe nada. Você busca informação e raramente as pessoas passam essa informação. No caso das pessoas cegas, para se chegar com independência e autonomia às didáticas, o sistema de sinalização não atende, não.

**P: Mas você tem alguma ajuda para chegar até as didáticas?**

E: Tenho auxílio dos próprios universitários, a quem eu solicito apoio para chegar até as didáticas, tanto no momento em que estou chegando quanto no momento que estou saindo. Às vezes, são colegas da própria turma ou não. Eu venho de ônibus. Essa relação de recursos elencados por você, se houvesse a implementação desse conjunto, seria muito bom.

**P: Para tirar xérox e chegar até a copiadora, existe alguma dificuldade?**

E: Eu sempre faço através do apoio de colegas.

**P: Com relação às atividades extraclasse, tais como eventos e seminários, você participa ativamente junto com seus colegas?**

E: Sim, houve recentemente um Congresso Regional de Direito, em que eu participei junto com meus colegas. Nos encontrávamos e eu sempre estava com eles, circulando nos espaços em que estavam sendo realizadas as palestras. Eu participei e tive apoio de todos os colegas. Também faço os trabalhos acadêmicos de forma independente, através do computador.

### **9.3. Entrevista com a coordenadora do DEAPE G. B. V. M. R. em 11/12/2012.**

A coordenadora G. B. V. M. R., do Departamento de Apoio Pedagógico – DEAPE/UFS, assumiu o cargo de gestão no dia 14/11/2012, contemplando mais ou menos um mês, embora já estivesse na Universidade realizando outras funções, tais como coordenação de curso e chefia de Departamento.

Ao ser questionada se já trabalhou antes com aluno deficiente visual, G. B. V. M. R. afirmou que realmente ainda não teve essa experiência.

#### **Pesquisadora: A senhora tem conhecimento das Tecnologias Assistivas utilizadas pelos cegos na UFS?**

Entrevistada: O que eu tenho de conhecimento, até porque é a busca do próprio setor, é a solicitação de bolsista para acompanhamento do aluno deficiente visual, para fazer leitura, explicar aquilo que está sendo feito e para que o cego possa ver através dos olhos do bolsista. Por exemplo, outro dia, eu recebi uma bolsista que está acompanhando um estudante com deficiência visual, da área de engenharia agrônômica, para fazer com que ele perceba as coisas. Este aluno começa a sentir, na percepção do bolsista, os diferentes tipos de textura, fazendo comparações com o real, com um algodão, por exemplo. Então, a inferência que eu tenho é do que eles falam. Com relação às Tecnologias Assistivas, eu já entrei em contato com a V. G. R., que é diretora da BICEN, e ela diz que lá tem a máquina para acessar o braille e tem o DOSVOX. Entretanto, o problema é que houve uma perda e ele precisou ser reinstalado, mas a dificuldade principal é encontrar uma pessoa responsável para a digitação do texto em braille, pois a pessoa que lá estava foi removida para uma outra Universidade.

#### **P: Como está agora?**

E: Como eu assumi este cargo agora, estou querendo montar uma discussão interna, principalmente com a PROEST, o Programa Incluir e a própria Pró Reitoria de Extensão – PROEX, pois parece que o próprio Programa Incluir está alocado lá. Minha pretensão é fazer um levantamento desses alunos, do uso da Tecnologia Assistiva pelo deficiente visual, auditivo ou com deficiência motora, assim como para entender o que compete a cada um, o que tem sido feito e o que precisa ser retomado. Mas eu ainda estou me situando.

#### **P: Com relação ao processo de inserção destes alunos pelo Vestibular, em qual momento foi destinada vaga para pessoas com deficiência? Foi realizado algum levantamento prévio dos alunos com deficiência visual? Como é atestada a deficiência?**

E: Em uma análise mais profunda, sei que, no vestibular de 2010, foram abertas vagas para pessoas com necessidades especiais, mas eu não sei se foi feito um levantamento prévio. Primeiro, quando o aluno

entrava na Universidade, depois que era aprovado é que ele passava pela DIASE, o setor médico responsável para atestar que realmente ele estava apto para aquela vaga. Agora é o inverso. Antes do aluno se inscrever, já que ele se autodeclarou com necessidade especial, ele passa pelo DIASE e este atesta se aquela necessidade está amparada pela lei que garante a vaga. Então, agora recebemos uma listagem de pré-candidatos à vaga, não me lembro quantos. Se forem selecionados, eles já estarão assistidos. Então, a gente pode fazer uma prévia com relação ao percentual de alunos com deficiência visual, cadeirantes, aquele que é apenas limitado quanto à locomoção, mas não usa cadeiras de rodas, somente muleta, se é portador de poliomielite, se é auditivo... No caso do deficiente visual, eu tenho que me questionar se a universidade teria que ter alguém dentro do seu quadro, em cada turno, para operar a máquina de braille, com o intuito de traduzir os textos ou até mesmo fazer uma prova transcrita em braille.

**P: Neste caso, qual o papel do bolsista? Os alunos com deficiência apresentam necessidades simultâneas?**

E: De antemão, o que eu sei é isso: o bolsista faz a leitura das atividades, acompanha o deslocamento dos alunos, ou seja, se torna a visão do aluno. Não me chegou até aqui que ele tivesse duas necessidades simultâneas, ou seja, ser um cadeirante e um deficiente visual, ser um portador de AVC, não ter visão e audição, e muitos têm baixa visão. Eu não tenho esses dados, mas a gente precisa fazer um levantamento sério, porque é como eu entendo. Tem quem concorde e tem quem não concorde de a Universidade ter aberto, mas foi decisão da instituição. Decisão tomada, problema criado, solução a ser dada.

**P: A senhora concorda que foi no momento certo?**

E: Eu não saberia dizer, pois, no momento da decisão, eu trabalhava na CONEP, mas era algo que era um clamor. A gente já tinha pessoas que entraram pelas vias normais e tinham necessidade especial. Agora, é garantido por lei que devem ser dadas “x” vagas para pessoas com necessidades especiais, até em concurso público. Apesar de o vestibular ser um concurso público, este é destinado para a graduação. Então, eu acho que deva ser avaliado, pois a lei diz: nós não pudemos limitar nem definir para onde ele vai. Só que eu questiono: por quê? Vamos supor uma pessoa que, de fato, necessite da visão. Um médico, por exemplo. Dentro do processo de lhe habilitar a ser médico, você tem etapas a cumprir. Alguns diagnósticos em que seja necessária a visão, como analisar um problema de pele, não dá para perceber apenas pelo tato. Pela ausculta, pode até ter instrumentos que transformem os dados em gráfico. Neste caso, se cria o impacto em que ele pode dizer: eu não vou ser um médico clínico, apenas vou trabalhar em projetos. Mas até você ser habilitado, deve ter passado por todas essas etapas. Por exemplo, a minha formação é de odontóloga e meus sentidos são perfeitos. No decorrer da minha profissão, eu tive um problema e perdi a visão. Como eu vou examinar e intervir na boca, que é a ação maior do odontólogo? Bom, eu posso me readequar, pois eu já era habilitada. Eu conheço uma pessoa que teve problemas de mácula e optou por fazer curso de gerenciamento de gestão, sendo uma tecnocrata da saúde, mas ela já era habilitada para tal função.

**P: Com relação à contratação de bolsista, muitos alunos reclamam quanto à demora e os mesmos já ficaram um período sem esse auxílio. Como proceder neste caso?**

E: Veja bem, a integração é intersetorial dentro da instituição e nela como um todo, mas o que a gente vê não é isso. Por exemplo, será que o Programa Incluir deveria estar alocado na Pró-reitoria de Extensão, gerenciado pelo DEAPE? Pois eu sou a fiscal de contrato específico do auditivo e gerencio o bolsista recebido pela PROEST e pelo CODAE. O aluno bolsista requer aqui no DEAPE, a gente encaminha para o CODAE e lá é feita a seleção. Mas o CODAE não está tendo a preocupação de, no momento da seleção, [o bolsista] ser do mesmo centro de conhecimento. Ou seja, existe bolsista que é da área de Humanas acompanhando um aluno da Engenharia. São várias facetas que precisam ser mudadas. Nesse sentido, fica tudo muito solto. Você tem um programa único, onde cada setor está respondendo por uma parte e ninguém está coordenando o todo. Então, para mim, está tudo muito solto e eu estou me situando, mas o trabalho aqui é muito maior do que eu pensava e isso está me tomando um maior tempo. É um intérprete que chega, afirmando que o aluno está com a carga menor do que a carga de trabalho dele. O bolsista está acompanhando o aluno com deficiência e este não aceita o aluno bolsista, pois ele quer que o bolsista dê o assunto de cálculo numérico. Eu cheguei à conclusão de que não tem condição e a maioria que precisa está na área de Humanas, pois o outro é curso integral. A área de Humanas tem horário disponível. Neste caso, eu pedi ao bolsista que direcionasse o aluno ao Centro de Ciências Exatas e Tecnologia – CCET, procurasse saber se tem monitor naquela disciplina e agendasse um horário para que ele possa passar a explicação. Neste caso, é um deficiente auditivo e a intérprete pode interpretar simultaneamente sem interferir. Tem outro aluno que é de baixa visão, e o que ele quer? Que a menina copie, mas ela fica receosa em errar algum sinal e não quer assumir essa responsabilidade. Tem bolsistas que me procuram e dizem: V. G. R., o que eu faço se a carga horária dele é menor que a minha? Eu digo para ele colocar no relatório para que eu possa estar ciente. Tem professor que veio me questionar sobre os alunos que não estão nem vindo. Eu acabo colocando frequência. Então, quem controla isso? É o DEAPE? Não, eu acredito que isso deva ser uma construção coletiva, com o intuito de dar respeito a esses alunos. Enfim, o aluno com necessidade é mandado para o CODAE, localizado na PROEST e retorna com uma CI, informando que o bolsista está acompanhando tal aluno.

**P: Qual o Departamento responsável pelo aluno?**

E: Agora, eu estou fazendo o levantamento do auditivo e estou construindo uma planilha por ano de ingresso, por tipo de deficiência e por curso – em que ano foi o maior fluxo e qual é a deficiência. Daqui para janeiro, eu tenho como responder. Minha preocupação agora é encaminhar para todos os departamentos, de todos os cursos, a realidade desse aluno, dizendo, inclusive, que ele não está acompanhando a evolução curricular e que está havendo muita repetência. Segundo, encaminhar, para o chefe do departamento, em

que período o aluno está matriculado. Por exemplo, o pessoal de Ciências Biológicas tem disciplina de Morfologia e Fisiologia, e o curso é interdepartamental. Só quando chegam na etapa profissionalizante é que ficam fixos no departamento, como Medicina e Odonto.

**P: Com relação à acessibilidade arquitetônica, a senhora acha que a UFS atende às necessidades das pessoas cegas?**

E: Pelo último contato que a gente teve com o fórum de gestores da UFS ambiental, já foram retiradas todas as motos das passarelas e acho que a UFS inteira, hoje, tem piso tátil. Então, acredito que estamos caminhando para um processo de adequação e acho que a gente já atingiu 90%. Para mim, a única dificuldade, não só pro cego, é ter o elevador na didática. Por onde eu ando, o piso tátil já foi instalado ou vai ser instalado. Além disso, os corredores já estão com certa largura, mas eu não fui nas didáticas para ver isso. Acho que 70% com relação ao piso tátil a gente já atingiu. Agora, se tiver algo na legislação que diz o que o deficiente visual precisa ter, eu não sei informar.

**P: Entretanto, foram notadas irregularidades quanto à colocação do piso tátil.**

E: Neste caso, o Departamento de Engenharia da Universidade tem fiscal. Toda obra tem fiscal. Então, cabe à fiscalização e a quem representa esse pessoal estar observando. O Programa Incluir, a Engenharia e o grupo de alunos que abraçaram a causa precisam estar fiscalizando e ir à prefeitura do *campus* mostrar o que foi detectado e mandar verificar. Senão, terá de “arrancar” tudo. Até porque a Universidade cresceu demais e, se nós somos cidadãos responsáveis e se estou vendo que está irregular, a solução é mostrar o problema. Então, acredito que seja uma questão de cultura e de abraçar a causa. A gente é cidadão se pode reclamar na rua; por que não pode reclamar aqui dentro? De antemão, já estou lhe dizendo que pedi à procuradoria geral um levantamento de tudo que rege, assim como a legislação pertinente, e já foi passado para meu e-mail. Preciso ter tempo de ler, para saber o que atendemos, o que estamos fazendo além e, com isso, fazer aquelas coisas que são obrigadas. Eu sei que, nesse sentido, o melhor a procurar é a UFS ambiental. Com relação aos cadeirantes, ela andou junto com eles para identificar. O objetivo dessas políticas públicas é tornar eles [sic] cidadãos normais, mas é preciso que todos abracem a causa ou que realmente se definam competências, sendo preciso que todos saibam o que cada um está fazendo. Na verdade, deve ter uma normativa dizendo de quem é a responsabilidade.

**P: A senhora é a favor da inclusão da pessoa com deficiência no Ensino Superior?**

E: Eu não sou contrária, mas até que ponto, por exemplo, vem uma pessoa com deficiência visual e tem todas as aptidões que poderia em um curso, no qual poderia trabalhar e ter muito mais êxito? Eu não sei se a legislação permite isso, como a gente faz com uma pessoa normal, pois pode gerar uma ideia de discriminação. Às vezes, a pessoa insiste em Medicina, não se adapta ao curso, vai para Direito e é um ótimo

juiz. É preciso esclarecer em qual curso ela teria com mais sucesso.

**P: Com relação à orientação, tanto dos alunos quanto dos professores, voltada à acessibilidade, a senhora acredita que a UFS orienta ou contribui de alguma forma?**

E: Para mim, deveria haver uma maior divulgação. Para isso, eu tenho que ver o numerário, o quanto isso representa em quase 30 mil alunos. Isso, para mim, é uma consciência enquanto cidadão. Não precisa dizer o quanto precisa. Eu acho que você, como cidadão, tem que ter esse respeito ao outro, senão você irá fazer uma imposição.

**P: A senhora acha que deveria haver uma maior divulgação do Programa Incluir?**

E: Então, o que está acontecendo com o Programa Incluir? Ele, na verdade, existe, se iniciou como um projeto de extensão, mas ele não tem uma característica institucional. Todos falam que o Programa Incluir é com a professora Verônica. Se é com ela, então o Incluir está relacionado ao departamento de educação. Se ela pedir algo administrativamente, quem pede? Precisa saber a quem está atrelado. Chegam alunos informando que falta internet, isso é algo administrativo; a quem ele está atrelado? À Pró-Reitoria? Ao departamento? Então, esses papéis têm de ser definidos. Enquanto não se definir papéis, não dá corpo, credibilidade e consistência.

**P: Com relação ao planejamento estrutural da Universidade, a senhora acredita que está de acordo com a realidade das pessoas com deficiência visual?**

E: Em relação à questão de atendimento, eu acredito que eles não estão desassistidos. Agora, dentro da estrutura arquitetônica, está se adequando e, da estrutura administrativa, é aquilo que eu já mencionei, é preciso definir os papéis. O DAA é do aluno e esses alunos são tratados com quem? No momento em que forem definidos papéis, tudo será arrumado quanto à questão de intérprete, por exemplo.

**P: Será que não deveria existir pelo menos um aluno, em cada setor, que esteja estudando sobre o processo inclusivo?**

E: O setor criado faz referência ao Programa Incluir, só que, de fato, ele está atrelado a quem? Nós temos o Núcleo Psicopedagógico; ele está atrelado ao grupo Incluir? Criaram o NEAPE, que está na Pró-Reitoria de assuntos estudantis; qual a função dele mesmo? O que precisa realmente fazer é esse desenho. A lei da inclusão veio quando o Governo Federal decretou que não existiriam mais escolas especiais, que os alunos especiais devem estar em um núcleo comum e a escola que se adequa. Isso acabou sendo transmitido para o nível superior. Vamos organizar, sistematizar, que aí você passa a ter integração. Se não, fica tudo solto.

**P: E quem é responsável por integrar esses setores?**

E: No meu entendimento, todas as partes que hoje têm suas coordenadorias: PROEST; PROGRAD; PROEX; o Departamento de

Educação do qual a professora Verônica faz parte; os departamentos que fazem a formação da própria LIBRAS; a biblioteca como apoio logístico; enfim, a Universidade como um todo. É preciso fazer isso de forma sólida, pois, tem pessoas aqui que não sabem o que é o DEAPE, mas desde a década de 70 que este existe. É Regimento e Estatuto da Universidade.

**P: Quantos docentes conhecem o Regimento Interno da Universidade? E as normas acadêmicas?**

E: Existe um plano para atender esses alunos, pois, se eu disser que não existe um plano, estarei negando as próprias ações. O próprio Programa Incluir foi a semente em que tudo se iniciou e daí foi puxando as responsabilidades, mas isso na minha visão, pois eu só estou aqui há um mês. Por exemplo, eu era coordenadora do curso de Odontologia e, quando recebi a carta do DEAPE, dizendo que eu iria receber uma aluna deficiente auditiva, a primeira coisa que eu fiz foi saber quem era a intérprete dela, saber quem era a aluna e convoquei uma reunião para entender a problemática e as dificuldades. Só que nem todos fazem isso, pois a mesma carta que eu recebi todo mundo recebeu. E outra coisa que todos os outros precisam entender é o que o próprio nome já diz: necessidades especiais. Então, o que a gente está observando? Um índice de reprovação muito grande. Os alunos estão pegando o bojo inteiro quando a legislação diz que eles não têm um tempo máximo para terminar o curso. Então, os mesmos têm que ter consciência que têm de pegar duas, três ou mais disciplinas e fazer com qualidade, com competência, estudando bastante. Estou com o caso da aluna de Odonto, que apenas pegou uma disciplina, mas ela tem acompanhamento? Tem a de LIBRAS e ela já está no segundo semestre, mas tenho que analisar a situação. Posso ter um aluno top, mas isso porque, desde a base, ele foi uma pessoa estimulada e pode desenvolver a habilidade de escrever e falar bem. Eu tenho uma aluna aqui que não sabe escrever, apenas conhece a LIBRAS e não é capaz de fazer a leitura. O problema acaba sendo nosso, pois a Instituição se dispersa nesse momento e acaba se tornando muito mais grave do que o povo está achando.

**P: O que a Universidade, ou mesmo os professores, podem fazer para se capacitar?**

E: Isso deve ser feito no processo de construção de inclusão, como aula de reforço, incluir aluno bolsista, aula de Português e, por fim, oficinas continuadas de LIBRAS, por exemplo.

**P: E o braille, por que também não é incluído?**

E: É preciso saber a porcentagem de cegos na universidade e criar uma política. O que eu posso dizer é que equipamentos nós já temos: lupa, máquina de braille, o DOSVOX. Quem opera? Eu preciso saber se, no próximo contrato deste terceirizado, eu posso colocar ele para operacionalizar a máquina braille na biblioteca, para fazer as traduções de braille.

**P: O que é importante visualizar para se trabalhar com educação inclusiva? Quais devem ser os envolvidos?**

E: Eu vejo que, se estou dentro de uma universidade, é como o próprio nome diz: se é universidade, é universal. Então, todos estariam prontos para este desafio. Agora existem as aptidões. Se uma pessoa é introspectiva e tem dificuldade em se relacionar, não está adequada para trabalhar no projeto, pois devemos ter uma pessoa compromissada e que queira abraçar a causa. Neste caso, vamos supor que sou contra, mas teria que aceitar trabalhar, pois é uma função inerente ao meu cargo e eu não posso me negar a trabalhar com inclusão. Deve haver pessoas compromissadas e com perfis para trabalhar. Agora, se a pessoa está no cargo e isso também faz parte da sua ação, não se pode negar nem dificultar. Se negar, estará negando a própria função. Se eu tenho que escolher o que me compete ou que eu faço, supõe-se que tenho real entendimento da função na qual me dispus a trabalhar.

**P: Com relação à Tecnologia Assistiva, a senhora conhece algum responsável por adaptar esses equipamentos às pessoas com deficiência?**

E: Não. O que eu tive de conhecimento foi através da diretora da biblioteca. Eles tinham um profissional capacitado com domínio total da língua braille, mas, como ele era de outro estado, pediu transferência para outra instituição. Se hoje tem um profissional, eu estou na coleta de dados e informações para construir essa colcha de retalhos.

**P: Quais os serviços disponibilizados na UFS para atendimento aos deficientes visuais?**

E: Eu acho que é o mesmo que existe para qualquer aluno regular, não existe distinção. Por exemplo, se um aluno que precisa de atendimento na DIASE, vai ter; se precisa de atendimento de bolsa, vai ter. Ele tem o mesmo direito no atendimento. O atendimento perfeito seria requisitar um bolsista e um texto traduzido. Então, o ponto de referência que eu tenho hoje é o Programa Incluir. Inclusive, eu não sabia e soube por um intérprete de LIBRAS. Tem dias que são muitos alunos que vão estudar lá. Então, o que eu estou fazendo? Quando um bolsista chega aqui e diz que a carga horária está reduzida, que o aluno pegou menos matéria e ele não completa a carga horária, o Programa Incluir irá dar o apoio traduzindo texto da biblioteca. Estão alocando lá, mas não sei se antes era feito.

**P: Na UFS, que instrumentos de Tecnologia Assistiva podemos utilizar para ajudar os deficientes a terem acesso a outros tipos de tecnologia?**

E: Pelo que eu saiba, o ponto em que elas estão instaladas é a biblioteca, em termos de deficiente visual.

**P: Alguns alunos me relataram que poderia existir um computador e um datashow na própria sala de aula. Como você enxerga essa possibilidade?**

E: O computador com o programa DOSVOX está na biblioteca, que é

de acesso público. Em uma sala de aula, o que teria de fazer? A sala deve ser responsabilidade de alguém, do departamento ou do centro. Então, na hora que se abre, alguém vai ficar responsável. Por exemplo, o deficiente visual não enxerga. Então, para mim, o acesso do aluno seria, talvez, colocar mais computadores com o programa. E por que o próprio DCE não abraça a causa? Não tem um laboratório lá? É preciso saber quantos laboratórios de informática eu tenho para dar suporte ao aluno. Tem vários e, em cada computador desses, poderia ter o programa instalado. Essas coisas eu só posso fazer quando fizer o levantamento do potencial de equipamentos disponibilizados no espaço físico e atrelar os monitores compromissados. Tem uma bolsista que teve o cuidado de ajudar o cego a perceber as coisas através de analogias representativas, tais como o aspecto macio, referente a um algodão; as cores, como o vermelho, em que ela apertava o dedo para indicar sofrimento; o que for áspero, eu peço que ele toque no cimento ou na parede e mostro que isso é áspero. Essa pessoa é bolsista do cego.

#### **9.4. Entrevista com a arquiteta A. O. C. E. em 08/12/2012.**

A arquiteta A. O. C. E. trabalha há 4 anos na Universidade Federal de Sergipe, sendo responsável por fiscalizar as obras na UFS, assim como por um projeto da Universidade. Ao ser questionada a respeito da Política de Ações Inclusivas da UFS e do principal objetivo desta Política, a arquiteta afirmou:

Entrevistada: Eu sei muito por alto das coisas que são feitas pela administração. Como faço parte da engenharia, cuido mais da parte de infraestrutura, mas, dos programas que a UFS está fazendo para os alunos com deficiência, eu não tenho muita ciência. Através do último contato que eu tive com o pessoal que organiza, percebi que já tem alguns programas internos para receber estes alunos, inclusive nas didáticas.

**Pesquisadora: Eles não entregaram nenhum formulário para que pelo menos você tivesse uma noção do que é inclusão?**

E: Eu recebi, na semana passada, um informativo dizendo que haveria umas discussões sobre essa temática em uma palestra lá no auditório. Devido à quantidade de coisas que tenho para fazer, eu acabo saindo daqui para resolver essas questões e acabo me dividindo com o que tem. Sobre a política mesmo e do que está sendo implantado, eu sei que a UFS foi uma das universidades que realmente abriu para a chegada do aluno com deficiência, mas não sei de mais detalhes.

**P: Não seria interessante o contato de vocês com materiais relacionados ao assunto em questão?**

E: Eu sei, e pesa um pouco, pois compreendo que é importante participar dessas coisas para entender também como deve ser de fato. Até porque ajuda a gente na parte de infraestrutura, mas, como todo dia aparece um problema diferente, eu acabo não conseguindo participar das coisas. Até me programo, mas não consigo sair daqui.

**P: Antes de vir trabalhar na UFS, você já tinha noção do que se tratava a inclusão e a acessibilidade de pessoas com deficiência?**

E: De acessibilidade, eu vi pouca coisa na universidade. Eu vi mais na parte referente à infraestrutura. Por exemplo, como deve ser a construção do banheiro, mas não detalhadamente no intuito de saber como é que eles devem ser recebidos, como é o ensino para as pessoas com deficiência. Isso realmente eu não sei, mas vi também pouca coisa de acessibilidade na faculdade de arquitetura.

**P: Com relação à acessibilidade arquitetônica, você acredita que a UFS atende às necessidades das pessoas com deficiência?**

E: A gente está na fase da transição. Ainda não foi finalizada a obra de adequação à acessibilidade. Claro que uma coisa é planejar, executar e saber como vai ser o uso. Mas eu tenho uma visão positiva pelo que

está sendo feito. Realmente, a gente já atingiu a maioria das calçadas, pois muitas delas estavam quebradas e isso inviabilizava a passagem da cadeira de rodas, por exemplo. Alguns lugares não tinham rampa. Então, eu acho que vai melhorar, mas é claro que a gente tem que ver com o uso.

**P: Você é a favor da inclusão da pessoa com deficiência no Ensino Superior? Justifique sua resposta.**

E: Sim. Eu acho que todo mundo deve ter acesso ao conhecimento, independente [sic] de sua condição ou limitação. Eu acho que todo mundo tem direito ao conhecimento.

**P: Você tem conhecimento das Tecnologias Assistivas utilizadas pelos cegos na UFS?**

E: Eu apenas escuto falar, mas sei que na biblioteca tem uns equipamentos adaptados, que eu vi a diretora falando. Eu apenas sei de conversas, pois não há aquela divulgação. Além disso, eu também não participo tanto das discussões e nunca aconteceu uma reunião para debater sobre a situação do *campus*. Tem palestras para discutir como vai implantar. Neste caso, a gente é chamado para participar.

**P: Com relação ao planejamento estrutural da Universidade, você acredita que está de acordo com a realidade das pessoas com deficiência visual?**

E: Com relação à infraestrutura, estamos prevendo o mapa tátil e as placas com os nomes da sala em braille, também com o mapa tátil.

**P: Na entrada, também haverá?**

E: Sim, na guarita principal será colocado um mapa tátil para identificar onde está cada prédio, e nestes prédios também haverá mapa tátil, com intuito de direcionar o aluno às salas e aos banheiros. Na entrada, seria apenas para indicar a posição dos prédios, como biblioteca e reitoria.

**P: Tem previsão para término da obra?**

E: A gente ainda está realizando a obra e com previsão para acabar em fevereiro de 2013, mas a obra é uma reforma e durante a mesma aconteceram alguns problemas para fazer a adaptação, tais como uma tubulação que não estava prevista. Muita coisa não foi prevista no projeto e acredito que vai demorar um pouco mais, por volta de uns 4 meses. A preocupação recai na localização dos prédios e acredito que, mesmo tendo o mapa tátil, algumas vezes alguém terá de falar “é por ali, por aqui”, indicando a posição do prédio, como ocorre com a gente normalmente.

**P: Qual avaliação você faz em relação à infraestrutura geral, referente às adaptações para as pessoas com deficiência visual?**

E: Eu acho que vai melhorar muito, pois antes não tinha praticamente nada, mas hoje já tem rampa, plataforma, terá mapa tátil. A gente só

não fez a parte de sonorização porque não há tanto trânsito e a gente não fez essa previsão.

**P: E com relação ao elevador, haverá alguém responsável por fiscalizar?**

E: A gente estava discutindo com o prefeito para colocar pessoas orientadas para explicar o uso e barrar também os próprios alunos, como ocorreu em uma didática.

**P: Tem alguma previsão para começarem a funcionar?**

E: A gente até colocou eles para funcionar, mas o que aconteceu? A gente não definiu a pessoa para calibrar aquilo ali para o uso dele. Então, a gente liberou em uma didática, mas subiam 4 alunos de vez, o que não é permitido, pois a capacidade é de apenas 1 cadeirante e uma pessoa para acompanhar. Nisso, deu problema no elevador e este precisou passar por manutenção novamente. Na reitoria, também tem plataforma. Enfim, todos os prédios que têm dois pavimentos terão o elevador.

**P: Com relação às reformas que estão ocorrendo na UFS, estas atendem às necessidades de locomoção com independência dos alunos cegos?**

E: Eu acho que, mesmo com o piso, deve ter alguém com treinamento, com o intuito de orientar esses alunos, pois, pelo que percebo, nem eles mesmos têm esse treinamento para utilizá-lo. Então vai ser uma coisa construída e até a norma está sendo revista. Por exemplo, estão colocando piso em todos os corredores levando até as salas. Mas eu já ouvi em discussões que era bom retirar e deixar apenas uma passagem direcionando no corredor. A norma está sendo discutida, tanto na condição de saber como é o uso, e também para a gente aprender como chegar ao denominador comum.

**P: Como toda reforma, também existem pontos negativos, como, por exemplo, o piso tátil colocado na entrada principal da UFS, posicionado erroneamente onde, no meio do caminho, existe uma árvore bloqueando a passagem do deficiente visual e sem outro piso desviando do obstáculo. Além disso, o piso foi colocado em um local onde não há passagem de alunos, mas apenas de carros. O que você pode dizer a respeito desta situação?**

E: Eu acredito que é muito do entendimento da norma e, para esta obra, foi contratada uma empresa para fazer o projeto. A gente apenas fez a fiscalização do contrato. A empresa tinha uma pessoa em contato com a associação dos deficientes e, primeiramente, ela fez um projeto considerando uma calçada de 6 metros. Só que ela não percebeu que havia muito poste e caixa de esgoto. Então, não dava para realocar tudo isso e ia ser muito caro aumentar a altura da calçada para o ideal e tirar tudo que estava previsto no orçamento.

**P: Na verdade, não seria nem retirar as árvores. Estas podem continuar no lugar em que estão. A questão pertinente seria somente referente ao desvio.**

E: Mas há alguns trechos, próximos ao Centro de Ciências Exatas e Tecnologia – CCET e ao Núcleo de Matemática, que estão fazendo o desvio. Como a obra é muito grande e abrange o *campus* inteiro, a empresa me parece ser autônoma e faz tudo que acham que é correto. A gente discutiu em reunião com a empresa e combinou a mudança de 2 para 3 metros da colocação do piso. Entretanto, nunca é feito a partir daquilo que foi combinado e, quando a gente vai ver, já está feito. Eles entram apenas para faturar e executar. Na obra, nós temos uma engenheira e um fiscal, e eu não tenho como ir à obra toda hora, pois estou responsável pela parte de chefia e projetos daqui. Eu não sou de obras. Devido à quantidade de trabalhos, é preciso distribuir as atividades. Essa menina que é engenheira não faz apenas a parte da análise de obras, mas também a análise de edificação. A gente conseguiu, recentemente, um arquiteto apenas para averiguar a obra, antes que ela ocorra em um determinado local, para ver como está sendo feita e já fazer imediatamente as modificações.

**P: Com isso, alguns trechos já têm desvio. Como ficarão os locais que não têm?**

E: A gente vai refazer.

**P: Além disso, tem uns trechos onde não há circulação de pessoas, apenas de carros. Então, acredito que, neste momento, não seria necessária a colocação do piso tátil neste local, como o departamento de educação física, que são vários blocos, mas por onde não há tanta circulação de pessoas. O que você tem a dizer sobre isso?**

E: Neste caso, haverá a construção de dois prédios. É por isso que o piso tátil segue até lá. Na verdade, tinha duas quadras e, em uma delas, que está em desuso há um tempo, está sendo construído o prédio da didática 7. O pessoal do *campus* afirmou que queria abrir algo novo e, nesse momento, atendemos à demanda. Pretendemos, por exemplo, transformar os espaços que não estão ocupados em uma sala de squash.

**P: Você já trabalhou ou teve algum contato com deficiente visual antes?**

E: Eu não trabalhei, mas estou tendo contato agora, em que fomos com um cadeirante e um deficiente visual visitar as obras da UFS.

**P: E com alunos daqui, você teve algum contato?**

E: Não.

**P: Nesse contato que você teve com o deficiente visual, como foi sua relação com ele?**

E: Foi bem tranquila. Na verdade, a gente foi fazer uma visita para mostrar as instalações, tal como o piso tátil. Até mesmo a aluna não tem tanto treinamento para utilizar o piso, pois ela é muito nova e não tem tanta percepção. O rapaz tinha uma maior locomoção. Mas foi

ótimo. A gente ajudou e eles deram sugestões do que poderia mudar.

**P: Que tipo de sugestões eles deram?**

E: No caso da cadeirante, ela pediu que houvesse um lugar para guardar a cadeira de rodas, pois ela não utiliza o tempo todo. E o deficiente visual relatou sobre a altura ideal do texto em braille.

**P: Ele comentou algo sobre o piso tátil?**

E: Ele comentou que está bem colocado e bem lisinho. Além desse, teve outro [aluno] que era de baixa visão e afirmou que a cor do piso está ótima e que dava para enxergar, mas depende do local onde ele passou, pois há uns locais, como na entrada da UFS, em que realmente não há contraste.

**P: O que você pode dizer sobre isso?**

E: Essas partes ainda serão pintadas. Aos poucos, a gente está resolvendo.

**P: Futuramente, você pretende trabalhar com essa área? Ou apenas trabalhar nesse momento?**

E: Na verdade, estou fazendo Mestrado e terminando esta obra referente à acessibilidade, mas não sei se irei continuar por esse caminho.

**P: Que adaptações devem ser feitas com o intuito de favorecer a mobilidade do deficiente visual na UFS?**

E: Eu acredito que deve haver um acompanhamento, com intuito de receber e explicar o funcionamento do *campus*, como se chega à sala de aula etc. Enfim, realmente ter um atendimento para explicar o que tem na Universidade para dar apoio àqueles que estudam, sendo necessária uma comunicação efetiva.

**P: Você tem conhecimento do Programa de Ações Inclusivas?**

E: A gente participou de algumas reuniões, tinha um aluno que trabalhava com a professora Verônica, e ela também afirmou que tem que ter integração. O problema é que todos dizem que deve haver integração, mas ninguém faz por onde. A gente é sobrecarregado aqui e, se não houver uma pessoa para informar o dia da reunião, nós não temos como sair daqui e não vai acontecer.

**P: Sobre a questão das obras, já não se poderia ter entrado em contato com a Verônica antes?**

E: Quando estava fazendo o projeto, eu acho que eu o mandei e liguei para lá, mas acredito que, por questão de tempo, acabou que não houve a reunião.

**P: Você acredita que deve haver, em cada setor, uma pessoa que tenha noção mais apurada da área de inclusão? Poderia ser,**

**inclusive, um aluno bolsista, que participasse de projetos nessa área e que poderia auxiliar até mesmo voluntariamente. O que você acha disso?**

E: Seria ótimo, para aqueles que estão realizando a obra, que este aluno viesse e desse sua sugestão de como pode ser realmente feito ou até mesmo para tirar dúvidas.

**P: Para a realização das reformas no campus, foi feito algum estudo baseado na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT 9050)? Como foi feito o planejamento?**

E: No contrato, é pedido que toda a obra siga a norma, mas, como falei, cada um tem um entendimento. Cada um entende de um jeito e, quando vai ser executada a obra, sempre há discordância. A norma foi passada por uma revisão e deve sair ainda neste ano de 2012. A partir disso, eles devem dar mais aceleração, mas, infelizmente, cada um entende de uma forma e fica complicado, porque uma parte está de um jeito a outra está de outro jeito. Tanto que gerou essa revisão na norma, para entrar em consenso. Tínhamos um contrato a fazer, a gente se reuniu com a empresa e a mesma mostrava o que deveria fazer, como estava o desempenho. Havia também uma pessoa que trabalhava na associação de deficientes dentro dessa empresa e que elaborou um projeto. Como havia muita adequação nos banheiros, foram percebidas muitas falhas de levantamentos e isso gerou muitos problemas na obra. Por isso, eu acho que vai durar mais do que o tempo que a gente previu.

**P: Como foram planejadas as obras que estão sendo realizadas na UFS? Foi feita uma pesquisa anteriormente?**

E: Nós pedimos que todos que estavam envolvidos com o projeto fizessem a leitura e entendessem o que está escrito, até mesmo aqueles que estão fiscalizando a obra. A gente contratou a empresa, deu uma lida na norma tendo como referências o escopo do serviço da obra – baseada na norma –, foi mostrando o que a gente queria que tivesse em termos de infraestrutura para dar acessibilidade e pediu para que se fizesse um planejamento disso.

**P: Então, o estudo foi simplesmente voltado para a norma? Vocês não tiveram a amplitude a mais para procurar sobre a inclusão?**

E: Coisas além disso, não.

**P: Neste caso, eu acredito que ter certo conhecimento do que é a deficiência, partindo do específico para o mais geral, ajudaria muito vocês no entendimento real do processo de inclusão.**

E: Durante o passeio com o cadeirante e o deficiente visual, foi percebido que cada deficiente lida com a situação de diferentes formas. Por exemplo, cada deficiente tem um problema bem específico, e o piso pode ajudar um e não contribuir para o outro. Às vezes, você pensa em algum tipo de deficiência, mas, para aquele outro, deveria ser de outra forma. Eu também senti muita dificuldade, pois a gente quer seguir certo padrão, o que seria útil, mas vi que não é

tão possível.

**P: Então, talvez por não terem tido esse contato antes, vocês agora estão sentindo dificuldade para enxergar como deveria ser. Poderia até mesmo ocorrer de outra forma e de modo mais fácil, tanto na forma de pensar quanto de agir. O interessante era ter alguém que realmente tivesse trabalhando no setor e soubesse algo mais sobre inclusão, para que vocês pudessem consultar semanalmente ou mensalmente, não apenas nesta única visita momentânea. O que acha disso?**

E: A gente até conversou aqui para chamar alunos bolsistas, para vir ajudar a gente na parte da obra e da adaptação. Mas quem estava responsável por fazer isso era uma pessoa daqui, que acredito que não conseguiu devido à quantidade de coisas que se tem para fazer.

**P: Esse projeto já não deveria ter acontecido antes? Por que somente agora?**

E: É como eu falei: nós não tínhamos infraestrutura de pessoal aqui da parte da prefeitura, que começou de 2009 para cá. Além disso, quando eu cheguei aqui, mal tinha impressora. Depois de muito trabalho, as mudanças foram ocorrendo aos poucos. Em 2009, não tinha nada e, hoje, quase triplicou a quantidade de funcionários. Teve também um tempo em que o Ministério Público estava exigindo que a gente colocasse a acessibilidade em questão, mas acredito que não pôde ser realmente feito por conta da estrutura de pessoal daquele tempo. A UFBA foi quem iniciou com essa ideia. Quando eu cheguei aqui, já havia esse problema e tinha apenas um engenheiro, mas hoje tem uns seis e mais uns cinco contratados, e agora tem um projeto. A gente consertou muitas adaptações erradas e ainda existe uma pressão por parte do Ministério Público. Assim que a gente conseguiu uma infraestrutura adequada, a universidade assinou o termo de conduta, pois o pessoal que estava aqui até o momento que eu cheguei não sabia nada relacionado à adaptação. A gente corrigiu muitas questões que estavam erradas. Será preciso ter o apoio mais apurado e integrado da área de recursos humanos. O problema, desde quando eu entrei aqui, é a comunicação, que não há, pois esta seria importante para saber como funcionam todos os setores. Mas não tem integração. A gente tem interação apenas com as pessoas da reitoria, com as quais a gente trabalha diretamente. Os demais setores, a gente não sabe nem como funciona.

**P: Pesquisas ou reuniões foram realizadas antes do início da obra?**

E: Não. Até mesmo os professores não têm essa noção, mas a gente está preparando um jornal informativo e uma reunião. O que falta realmente é a comunicação. Acredito que reuniões são sempre bem-vindas, pois, aos olhos das pessoas que não têm esse estudo mais a fundo, parece que está tudo correto, mas na verdade não está 100 %.

### **9.5. Entrevista com a diretora da BICEN, V. G. R. em 26/12/2012.**

A diretora da Biblioteca Central – BICEN/UFS, V. G. R., assumiu o cargo de gestão em 2002. Ao ser questionada se já trabalhou antes com aluno deficiente visual, V. G. R. afirmou que não trabalhou, mas já teve contato.

Entrevistada: Tive contato com deficientes visuais durante meu trabalho. Aqui na Universidade foi que tive a oportunidade de verificar a importância e o apoio que deve ser dado a um aluno com deficiência visual. Isso a partir do primeiro aluno que deu entrada na Universidade, porque até então a gente não tinha essa convivência com aluno deficiente.

#### **Pesquisadora: A senhora tem conhecimento das Tecnologias Assistivas utilizadas pelos cegos na UFS?**

E: Sim, temos alguns programas de acesso livre como o DOSVOX; lupas para quem tem baixa visão; impressora Braille e alguns livros que a gente recebe pelo projeto da Dorina, mas são livros que apenas contemplam a parte de romance, não se estendem à bibliografia do curso. Pelo que eu já li, eles não trabalham com outros livros, pois cada Universidade tem seu currículo e, neste caso, a própria Universidade deve ser a responsável pela produção. Por exemplo, um aluno de Letras tem a bibliografia básica do curso e a própria Universidade deve ir contemplando os textos em braille ou falado, e aí seria direcionado para cada curso. O problema é esse, mas, se for procurar um caminho ou solução, isso a gente acha.

#### **P: Você acredita que a acessibilidade arquitetônica da UFS atende às necessidades do aluno cego?**

E: Não atende. Embora esteja com um projeto de sinalização novo e que ainda está sendo implantado pelo *campus*, não chegou ainda na biblioteca e não sei se contempla mesmo os cegos, pois é tanta placa espalhada que acho que até atrapalha o cego em sua locomoção. Tem uma empresa responsável, mas eu não sei quais critérios foram abordados. Normalmente, é feita uma licitação, a pessoa faz um projeto e ganha, mas isso não quer dizer que ele não já tenha aplicado em outro lugar. É mais pela visão do arquiteto.

#### **P: Neste caso, a empresa seria autônoma?**

E: É, porque eles utilizam o site do governo e a gente vê a licitação. Para dinamização da licitação, tanto para colocar os nomes das didáticas como a sinalização para os deficientes, se contempla a mesma empresa e ela ganha o pacote. Se ela sabe realmente fazer a sinalização, essa é a questão, pois a sinalização só de piso não adianta. Deveria ter sinalização sonora nas portas, nos elevadores, nas escadas e nos prédios. O projeto é contemplar em cada prédio um elevador, mas isso já vem há anos e ainda não foi inaugurado. Aqui na biblioteca também tem a previsão de um elevador, mas até agora não vi nada a respeito.

**P: Fiquei sabendo que atrás da biblioteca será construído um espaço somente para os deficientes. A senhora confirma isso?**

E: Segundo a diretora, já se tem o espaço e os materiais, tais como a impressora, o computador, o DOSVOX, as lupas, monitor para baixa visão, leitura e ampliação de tela. Então, nós dependemos somente desse espaço.

**P: A senhora está ciente do atendimento aos deficientes realizado pelo Programa de Ações Inclusivas – Incluir/UFS?**

E: Vocês já têm o atendimento, mas, na verdade, deveria ser um laboratório que contemplasse todo mundo e não fosse esfacelado. Na biblioteca, a gente tinha que ter mesmo, pois o aluno, às vezes, vem para cá e não quer ficar, devido ao espaço ser muito pequeno. Sendo o Incluir mais para apoio e não para estudo, eu vejo ali um espaço voltado para uma visão do aluno ou de treinar o aluno em Pedagogia, através da professora Verônica. Sei que ela batalha muito, mas as ações são devagar, apesar do trabalho e empenho dela. Sei que, nessa área, o poder público faz um monte de lei, pois quando um aluno daqui da UFS foi ao Ministério Público e denunciou a Universidade, eles exigiram uma série de coisas, como ter um bolsista acompanhando e ter texto em braille. Isso foi um acordo que tem de ser cumprido, mas, fora isso, não tem obrigação de o professor dar uma aula em um CD para o cego e mandar alguma coisa para o e-mail dele, por exemplo.

**P: A senhora tem conhecimento das políticas de ações inclusivas da UFS?**

E: Tenho e isso já se vem fazendo há muito tempo com o Programa Incluir, junto aos alunos de Pedagogia e de Serviço Social, a partir de suas monografias. Só que isso tudo fica muito isolado, pois, quando o aluno faz a monografia, tira um diagnóstico do que é, mas é apenas uma nota que ele tira e morre ali com o estudo. A Universidade não aproveita esse estudo, que fica somente para um outro aluno que vá dar continuidade ao mesmo assunto, com intuito de ler e saber de onde partiu. Fica apenas como um conteúdo pedagógico para avaliação do aluno, como algo interno do Departamento, e este, por vezes, não acolhe o diagnóstico que o aluno já trabalhou com o objetivo de fazer um documento que seja entregue aos diversos setores que compõem a Universidade, uma Pró-Reitoria, por exemplo. Quer dizer, é um trabalho importante, mas como um estudo que foi feito e que depois pode seguir para um Mestrado para aqueles que têm vontade de trabalhar com essa área.

**P: Há uma política de ações inclusivas específica para as pessoas com deficiência na UFS?**

E: Tem uma política que segue a determinação do MEC e as exigências que este faz dentro da Pró-Reitoria de graduação, relativas às cotas. E deve ter bolsista para acompanhar o aluno dentro da sala de aula, sendo esta uma política implantada a partir daquilo que o MEC está exigindo.

**P: A senhora é a favor da inclusão das pessoas com deficiência no Ensino Superior?**

E: Sim. As oportunidades são para todos, todos têm o direito de chegar ao Ensino Superior e avançar muito mais, mas isso depende muito do aluno, pois, para eles, depende muito mais das circunstâncias de como estão vindo do Ensino Médio. Já para outros que têm condições, torna-se mais fácil, pois podem obter a tecnologia necessária em casa e facilitar o domínio da mesma. Para os que não têm recursos financeiros, é bastante complicado chegar ao Ensino Superior, sendo preciso que eles tenham toda a garra de vencer, pois as barreiras são imensas.

**P: A Universidade orienta os alunos e os professores nas questões relacionadas à acessibilidade?**

E: Eu acho que não. Tem épocas em que grupos avançam, mas, ultimamente, está tudo muito quieto e eu não tenho visto nenhuma ação que leve a Universidade a fazer atividades como fóruns e seminários. Isso está meio parado. Na área de inclusão, pelo que percebo, quem está à frente é a professora Verônica e praticamente é só ela, pois o grupo ficou com ela. Só que ela não está atrelada a um grande projeto, apenas ao Projeto Pedagógico do Departamento de Pedagogia. Eu não vejo que seja um projeto da Universidade como um todo, que ela tenha recursos. Ela tem os bolsistas, mas não tem dinheiro para bancar uma outra atividade de deslocamento, outras ações. Eu acho que não tem. O Programa Incluir normalmente tem épocas em que é aprovado e outras em que não é, pois exige muito da Universidade, para que a mesma receba o dinheiro relativo aos gastos necessários. Às vezes, o projeto é aceito, mas o dinheiro não é liberado. Além do problema de compras de equipamentos, o sistema é muito precário e, quando se pede para comprar, é muito difícil, pois não pode efetuar a compra sem licitação, a demora é imensa e não tem agilidade.

**P: Quais os materiais de Tecnologia Assistiva que a Universidade disponibiliza?**

E: São disponibilizados o notebook, a impressora braille e a lupa digital.

**P: Durante minhas entrevistas com os alunos daqui da Universidade, alguns me propuseram a utilização do computador em sala de aula. Como a senhora enxerga essa possibilidade?**

E: Tinha uma aluna, que já é formada, que levava o notebook para a sala de aula, mas ela preferia mais [sic] o gravador, pois, para ela digitar, tem que ser muito rápido. O professor não dá aula direcionada ao cego, mas a uma turma de 50 alunos. No caso dessa aluna, ela gravava e passava para o computador, ouvia pelo áudio e ia pegando o conteúdo da aula. Ela passou a maior parte do tempo gravando; mais do que trabalhando com texto em braille.

**P: Não havia uma metodologia diferente?**

E: Não. Tinha uns textos que a bolsista digitava e imprimia em braille,

e alguns eram dados em aula, mas fica difícil digitar todos, pois, às vezes, era um livro inteiro. Ela também utilizava o escâner, depois ajustava e o DOSVOX fazia a leitura.

**P: Aqui tem áudio-book?**

E: Tem, mas é romance e não tem livro científico.

**P: A própria Universidade não poderia investir em livros científicos?**

E: Sim, tem muitos livros digitais, mas estes nunca correspondem ao livro-texto. Até tem o site domínio público, que é tudo gratuito, mas é muito mais romance. Na parte da UFS, tem até muito livro digitalizado, mas não correspondem ao livro-texto ou não estão dentro da bibliografia básica do aluno. Os textos que ele geralmente precisa não tem. Aí é papel do bolsista escanear e fazer com que o aluno leia no computador; ou o professor pode mandar por e-mail. Não sei se essa aluna recebeu muito conteúdo por e-mail e ela pode ter tido muita dificuldade.

**P: Que tipo de dificuldade?**

E: Primeiramente, o conteúdo de Ensino Médio é bem diferente do Ensino Superior e este é bem mais pesado. A aluna teve que ver com a bolsista para que ela pudesse ler os textos e, em trabalho em grupo, os colegas liam e a ajudavam.

**P: Com relação às reformas que estão sendo realizadas na UFS, estas atendem às necessidades de locomoção com independência dos alunos cegos? Especifique com relação aos itens pista tátil, piso de alerta, sinalização em braille, sensores de voz, leitores e softwares.**

E: Eu acho que é um passo, mas acredito que muita coisa ainda precisa avançar para que os alunos tenham independência aqui na Universidade. Porque tem muito prédios, e mesmo com essas pistas táteis, o percurso é complicado. Se depender somente delas, a pessoa com deficiência, ao pegar esse anel viário, vai ficar apenas circulando e retornará para o lugar de onde partiu. Poderia haver um sensor que avisasse onde realmente estão os prédios e indicasse a direção dos mesmos. Dessa forma, o aluno teria autonomia para circular no *campus*. Essa tecnologia referente ao sinal sonoro já existe. Apesar de ser caro, não é impossível de ter. Tem um professor aqui que é de Engenharia Mecânica, acompanhava uma aluna que estava desenvolvendo sua monografia, e esse professor estava criando algum objeto sonoro. Não sei se era para porta ou se era algum painel, mas já tem até muito tempo. Neste caso, um projeto, para ser colocado em prática, é preciso [sic] vários testes e investimento. Às vezes, é feito um protótipo, mas, como não há engenheiro para expandir, fica apenas ali no laboratório, o aluno tira a nota e acabou. Eu acredito que deveria haver um banco de ideias e que pudesse ser posto em prática. Pode até já existir esse banco de ideias na iniciação científica, mas o aluno apenas faz, mostra e não expande a ideia, não avança para uma empresa ou na própria Universidade, com intuito de implantar sua

ideia. E sei que deve haver muitas pessoas com diversas ideias.

**P: O cão-guia seria viável para o aluno circular aqui no *campus*?**

E: No caso do cão-guia, a Universidade vai ter agora o pessoal de veterinária. Mas, para um cego ter um cão-guia em casa, é preciso ter uma boa estrutura, pois o animal merece todo cuidado e o investimento é alto. Se a universidade permitisse ao aluno andar com o cão pelo *campus*, também não seria viável, pois é necessário ter afinidade com o animal; caso contrário, ele não fará qualquer coisa. Deve haver um treinamento e uma relação entre o animal e a pessoa.

**P: Com relação ao planejamento estrutural da Universidade, a senhora acredita que está de acordo com a realidade das pessoas com deficiência visual? Por quê?**

E: Estão tentando, com estes novos prédios, que estão contemplando as rampas e os elevadores que antes não havia. Está tendo mais um cuidado de adaptação desses prédios. Os banheiros também estão sendo adaptados. E a gente vai aos poucos, pois não se tinha preocupação com esse tipo de questão anteriormente.

**P: Em sua visão, falta muita coisa a se fazer?**

E: Em minha visão, sim. Falta muita coisa para os deficientes como um todo. Falta ter mais pistas, há calçamentos em que a cadeira pode emperrar. [Falta] principalmente treinamento dos vigilantes e dos funcionários para receber esse pessoal. No caso da aluna que mencionei anteriormente, eu nunca deixei que ela andasse sozinha pelo *campus*. Sempre pedi a alguém que ficava no Restaurante, por exemplo, para acompanhá-la. Se eu não estivesse muito ocupada, eu mesma levava, mas, geralmente, eu pedia às meninas para acompanhá-la. Às vezes, ela descia no terminal e vinha sozinha até a biblioteca. Neste caso, os vigilantes poderiam estar treinados para ir acompanhando.

**P: Então, não deveria já ter uma pessoa na entrada para fazer isso?**

E: Sim, pelo menos nos horários em que ela estivesse pelo *campus*. É porque ainda precisa de muita informação ou de um local que as pessoas tivessem mais acesso e alguém que já direcionasse o aluno para o local onde se quer ir, assim que o mesmo chegasse à Universidade. Normalmente, não tem essa assistência e, geralmente, é você que pergunta a um funcionário. Além disso, poderia haver um carrinho que ficasse na entrada e levasse esses alunos até os locais.

**P: Você acredita que deva existir um plano de ação específico às pessoas com deficiência? Por quê?**

E: Sim, deve existir. Nós estamos partindo para um mundo em que todas as pessoas devem ser assistidas em todos os ambientes em que cheguem, principalmente na Universidade. Acho que é uma batalha em conjunto com as Pró-Reitorias determinar recursos para que os projetos nessa área sejam desenvolvidos e isso envolve todos os

setores da Universidade.

**P: Neste ponto, percebo que não há integração com os setores e, neste caso, não seria interessante a alocação de aluno bolsista ou voluntário que ficasse em cada setor da Universidade, com intuito de auxiliar e prestar apoio às pessoas que ali trabalham?**

E: A professora do DEAPE está montando a assistência para o pessoal de LIBRAS, pois tem mais alunos surdos do que deficientes visuais, e estão sendo contratados intérpretes de LIBRAS. Destes, um, segundo ela, ficaria aqui na biblioteca. Esses bolsistas têm um contrato de 20 horas. Eles não acompanham os alunos 20 horas completas em sala de aula, mas estas têm de ser prestadas. Ela ia determinar um plano em que, no horário em que não estivesse em sala, o aluno viria para a biblioteca e o bolsista o acompanharia. A gente mostra as estantes, os livros, mas, tendo acompanhamento, o desenvolvimento dos estudos é bem maior. Entretanto, estes alunos não se identificam como surdos e eles mesmos pegam o livro e fazem a leitura.

**P: Na Universidade, tem um plano que é geral, como, por exemplo, o sistema de cotas. Mas não vejo a existência de um plano focado na área de inclusão. O de cotas está voltado apenas para a questão do acesso. E a parte interna, como fica?**

E: A parte interna é essa a que se estão adaptando os cursos e se verificando quantos alunos deficientes estão matriculados no *campus*. Antigamente, a Universidade nem se preocupava em saber quais eram os deficientes físicos, auditivos e visuais, mas, hoje, eles já são colocados. Na ficha do Vestibular, já diz que tipo de deficiência aquele aluno tem, devido à exigência do MEC, e ele [o candidato] declara se é deficiente visual.

**P: Em 2009, quando eu fiz vestibular, preenchi um questionário e neste havia a opção para informar se era deficiente ou não e qual tipo de deficiência. O que a senhora tem a dizer sobre isso?**

E: Isso foi devido aos projetos que ministrei em 2007. A maior dificuldade era saber quantos alunos deficientes havia na Universidade, porque o DAA não cadastrava. Foi de uns anos para cá que o DAA passou a cadastrar o aluno, com intuito de identificar quem era deficiente, pois, pelo que sei, só havia um aluno que se considerava deficiente visual, apesar de haver outros que eram cadeirantes, surdos... Tinha um que tinha doença neurológica e não tinha os movimentos das pernas. Agora, pelas cotas, torna-se obrigatória a identificação, mas antes o aluno não era identificado pelo vestibular e a universidade não sabia na sala de aula quem era quem. Depois, os pais sentiam que o menino não estava mais produzindo ou não queria estudar e iam ao Ministério Público pedir apoio. Aí era outro diálogo e já vinha pelos direitos, mas que na verdade já deveria ser da própria política traçada pela instituição de ensino. Uma aluna precisava de equipamentos e isso foi conseguido através do Ministério Público, pois o pró-reitor, na época, vivia debochando dela e dizia que, se arrumasse para um aluno, teria de arrumar para todo cego que entrasse na Universidade. Por conta disso, ela foi ao Ministério Público e conseguiu o computador, o bolsista, entre outros, mas isso só é

conquistado com pressão jurídica.

**P: Como os professores podem se capacitar para atuar com responsabilidade na educação inclusiva?**

E: Eu acho muito difícil o professor, com o status dele, aceitar ser capacitado. Acredito que a Universidade deve manter os cursos, seminários, debates e fóruns, porém sei que nem todos vão participar. A minoria que chegasse lá para ser treinado serviria de exemplo. É necessário que a Universidade parta para isso, como avaliação do próprio professor na instituição. Neste caso, me questiono: por que o professor é avaliado pela produção científica dele, mas não é avaliado pelo andamento dele dentro da instituição? Apesar de ter a carga horária, ele não tem quem cobre isso dele, e o que acontece? Teria de ter todo esse aparato para ele se enquadrar dentro dessa política que a Universidade ou o Governo Federal está implantando, e que atinge a todos os professores e servidores. É nesse momento que deve ter os fóruns, os debates para a gente ir acompanhando e sabendo lidar com essas pessoas.

**P: Às vezes, até tem, mas quem participa são pessoas da área e isso é, realmente, algo a ser pensado.**

E: Às vezes, você tem uma pessoa falando sobre o tema, mas não é divulgado para toda a Universidade. Na verdade, até é divulgado e a gente chega a divulgar por e-mail, mas, quando a gente vê, quem participa são colegas que já se dedicam à área. Eu lembro que, quando eu acompanhava um grupo de Serviço Social e de Pedagogia, eles faziam debates e havia um pessoal interessado no momento daquelas questões, que assistia até o final. Ou o professor pegava o pessoal de Pedagogia e colocava como aula dada, e os alunos tinham que ir, por causa da frequência. Muitos acabavam indo forçados e ficavam até terminar o seminário. É interessante que os professores cooperem. Quando houver um seminário, prendam o aluno, mesmo com a frequência dele no auditório, e esqueçam da sala de aula. Caso [o aluno] não compareça, leva falta. Se não for assim, não tem curso. Ainda precisa de muita coisa. Apesar de o poder público fazer as leis, temos que ser vigilantes para que estas sejam cumpridas.

**P: Como a Universidade pode oferecer capacitação para os professores trabalharem a educação inclusiva?**

E: Eu acho que com um grande fórum e os debates que a Universidade tem que propor. Desse modo, tirar indicativos do que a Universidade pode oferecer e saber o que cada professor pode oferecer para construir essa inclusão, porque, atualmente, a Universidade está sem muito debate.

**P: A senhora acredita que há certa acomodação por parte das pessoas?**

E: Há, mas é porque não existe um mecanismo que prenda os professores dentro de uma linha para aquilo que tem que ser acompanhado. Todos estão voltados para sua área de pesquisa e, se tem algo relacionado à inclusão, só vai quem trabalha na área. Acredito que

deveria existir uma semana para as pessoas com deficiência, com intuito de chamar atenção.

**P: Bom, não sei se a senhora tem conhecimento dos eventos que a professora Verônica realiza no primeiro e no segundo semestres, voltados à inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência. Em nenhum momento houve uma pessoa com certo conhecimento do braille e que pudesse, pelo menos, manusear a máquina em braille?**

E: Teve o bibliotecário que foi embora para a Paraíba, que havia feito curso de braille no CAPS e deu aula onde a gerência da Pró-Reitoria montou o curso. Como ele aprendeu rápido, ele montou os slides, aprendeu a mexer na impressora braille e acompanhou muito o pessoal nos *campi*. O pessoal da POSGRAD o convidava para que ele mostrasse as aulas de Braille, só que ele foi embora em 2010. Ficou em seu lugar um rapaz, mas ele ainda não consegue mexer nos programas e tem 2 anos que tudo está parado.

**P: E não houve ninguém para substituí-lo?**

E: Na verdade, deve ter alguém que realmente goste, pois o bibliotecário que saiu se identificou com aquilo que havia sido proposto e nós chegamos até a conversar com o mesmo sobre sua saída, mas de nada adiantou. Ele fez muita coisa e faz muita falta, pois o pessoal deixava o texto ou o CD e ele passava para braille. Compramos o gabinete, ele me deu as referências das empresas e a gente conseguiu comprar, mas esse [bibliotecário] que está, atualmente, não tem tanta afinidade.

**P: O que é importante visualizar para trabalhar com educação inclusiva? Quais devem ser os envolvidos?**

E: Os envolvidos devem ser aqueles que têm especialidade na área, como os professores de Pedagogia e Serviço Social, além do envolvimento de todo servidor público que atende aos usuários, sendo que [o servidor] deve ser preparado para o atendimento. Eu acredito que, futuramente, possam ser criados projetos em que a pessoa seja treinada, cada uma com sua especificação, e assim possa ter um comportamento humano com o outro.

**P: Com relação à Tecnologia Assistiva, a senhora conhece algum responsável por adaptar esses equipamentos às pessoas com deficiência?**

E: Eu não conheço, porque a gente quase não tem, dentro da Universidade. Por exemplo, quem imprime alguma coisa em braille aqui na Universidade é porque é curioso, pois não há treinamento e não há alguém que ensine. Entretanto, passaria melhor se a Universidade colocasse um laboratório e abrisse concurso que selecionasse pessoas para trabalhar com braille e outras com LIBRAS. Além disso, que tivesse os próprios equipamentos e fossem adaptados às necessidades de cada um que chegasse, mas é difícil. Não chegamos ainda nessa agilidade.

**P: A senhora acredita que irá demorar muito?**

E: Isso é questão de ação política. Aqui na Universidade, tem uns setores que têm laboratório de primeiro mundo, mas outros que não. Por exemplo, o birô está quebrado. A gente, aqui na biblioteca, luta muito, pois aqui é o centro.

**P: E por que não consegue?**

E: A gente tem que ter orçamento próprio e, se não tem, a gente fica à mercê do que sobra. De dois anos para cá, o professor Josué deixou que a gente comprasse e tivesse um teto financeiro. Então, do ano passado para cá, foram compradas algumas coisas, mas, até agora, não recebi. Na lista que foi feita, foi contemplado um monte de coisa e, quando vou no patrimônio, ninguém sabe se chegaram os materiais pedidos. Então, fica tudo meio solto. Porque eles fazem a licitação geral e, por exemplo, os móveis são colocados todos em um só pacote e fica tudo misturado. Às vezes, chega um armário, nem eu me recordo se isso foi pedido e torna-se muito desgastante.

**P: Quais os serviços disponibilizados na UFS para atendimento aos deficientes visuais?**

E: Bom, são os serviços prestados pelos bolsistas. Temos os equipamentos como a impressora braille e o computador com DOSVOX, além do Programa Incluir. A Pró-Reitoria de Graduação tem o acompanhamento do DEAPE nas questões pedagógicas e a Pró-Reitoria estudantil dá o apoio pelo fato de fornecer os bolsistas.

**P: Na Universidade Federal de Sergipe, que recursos das Tecnologias Assistivas podemos utilizar para ajudar pessoas com deficiência a terem acesso às demais tecnologias?**

E: Isso passa por um apoio pedagógico. Por exemplo, se a biblioteca não adquire um áudio-livro, isso deveria estar atrelado a um apoio pedagógico direcionado para esse pessoal através dos cursos. Eu desconheço qual o apoio pedagógico que é dado ao deficiente assim que ele entra. Esse grupo que faz isso é que deveria repassar à biblioteca o que deveria comprar.

**P: Que grupo? Você se refere aos departamentos, por exemplo?**

E: É, pois no caso de uma aluna, o que foi viabilizado para ela: o computador, o DOSVOX, a impressora e um gravador digital, além da entrada da bolsista que a acompanha. A gente não tinha mais o que fazer, pois deveria ter um local ou um laboratório que pudesse acompanhar e direcionar; um projeto que a Universidade encontrasse. Até mesmo o pessoal que é formado na área e tem doutorado poderia fazer um levantamento, para saber o que realmente é necessário para o deficiente. Eu sei que se deve montar algo maior, é certo que já tem um núcleo a que você pode perguntar algo, mas é apenas uma iniciativa que não é de grande porte, que faça mexer com a estrutura da Universidade como um todo.

**P: As pesquisas que são realizadas poderiam ser transformadas em artigos e divulgadas pelos setores da Universidade?**

E: É, seria uma boa. Mas precisa ser divulgado, pois os alunos fazem as monografias e ficam arquivadas. Ou outro aluno que queira dar prosseguimento vai ter que ler o que você já havia feito antes.